

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

**Faculdade de Economia**

**Mestrado em Economia**

**POBREZA E CONDIÇÕES DE VIDA EM CABO VERDE**

**António Dos Reis Duarte**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós  
Graduação em Economia da Universidade  
Federal Fluminense como requisito parcial  
para a conclusão do curso.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> **Célia Lessa Kerstenetzky**

Co –orientador: Prof. Dr. **João Sabóia**

**Niterói**

Março/2005

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

# **UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

**Faculdade de Economia**

**Mestrado em Economia**

## **POBREZA E CONDIÇÕES DE VIDA EM CABO VERDE**

**António Dos Reis Duarte**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós  
Graduação em Economia da Universidade  
Federal Fluminense como requisito parcial  
para a conclusão do curso.

### **Banca Examinadora:**

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. **Célia Lessa Kerstenetzky** – Orientadora  
Universidade Federal Fluminense – UFF

---

Prof. Dr. **João Sabóia** – Co -orientador  
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. **Rosane Mendonça**  
Universidade Federal Fluminense – UFF

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> **Sónia Rocha**  
Fundação Getúlio Vargas – FGV

**Niterói**

Março/2005

Dedico este trabalho à minha mãe com todo amor e carinho, extensivo a Joel, Verenice e Aimone. – “in memoriam” ao meu saudoso pai.

## **Agradecimentos**

Concluir essa etapa não foi fácil e teria sido mais difícil se tivesse que fazer o percurso sozinho. À todas as pessoas que me ajudaram nessa trajetória, os meus sinceros agradecimentos. Certas pessoas, porém merecem um agradecimento especial, entre elas a minha orientadora, Prof<sup>a</sup>. Célia Lessa, que pacientemente acompanhou e questionou as diversas versões preliminares, e o meu co-orientador, Prof. João Sabóia,.

Quero externar os meus agradecimentos ao Prof. Marcelo Néri por ter me ajudado a decidir quanto a metodologia a ser utilizada, a Prof<sup>a</sup> Carmem Feijó por ter o privilégio de estagiar com ela, e enfim a todos os professores da Pós Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense.

Agradeço a CAPES pela bolsa concedida, ao Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde na pessoa do seu Presidente Francisco Tavares por ter disponibilizado a base de dados e a colega Deolinda.

Agradeço a todos os colegas do mestrado pela amizade, companheirismo e todo o apoio prestado durante esses 2 anos de convivência, em especial o Bruno e o Fábio. Os meus agradecimentos são extensivos a secretária da pós-graduação Silvana e a bibliotecária Sandra. Agradeço meu amigo João Evangelista pelas boas relações concordadas.

Não poderia deixar de agradecer a Nízia e Valdemar pelo apoio na revisão do documento e os meus colegas de apartamento Enilce e Jannyce pela amizade e compreensão. Por último, o meu reconhecimento a todos os que de uma forma ou de outra me ajudaram na materialização desse grande objetivo.

## SUMÁRIO

	Pág.
<b>Agradecimentos .....</b>	<b>4</b>
<b>Índice de Tabelas .....</b>	<b>6</b>
<b>Índice de Gráficos.....</b>	<b>9</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 1 - CONCEITO E MENSURAÇÃO DA POBREZA:</b>	
<b>DIFERENTES ABORDAGENS .....</b>	<b>14</b>
1.1 Aspectos Gerais sobre o Conceito: Pluralidade de um Marco Teórico.....	14
1.2 Multidimensionalidade do conceito de pobreza .....	17
1.2.1 Enfoque da Renda.....	18
1.2.2 Enfoque das Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI).....	31
1.2.3 Enfoque das Capacidades .....	32
1.3 Linhas de Pobreza e demais indicadores utilizados nesta dissertação.....	38
<b>CAPÍTULO 2 - POBREZA E INDIGÊNCIA EM CABO VERDE.....</b>	<b>41</b>
2.1 Determinação das Linhas de pobreza e de indigência em Cabo Verde.....	41
2.2 Desigualdade da Distribuição de Renda e Pobreza .....	54
<b>CAPÍTULO 3 – PERFIL DA POBREZA EM CABO VERDE .....</b>	<b>57</b>
3.1 Perfil Sócio-demográfico da População Total.....	57
3.2 Perfil Sócio-demográfico dos Chefes de Agregados Familiares.....	71
3.3 Quem é o Pobre em Cabo Verde: Perfil Sócio-demográfico da Pobreza.....	75
3.4 Conclusão do Capítulo .....	104
<b>CAPITULO 4 - CONDIÇÕES DE VIDA DOS POBRES .....</b>	<b>107</b>
4.1 Tipologia da Habitação.....	107
4.2 Acesso à Água Potável e Saneamento Básico .....	111
4.3 Principal Fonte de Energia Usada na Habitação .....	119
4.4 Nível de Conforto das Famílias Caboverdianas .....	123
4.5 Conclusão do Capítulo .....	125

<b>CAPÍTULO 5 – CONCLUSÕES .....</b>	<b>128</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>132</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>138</b>
1 - CONTEXTO GEOGRÁFICO E SOCIO-ECONOMICO DE CABO VERDE.....	138
2 - BASE DE DADOS, CONCEITOS E METODOLOGIA .....	163
<b>ANEXOS .....</b>	<b>179</b>
QUESTIONÁRIOS UTILIZADOS NA PESQUISA.....	180

## ÍNDICE DE TABELAS E GRÁFICOS

<b>ÍNDICE DE TABELAS</b>	<b>Pág.</b>
<b>Tabela 2.1:</b> Distribuição espacial da Pobreza e Indigência por meio de residência, 2002 .....	42
<b>Tabela 2.2:</b> Distribuição espacial da Pobreza e Indigência por ilhas e meio de residência, 2002 .....	45
<b>Tabela 2.3:</b> Medidas de FGT com base na população por ilhas, 2002 .....	50
<b>Tabela 2.4:</b> Medidas de FGT com base nas famílias por ilhas, 2002 .....	51
<b>Tabela 2.5:</b> Insuficiência de Renda dos Pobres e Índices de Pobreza por ilhas, 2002 .....	54
<b>Tabela 2.6:</b> Distribuição da renda por decis, 2002 .....	55
<b>Tabela 2.7:</b> Distribuição de Receita por decis de Receita Individual por ilhas, 2002 .....	56
<b>Tabela 3.1:</b> Repartição percentual da população segundo o meio de residência, por sexo e idade, 2002 .....	58
<b>Tabela 3.2:</b> Repartição percentual da população residente segundo o meio de residência e sexo por nível de instrução, 2002 .....	60
<b>Tabela 3.3:</b> Repartição percentual da população residente segundo o meio de residência e sexo por nível de instrução, 2002 .....	62

<b>Tabela 3.4:</b> Repartição percentual da população residente segundo nível de instrução, por ilhas e sexo, 2002 .....	63
<b>Tabela 3.5:</b> Repartição percentual da população de 15 anos e mais segundo a aptidão para leitura e escrita e sexo por meio de residência e grandes grupos etários, 2002.....	64
<b>Tabela 3.6:</b> Repartição percentual dos chefes dos agregados familiares segundo o meio de residência e sexo, pelo tamanho das famílias, 2002 .....	73
<b>Tabela 3.7:</b> Repartição da população pobre e não pobre segundo o sexo, por ilhas, 2002 .....	77
<b>Tabela 3.8:</b> Repartição percentual da população pobre e não pobre segundo o meio de residência, por ilhas, 2002 .....	78
<b>Tabela 3.9:</b> Repartição percentual da população pobre e não pobre segundo o sexo por grupos etários, 2002 .....	79
<b>Tabela 3.10:</b> Incidência de pobres e não pobres na população total, segundo o meio de residência por grupos etários, 2002 .....	81
<b>Tabela 3.11:</b> Intensidade, Gravidade e Profundidade da pobreza por grupos etários, 2002 .....	82
<b>Tabela 3.12:</b> Repartição percentual da população pobre e não pobre, segundo o meio de residência e sexo, por nível de instrução, 2002 .....	83
<b>Tabela 3.13:</b> Intensidade, Gravidade e Profundidade da pobreza por nível de instrução, 2002 .....	84
<b>Tabela 3.14:</b> Repartição percentual da população pobre e não pobre de 15 anos e mais segundo o sexo e a aptidão para leitura e escrita, por grandes grupos etários, 2002.....	86
<b>Tabela 3.15:</b> Estrutura da População pobre e não pobre de 15 anos e mais segundo o sexo por meio de residência e aptidão para ler e escrever, 2002.....	86
<b>Tabela 3.16:</b> Repartição percentual da população pobre e não pobre segundo aptidão para ler e escrever, por ilhas e sexo, 2002 .....	89
<b>Tabela 3.17:</b> Intensidade, Gravidade e Profundidade da pobreza por condição na Atividade Habitual, 2002.....	91
<b>Tabela 3.18:</b> Distribuição percentual da população segundo o estatuto de pobreza, sexo e meio de residência, por Ramo de Atividade Econômica da Empresa/Entidade onde trabalhou os últimos 12 Meses ou a última vez que trabalhou, 2002 .....	93
<b>Tabela 3.19:</b> Repartição percentual dos agregados pobres e não pobres segundo o	



tamanho por ilhas, 2002 .....	95
<b>Tabela 3.20:</b> Incidência de famílias pobres e não pobres segundo o estatuto da pobreza e dimensão da família por ilhas, 2002 .....	95
<b>Tabela 3.21:</b> Incidência de famílias pobres e não pobres no total segundo o sexo do chefe, por ilhas, 2002.....	96
<b>Tabela 3.22:</b> Incidência de famílias pobres e não pobres no total segundo a idade do chefe por ilhas, 2002.....	97
<b>Tabela 3.23:</b> Estrutura das famílias pobres e não pobres segundo os grupos etários, por ilhas, 2002 .....	98
<b>Tabela 3.24:</b> Repartição percentual das famílias pobres e não pobres segundo o nível de instrução do chefe de agrado por ilhas, 2002.....	99
<b>Tabela 3.25:</b> Distribuição percentual dos chefes dos agregados pobres e não pobres segundo a aptidão para ler e escrever, por ilhas, 2002 .....	100
<b>Tabela 4.1:</b> Distribuição percentual dos agregados familiares segundo o estatuto de pobreza e ilhas, por tipo de habitação, 2002.....	109
<b>Tabela 4.2:</b> Distribuição percentual dos agregados familiares pobres e não Pobres segundo as ilhas, por tipo de habitação, 2002 .....	110
<b>Tabela 4.3:</b> Distribuição percentual dos agregados familiares pobres e não pobres segundo as ilhas e por principal fonte de água de uso doméstico, 2002 .....	112
<b>Tabela 4.4:</b> Distribuição Percentual dos agregados familiares pobres e não pobres, segundo a forma como a água para beber é tratada, por ilhas 2002 .....	115
<b>Tabela 4.5:</b> Distribuição Percentual dos agregados familiares pobres e não pobres, segundo a posse de Casa de Banho, por ilhas, 2002.....	117
<b>Tabela 4.6:</b> Distribuição percentual dos agregados familiares pobres e não pobres, segundo a forma de evacuação das águas residuais, por ilhas, 2002.....	119
<b>Tabela 4.7:</b> Distribuição percentual dos agregados familiares pobres e não pobres, segundo a fonte de energia usada na iluminação, por ilhas, 2002.....	121
<b>Tabela 4.8:</b> Distribuição percentual dos agregados familiares pobres e não pobres, segundo a fonte de energia utilizada na preparação dos alimentos, por ilhas, 2002 .....	122
<b>Tabela 4.9:</b> Distribuição dos Agregados familiares segundo o estatuto de pobreza e ilhas, por nível de conforto, 2002 .....	124

## APÊNDICE 1

<b>Tabela 1.1:</b> Distribuição da população residente por ilhas, 2000 .....	139
<b>Tabela 1.2:</b> Evolução da Dívida Pública em relação ao PIB, 2000 – 2003 .....	141
<b>Tabela 1.3:</b> Evolução percentual do Produto Interno Bruto por Setores de Atividades, 2000 – 2003 .....	142
<b>Tabela 1.4:</b> Evolução das Estatísticas do Comércio Exterior, 2000 – 2003 .....	144
<b>Tabela 1.5:</b> Evolução percentual da Taxa de inflação, 2000 – 2003 .....	146
<b>Tabela 1.6:</b> Taxa de Analfabetismo da população residente de 15 e mais anos segundo o sexo, por meio de residência e grupos etários, 2000 .....	153
<b>Tabela 1.7:</b> Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano em Cabo Verde, 2000 – 2003 .....	154
<b>Tabela 1.8:</b> Distribuição da pobreza em Cabo Verde segundo o meio de residência, 1993 .....	157

## APÊNDICE 2

<b>Tabela 2.1:</b> Custo da satisfação das necessidades básicas da alimentação caboverdiana, 2002 .....	175
---	-----

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 2.1:</b> Percentagens da população abaixo das linhas de pobreza e de indigência por ilhas, 2002.....	47
<b>Gráfico 2.2:</b> Percentagens de famílias abaixo das linhas de pobreza e de indigência por ilhas, 2002 .....	48
<b>Gráfico 2.3:</b> Percentagens de famílias abaixo da Linha de Pobreza em Cabo Verde, segundo o meio de residência e por ilhas, 2002 .....	49
<b>Gráfico 2.4:</b> Índice de Gini por ilhas, 2002 .....	55
<b>Gráfico 3.1:</b> Distribuição percentual da população residente segundo o sexo,	

por ilhas, 2002 .....	59
<b>Gráfico 3.2:</b> Distribuição percentual da população residente de 4 anos e mais segundo o meio de residência por nível de instrução, 2002 .....	61
<b>Gráfico 3.3:</b> Repartição Percentual da população analfabeta de 15 anos e mais segundo o sexo por grandes grupos etários, 2002 .....	66
<b>Gráfico 3.4:</b> Repartição Percentual da população alfabetizada de 15 anos e mais, segundo o sexo por grandes grupos etários, 2002 .....	67
<b>Gráfico 3.5:</b> Repartição percentual da população por ilhas segundo a aptidão para ler e escrever, 2002 .....	68
<b>Gráfico 3.6:</b> Distribuição da população de 12 anos e mais segundo o estado civil, 2002 .....	69
<b>Gráfico 3.7:</b> Repartição da população total de 15 anos e mais segundo a condição na Atividade Habitual, 2002 .....	70
<b>Gráfico 3.8:</b> Repartição percentual da população de 15 anos e mais segundo o Ramo de Atividade Econômica, 2002 .....	71
<b>Gráfico 3.9:</b> Dimensão média das famílias chefiadas por homens e mulheres segundo o meio de residência, 2002 .....	72
<b>Gráfico 3.10:</b> Repartição dos agregados familiares pelo seu tamanho, segundo o meio de residência, 2002 .....	73
<b>Gráfico 3.11:</b> Distribuição percentual dos Chefes dos Agregados segundo o nível de instrução do chefe por ilhas, 2002 .....	74
<b>Gráfico 3.12:</b> Repartição da população pobre e não pobre, por ilhas, 2002 .....	76
<b>Gráfico 3.13:</b> Repartição percentual de pobres e não pobres por grupos etários, 2002 .....	79
<b>Gráfico 3.14:</b> Incidência da pobreza na população segundo os grupos etários e sexo, 2002 .....	80
<b>Gráfico 3.15:</b> Repartição percentual da população pobre e não pobre de 15 anos e mais segundo aptidão para ler e escrever por grandes grupos etários, 2002 .....	85
<b>Gráfico 3.16:</b> Repartição percentual da população pobre segundo as ilhas e aptidão para ler e escrever, 2002 .....	87
<b>Gráfico 3.17:</b> Repartição percentual da população não pobre segundo as ilhas e a aptidão para ler e escrever, 2002 .....	88
<b>Gráfico 3.18:</b> Repartição percentual da pobreza na população de 15 anos e mais	

segundo a Atividade Habitual por sexo, 2002.....	90
<b>Gráfico 3.19:</b> Repartição percentual da população pobre e não pobre de 15 anos e mais segundo o Ramo de Atividade Econômica, 2002 .....	92
<b>Gráfico 3.20:</b> Repartição percentual dos chefes dos agregados familiares pobres e não pobres segundo o tamanho e meio de residência, 2002.....	94
<b>Gráfico 3.21:</b> Proporção de famílias pobres segundo a condição perante o trabalho do chefe nos últimos 12 meses anteriores a pesquisa, por ilhas, 2002.....	101
<b>Gráfico 3.22:</b> Proporção de famílias não pobres segundo a condição perante o trabalho do chefe nos últimos 12 meses anteriores a pesquisa, por ilhas, 2002.....	102
<b>Gráfico 3.23:</b> Repartição percentual dos Chefes de Agregados pobres e não pobres segundo a ocupação, 2002.....	103
<b>Gráfico: 3.24:</b> Proporção dos Chefes de Agregados segundo o estatuto de pobreza e Ramo de Atividade, 2002 .....	104
<b>Gráfico 4.1:</b> Distribuição percentual dos agregados familiares segundo a forma como a água para beber é tratada por ilhas, 2002.....	114
<b>Gráfico 4.2:</b> Distribuição percentual dos agregados familiares, segundo a posse de Casa de Banho por ilhas, 2002 .....	116
<b>Gráfico 4.3:</b> Distribuição percentual dos agregados familiares, segundo a forma de evacuação das águas residuais por ilhas, 2002.....	118
<b>Gráfico 4.4:</b> Distribuição percentual dos agregados familiares, segundo a principal fonte de energia para a iluminação por ilhas, 2002 .....	120

## APÊNDICE 1

<b>Gráfico 1.1:</b> Pirâmide de idades da população residente em 2000.....	148
<b>Gráfico 1.2:</b> Evolução da Fecundidade em Cabo Verde, 1980 – 2003.....	149
<b>Gráfico 1.3:</b> Nível de fecundidade da população segundo o nível de instrução, 2000.....	150
<b>Gráfico 1.4:</b> Evolução da taxa de mortalidade infantil e Juvenil por mil, 2000 – 2003 .....	151

## INTRODUÇÃO

A pobreza é um fenômeno complexo que vem evoluindo ao longo dos tempos e com conseqüências graves para o bem estar das populações, pelos níveis alarmantes que vem atingindo.

A Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social, realizada em Copenhague em 1995, constitui um marco determinante para a tomada de consciência global sobre o fenômeno crescente e intolerável da pobreza que atinge grande parte da humanidade. Nela, a Comunidade internacional e os países assumiram o compromisso de lutar para a erradicação da pobreza, e para isso, decidiram desenvolver esforços conjugados tanto ao nível internacional como nacional.

Com a dita Cúpula tem-se registrado um maior engajamento das autoridades caboverdianas face a esse flagelo que infelizmente atinge níveis preocupantes, privando muita gente de realizar as suas necessidades básicas. Urge reverter essa situação, mas isto exige o engajamento não apenas das autoridades, mas também das ONG's e de toda a sociedade civil. Para o efeito é fundamental informações estatísticas críveis e oportunas sobre esta matéria capaz de dizer quem são os pobres, onde eles estão e como vivem. Infelizmente o país ainda é carente de informações e análise. O único estudo existente no país foi um realizado em 1993 com base nos dados de uma pesquisa das despesas e receitas familiares realizada em 1989.

Tendo em conta a vulnerabilidade do país face à pobreza e a carência de informações nessa matéria que permita a tomada de decisões em prol dos mais carentes, resolvemos dar uma modesta contribuição ao país, aproveitando os dados do 2º Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF) realizado em 2002. Decidimos assim estudar a pobreza no país com uma análise exploratória dos dados sobre a renda, visando responder as seguintes questões que pensamos ser fundamental: (1) quantos são os pobres? (2) quem são? (3) onde estão? e (4) como vivem?

As respostas dessas questões estão presentes nas 6 partes que compõem esta dissertação, para além da introdução e da conclusão: Capítulo 1: Conceito e Mensuração da Pobreza: Diferentes Abordagens - Apresentaremos os diferentes aspectos sobre o conceito e linhas de pobreza com base em vários enfoques: renda; necessidades básicas insatisfeitas; capacidades. Em seguida, alguns índices de pobreza. Apresentamos também o conceito de pobreza adotado nesta dissertação e é com base nele que se desenvolvem os capítulos seguintes. Capítulo 2: linhas de pobreza e de indigência em Cabo Verde - este capítulo destina-se à quantificação da pobreza, informando também onde estão os pobres. Por isso tem uma desagregação ao nível nacional, ilhas e meio de residência (urbano e rural). É um capítulo empírico onde apresentamos entre outros aspectos alguns indicadores de pobreza, tais como a proporção dos pobres, a Intensidade da pobreza e o Hiato Quadrático (P0, P1 e P2), para além do Índice de Gini. Capítulo 3 – Perfil da Pobreza em Cabo Verde - pretende-se saber neste capítulo, quem é o pobre em cabo verde com base em variáveis socioeconômicas da população. Capítulo 4: Condições de Vida dos Pobres - este capítulo mostra em que condições vive a população do país com ênfase nas condições de alojamento e acesso a alguns bens importantes (água, eletricidade). Caracteriza também o nível de conforto da população com base em 10 indicadores habitacionais. Apêndice 1 - Contexto Geográfico, socioeconômico e político de Cabo Verde – uma vez que Cabo Verde é um país pouco conhecido aqui no Brasil, então este apêndice tem por objetivo dar a conhecer o país do ponto de vista Geográfico, Econômico, Social e Político. Apêndice 2 - Base de Dados - tem por objetivo apresentar as características da base de dados, os conceitos usados, bem como a metodologia, que vão certamente ajudar a melhor compreender os dados apresentados nos capítulos anteriores.

# **CAPÍTULO 1 - CONCEITO E MENSURAÇÃO DA POBREZA: DIFERENTES ABORDAGENS**

O objetivo deste capítulo é apresentar uma discussão à volta do conceito e formas de mensuração da pobreza, usando várias abordagens. Está dividido em seis seções: 1.1. Aspectos Gerais sobre o Conceito: Pluralidade de um Marco Teórico; 1.2. Multidimensionalidade do conceito de pobreza; 1.2.1 Enfoque da Renda; 1.2.2 Enfoque das Necessidades Básicas Insatisfeitas; 1.2.3 Enfoque das Capacidades e 1.3. Linhas de Pobreza e demais indicadores utilizados nesta dissertação.

## **1.1 Aspectos Gerais sobre o Conceito: Pluralidade de um Marco Teórico**

A pobreza é um tema que tem preocupado a comunidade internacional e os vários países intervenientes pelos níveis que vem atingindo nos últimos tempos e pelos problemas daí advenientes.

Kofi Annan, no Relatório do Milênio de 2000 chama a atenção sobre esse flagelo que atinge grande parte da população mundial. Pelos dados do relatório, “mais de 2800 milhões de pessoas, perto de metade da população mundial, vivem com menos do equivalente a 2 dólares por dia. Mais de 1.299 milhões de pessoas, ou seja, cerca de 20% da população mundial, vivem com menos do equivalente a 1 dólar por dia. Os 20% mais ricos da população mundial que vive nos países com rendimentos elevados têm acesso a 86% do Produto Interno Bruto. Os 20% mais desfavorecidos vivem nos países mais pobres e têm acesso apenas à cerca de 1% do PIB” (Annan, 2004).

Para Atkinson, “a preocupação com a pobreza tem sido expressada ao longo dos séculos, mesmo que sua prioridade na agenda por ações políticas não tenha sido alta. Seus diferentes significados e manifestações têm sido objetos de estudo para historiadores, sociólogos e economistas. Suas causas têm sido identificadas numa vasta gama de razões, variando de deficiências na administração de renda à injustiça do sistema econômico e social. A redução ou abolição da

pobreza tem sido procurada na reforma da assistência social, na intervenção no mercado de trabalho, e nas mudanças significativas na forma de organização econômica” (Atkinson AB, 1989:204).

A pobreza é uma questão muito complexa e se manifesta de várias formas. Por isso, mesmo havendo um sistema teórico preciso subjacente ao conceito de pobreza, continuaria a persistir a questão da separação entre pobres e não-pobres, ou seja, qual seria o limiar de renda adequado a ser considerado. Questiona-se, por exemplo, se é mais adequado o uso de uma abordagem da pobreza absoluta ou relativa e, neste caso, que medida sumária a ser escolhida. Vários problemas de mensuração surgem num caso e noutro, não existindo consenso entre os estudiosos quanto à linha ótima de pobreza num sentido preciso, ou quanto à medida que melhor reflete a posição relativa dos pobres, devido à pluralidade do marco teórico.

Existem vários conceitos ligados à pobreza, o que coloca muitas dificuldades aos estudiosos dessa área. Nesta base é fundamental a precisão dos objetivos preconizados e em função disso conceitualizar o fenômeno. Para Maurício Romão, isso deve-se fundamentalmente a 3 razões:

1. “toda e qualquer investigação sobre o fenômeno da pobreza enquanto síndrome social requer que se precise de maneira transparente seu conteúdo conceitual, haja vista que é exatamente através do conceito empregado que se vai determinar quais as situações e peculiaridades que são passíveis de ser caracterizadas como de pobreza e quais aquelas que não o são;
2. a transparência do conceito é um pré-requisito para a mensuração do fenômeno, posto que não se deve, enquanto na esfera do rigor científico, pretender mensurar algo que não se sabe exatamente o que é;
3. cada conceito de pobreza envolve diferentes critérios de ação para medidas de intervenção pública, o que subentende seja o conceito antecedentemente bem delineado “(Romão, 1993:9).

Amartya Sen afirma que sempre haverá alguma ambigüidade, e observa: “Existem muito poucas alternativas. Temos de aceitar o elemento de arbitrariedade na descrição da pobreza e torná-lo tão explícito quanto possível”. (Sen, 1979: 228).



Pensamos que antes de entrar na discussão teórica acerca da pobreza é fundamental que entendamos o seu significado, uma vez que existem várias abordagens.

A privação é uma das manifestações de pobreza e que normalmente se encontra presente em vários debates relacionados ao tema. Para Sen (1980), podemos definir a pobreza como a não satisfação das necessidades básicas de uma vida decente. Nota-se que o conceito de decência varia de sociedade para sociedade. Altimir (1982) fala em síndrome de pobreza, ou seja, ele define a pobreza com base na privação de bens materiais, tais como desnutrição e habitação precária, e elementos de privação não-materiais, destacando-se a participação nos mecanismos de integração social.

Pelo exposto, se depreende que é difícil estabelecer uma separação precisa entre o que é pobreza e que não é. No entanto existe quase uma unanimidade em classificar como pobres as pessoas que se encontram em situação de extrema privação material como, por exemplo, os que estão morrendo de fome e não têm onde morar. Para além destas, para sabermos quem mais pode ser enquadrada neste leque, é preciso estabelecer um limite para o grau de privação, visando separar os pobres dos não-pobres.

Tendo em conta o exposto, surgem várias propostas de delimitação da pobreza, que normalmente seguem duas concepções de pobreza: a absoluta e a relativa.

1. Pobreza absoluta – é quando os indivíduos não dispõem dos meios necessários para satisfazer as necessidades básicas de alimentação, habitação, vestuário, educação, saúde, além de outros elementos não materiais considerados necessários à sobrevivência digna das pessoas.
2. A abordagem relativa define pobreza de acordo com os padrões de vida da sociedade, estabelecendo uma relação entre o patamar da linha de pobreza e a distribuição de renda

vital. Mas possui também uma dimensão relativa, referente aos padrões de vida vigentes em uma comunidade.

Para compreender a pobreza como um conceito absoluto é necessário estabelecer os padrões mínimos de necessidades, ou níveis de subsistência, abaixo dos quais podemos identificar as pessoas como sendo pobres. “O padrão de vida mínimo (em termos de requisitos nutricionais, moradia, vestuário etc.) em geral é avaliado a preço de mercado e a renda necessária para custeá-lo é calculada. Implícita nesta definição está a idéia de que a noção de pobreza absoluta expressa uma opinião coletiva de sociedade, derivada da convicção de que cada pessoa tem o direito de viver em condições decentes e condizentes com a dignidade humana” (Romão, 1993:17).

Pode se argumentar, que o conceito de pobreza, embora guarde óbvia relação com a noção de desigualdade, não deveria ser tratado como categoria sinônima dessa última. Enfocar apenas a pobreza relativa e sua ligação com a desigualdade afasta-nos da percepção da pobreza enquanto núcleo próprio e, portanto, algo objetivo, socialmente concreto que se deve tentar eliminar.

## **1.2 Multidimensionalidade do conceito de pobreza**

A pobreza é um conceito multidimensional, que se apresenta de diferentes formas, e por isso tem significados diferentes. Varia em função do tempo, espaço (de país para país) e até de indivíduo para indivíduo. Ela pode se manifestar de diferentes formas: taxas de mortalidade infantil elevadas; falta de acesso à educação e saúde; precárias condições de saneamento básico; baixo nível nutricional necessário para uma boa saúde e baixa expectativa de vida.

Além dos aspectos mencionados, de que pobreza se refere não apenas as necessidades, mas também à privação de direitos, e que estes ultrapassam a dimensão da renda, a literatura tem apontado (Atkinson, 1992) que as múltiplas dimensões de pobreza estão inter-relacionadas, dando origem a um ciclo vicioso, por exemplo: (1) problemas de saúde e a deficiência física, podem impedir os indivíduos de trabalhar a tempo inteiro, o que por sua vez faz diminuir os

níveis de rendimentos e em suma a capacidade de trabalhar para sair da pobreza; (2) os menos instruídos têm a maior probabilidade de estarem representados no grupo dos pobres, uma vez que normalmente têm empregos mal remunerados ou estão desempregados. As famílias pobres têm enormes dificuldades em manter os filhos na escola, devido aos custos que isso acarreta bem como à pressão para que o maior número de membros do agregado familiar trabalhe. Sendo pouco instruída, a próxima geração pode vir também a ter empregos mal remunerados.

Em conformidade com a visão de multidimensionalidade da pobreza, apresentaremos a seguir algumas formas de mensuração da pobreza.

### **1.2.1 Enfoque da Renda**

A renda é uma variável muito usada para a mensuração da pobreza, no entanto, tem sido alvo de discórdias entre os teóricos, sobretudo, na definição do quanto é necessário para se ter uma vida digna, uma vez que as preferências e as necessidades das pessoas variam, ou seja, cada pessoa ou família alocará de forma própria o seu dinheiro. Além disso, o conjunto de bens e serviços considerados necessários evolui com o desenvolvimento da tecnologia e com o crescimento da renda per capita da população. Por exemplo, antigamente a maioria das pessoas não dispunha de energia elétrica em suas casas e, no entanto, não eram consideradas pobres. O mesmo já não se pode dizer nos dias de hoje, onde já é consenso que energia elétrica é um requisito importante para o bem estar e em suma para uma vida digna. Por outro lado, “quando o estado proporciona bons níveis de oferta de bens e serviços básicos como alimentação, saúde e vestuário, a importância da renda na mensuração da pobreza diminui, pois as pessoas poderão consumir mais com menos dinheiro” (Borges, s.d.: 40).

Pretendemos neste ponto fazer uma discussão acerca da quantificação da pobreza tendo como base a renda, analisada sob várias óticas.

A economia cabo-verdeana é essencialmente monetizada, onde as necessidades dos indivíduos são atendidas através de trocas mercantis, por isso a noção de atendimento às necessidades seja operacionalizada indiretamente via renda, o que justifica o uso desta variável como uma boa proxy do bem-estar das famílias.

## **I. - Linhas de Pobreza**

O objetivo desta subseção é examinar as principais abordagens quando se trata de conceituar e medir a pobreza. É ponto comum que, a medição da pobreza é fundamental quando se queira analisar a mesma. Sendo assim, assumem papel relevante os instrumentos de medição da pobreza, onde destacamos a linha de pobreza e de indigência como sendo os indicadores mais utilizados.

Podemos dividir as medidas de pobreza em medidas monetárias e não monetárias. Na abordagem monetária podemos incluir as chamadas Linha de Pobreza e de Indigência.

Linha de Indigência define-se como sendo o valor monetário que é necessário para adquirir uma cesta de alimentos que detenha a quantidade calórica mínima à sobrevivência.

A Linha de Pobreza é o valor da Linha de Indigência adicionada de um montante monetário necessário à satisfação das despesas básicas de transporte, vestuário, educação e moradia, ou seja, Linhas de pobreza – são em geral consideradas como a renda mínima necessária para a sobrevivência dos indivíduos ou das famílias. De uma outra forma, é o nível de renda estabelecido a priori é que nos permite distinguir pobres dos não pobres.

As linhas de pobreza permitem-nos quantificar a pobreza de um determinado país e são de grande importância para efeito de comparações internacionais, porém são controversas. Haraldo Torres, justifica essa situação apresentando os seguintes argumentos: “(1) elas podem, por exemplo, descaracterizar a situação dos pobres urbanos em virtude de os alugueis e os custos de transportes serem mais altos nos centros urbanos maiores; (2) elas também não consideram as rendas não

monetárias, que são comuns nas áreas rurais e nas comunidades pobres. Finalmente as linhas de pobreza não captam as assim chamadas múltiplas dimensões de pobreza” (Torres et al, 2003:6). Essa é a grande limitação dessa abordagem.

Mesmo os critérios que estabelecem níveis de renda equivalentes a uma cesta alimentar são imprecisos, pois a necessidade nutricional de cada indivíduo é distinta e varia de acordo com o nível de atividade física de cada um e com as condições climáticas de cada região. Por isso, na definição das linhas de pobreza está embutido um juízo de valor por parte do investigador.

De acordo com Sen (1978), a fome é uma das maiores manifestações de pobreza, uma vez que põe em causa a questão de sobrevivência do ser humano. Por isso, frequentemente são usadas as considerações biológicas para definir as linhas de pobreza. Para o efeito, normalmente, fixa-se uma linha de pobreza com base nos requisitos nutricionais mínimos da dieta para os produtos alimentares. Relativamente aos itens não alimentares estabelece-se alguma proxy para a renda que é gasta nos requisitos mínimos.

Na literatura internacional, “o procedimento mais comum consiste em adotar a hipótese de que despesa alimentar é um percentual constante da despesa total das famílias ao longo do tempo. Assim, apesar das dificuldades para definir quantidades mínimas para as necessidades não-alimentares, é inevitável estabelecer como ponto de partida um valor para a data de referencia, mesmo que de forma mais ou menos arbitrária. A relação despesa alimentar/despesa total – o chamado de coeficiente de Engel – passa a desempenhar papel central na atualização dos valores da linha de pobreza em cada período subsequente. Como, por hipótese, o coeficiente de Engel é constante no médio prazo, a atualização dos valores da linha de pobreza depende, apenas, da atualização do valor da cesta alimentar” (ROCHA, 2000:60). Portanto, a linha de pobreza é inversamente proporcional aos gastos com alimentação no orçamento das famílias pobres, ou seja, quanto maior for a proporção dos gastos com alimentação no orçamento das famílias pobres, menor é a linha de pobreza o que implica enfatizar sobremaneira a satisfação dos requisitos alimentares na mensuração da pobreza.

Na abordagem biológica deparamos com vários problemas referentes à mensuração, tais como: (1) arbitrariedade referente à definição de requisitos nutricionais mínimos, na medida em que como exposto anteriormente variam de pessoa a pessoa (e mesmo de dia a dia para a mesma pessoa), dependendo do clima, das condições de trabalho, do físico; (2) “A escolha dos produtos que compõem a dieta de subsistência é feita com vista a minimizar custos ao invés de procurar corresponder aos hábitos alimentares das pessoas” (Romão, 1993: 18); (3) Dificuldades quanto às exigências não-alimentares mínimas no que diz respeito à sua abrangência.

Do ponto de vista do consumo, Sónia Rocha argumenta que, quando se opta por esta variável para estimar as linhas de pobreza, as etapas são as seguintes: “A primeira consiste em determinar, para a população em questão, quais são as necessidades nutricionais. A etapa seguinte objetiva derivar, a partir das informações de pesquisa de orçamentos familiares, a cesta alimentar de menor custo que atenda às necessidades nutricionais estimadas. O valor correspondente a esta cesta é a chamada linha de indigência (LI), parâmetro de valor associado ao consumo alimentar mínimo necessário. Como não se dispõe de normas que permitam estabelecer qual o consumo mínimo adequado de itens não-alimentares, o valor associado a eles é obtido de forma simplificada, correspondendo geralmente à despesa não-alimentar observada quando o consumo alimentar adequado é atingido” (ROCHA, 2000:1, 2).

Também a partir da renda das pessoas, pode-se definir uma linha de pobreza como uma proporção da mediana da distribuição da renda, como é o caso dos países europeus.

## **II. - Índices de Pobreza**

O nosso objetivo neste item é apresentar os principais índices de pobreza, com destaque para Índice de Foster, Greer e Thorbecke; Insuficiência de Renda e Índice de Sen. Nota-se que maior parte desses indicadores serão estimados nos capítulos 2 e 3.

No que tange ainda às formas de mensuração da pobreza, os índices de pobreza absoluta mais utilizados são os seguintes:

**a) - Índice de Foster, Greer e Thorbecke** - é também conhecido por índice FGT. É a mais popular medida de pobreza. Foi proposto por James Foster, Joel Greer e Erik Thorbecke e permite-nos conhecer as condições de pobreza em que se encontra a população, bem como as carências ao nível de consumo individual.

Para estimar o FGT, devemos em primeiro lugar fixar um determinado montante em moeda equivalente à linha de pobreza; a seguir com base na linha definida, divide-se a população em indivíduos pobres, cuja renda é inferior à linha de pobreza fixada e não-pobres se acontece o contrário; por último, visando dar mais ou menos peso aos indivíduos relativamente mais pobres da população agrega-se a distancia dos pobres em relação à linha de pobreza.

O peso diferenciado dos indivíduos mais pobres é representado pelos “graus de aversão à pobreza” igual a **0**, **1** ou **2**, expressos no parâmetro  $\alpha$  (Néri, 2000:8).

O índice FGT pode ser expresso como:

$$FGT\alpha = \frac{1}{n} \sum_{i=1}^q \left( \frac{z - y_i}{z} \right)^\alpha \quad (1.01)$$

Onde:

$z$  - linha de pobreza;

$n$  - população total;

$q$  - número de indivíduos abaixo da linha de pobreza;

$y_i$  - renda do indivíduo  $i$ ; e

$\alpha$  - grau de aversão à pobreza. É um parâmetro que pode ter diversos valores, sempre positivos ( $\alpha \geq 0$ ).

Portanto, o índice considera a intensidade da pobreza, expressa pela medida relativa do hiato de renda para cada um dos indivíduos pobres ( $z - y_i / z$ ). Essa razão é potencializada por  $\alpha$ , de acordo com a importância que se queira dar à intensidade da pobreza no índice. O somatório dos

hiatos potencializados para toda a população pobre é normalizado pelo tamanho da população total.

Conforme varia o valor  $\alpha$ , a medida FGT assume características interessantes a saber: Quando  $\alpha = 0$ , a questão da intensidade da pobreza não é levada em consideração e o FGT ou seja a expressão 1.01 torna-se igual à proporção de pobres na população total (H), representada pela seguinte expressão:

$$P0 = \frac{q}{n} = H \quad (1.02)$$

Essa medida simples é o indicador mais conhecido de pobreza, mas pode ser criticada por limitar-se apenas ao número de pobres na população total.

Esta taxa de incidência (**H**), tem pelo menos duas sérias limitações:

- 1) Em primeiro lugar não dá conta da magnitude da renda dos pobres com respeito à linha de pobreza: uma redução das rendas de todos os pobres, sem afetar as rendas dos ricos, não modificará em nada a taxa de incidência.
- 2) Em segundo lugar, é insensível à distribuição de renda entre os pobres; em particular, qualquer transferência de renda de uma pessoa pobre para uma mais rica não pode aumentar esta taxa. Dado o número de pobres, H não se altera diante de mudanças na renda desses pobres e na distribuição de renda entre eles (não cumpre os axiomas de Monotonicidade e Transferência).

Como observa Amartya Sen (1992) estes dois efeitos da medida H, a mais amplamente usada, a torna inaceitável como indicador de pobreza, e a concepção de pobreza implícita nela parece bastante questionável.

Quando o grau de aversão à pobreza é 1 ( $\alpha=1$ ), leva-se em conta simultaneamente a proporção de



$$P1 = \frac{q}{n} \frac{(z - \bar{y}_p)}{z} \quad (1.03)$$

onde:

$\bar{y}_p$  é a renda média dos pobres.

P1 é o hiato médio e mede a distancia média, em termos monetários, entre o rendimento dos pobres e a linha de pobreza (em termos relativos ou percentuais). De fato, nas palavras de Néri, “P1 é um aperfeiçoamento do P0 desde que este consiga distinguir o individuo muito pobre do não pobre” (Néri, 2000:8). Isto é:

$$P1 = H \times I \quad (1.04)$$

onde:

H - percentual da população pobre ou a taxa de incidência da pobreza;

I - Intensidade da pobreza

**P0**, portanto, permite-nos saber o número ou proporção de pessoas e famílias que se situam abaixo de um limite estabelecido para as linhas de pobreza. No entanto elas não indica a que distancia das linhas de pobreza estas pessoas e famílias se encontram e, portanto, não nos permite avaliar o grau de pobreza. Para tanto, seria necessário calcular, ainda, a insuficiência de renda dos pobres, ou seja, a renda que falta aos pobres para que todos eles atinjam as linhas de pobreza.

**A Intensidade da pobreza (I)** - é também conhecida como Insuficiência Relativa de Renda dos pobres (**IRR**) e se define da seguinte forma: “é a razão entre a Insuficiência Absoluta de Renda dos pobres (**IAR**) e a Linha de Pobreza, ou seja, é a porcentagem da renda dada pela linha de pobreza que falta, em média, por pobre, para que todos cheguem à linha de pobreza” (Fava, 1984:108). Por sua vez a **Insuficiência Absoluta de Renda dos pobres (IAR)**: “é o montante de recursos que deveria ser destinado aos pobres de cada área para que eles pudessem satisfazer as



(Néri, 2000:9). Sendo assim, com P0, todos os indivíduos que estão abaixo da linha de pobreza entram com pesos idênticos. O mesmo não se pode dizer relativamente à severidade de pobreza (P1) e à aversão a pobreza (P2), onde os indivíduos são ponderados proporcionalmente à distância e ao quadrado da distância de suas rendas per capita face à linha de pobreza.

## **b) - Índice de Sen**

Para medir a pobreza é necessário caracterizá-la com base em três variáveis: (1) a incidência da pobreza (o número de pobres); (2) a intensidade da pobreza (quão pobres são os pobres, diferenciando a renda dos pobres da linha da pobreza); e (3) a severidade da pobreza (distribuição da renda no interior dos pobres e o grau de desigualdade entre os pobres).

Como já tivemos oportunidade de ver o FGT já propõe o cálculo do P0, P1 e P2. Sen chega quase as mesmas conclusões, acrescentando ainda o índice de Gini. Para Sen (1992), estudar unicamente a incidência da pobreza significa apenas dizer que proporção da população tem renda inferior à linha de pobreza e não é suficiente uma vez que em certos casos, a quantidade de pobres pode se manter constante e, entretanto a intensidade de pobreza aumenta. Nem tão pouco é suficiente considerar o hiato de pobreza uma vez que tanto a incidência como o hiato podem permanecer inalterados, no entanto, a desigualdade de renda entre os pobres pode se agravar.

Para ultrapassar essas limitações das medidas existentes, Amartya Sen (1976) propôs a construção do chamado Índice de Sen, medida que combina esses três indicadores (incidência da pobreza, o hiato de pobreza e a desigualdade de renda entre os pobres). Formulou assim dois axiomas que toda a medida de pobreza deveria satisfazer: (1) Axioma de Monotocidade e (2) Axioma de Transferência. O primeiro diz que uma redução na renda de uma pessoa situada abaixo da linha de pobreza implica um aumento da medida de pobreza. Por outro lado, o segundo axioma postula que uma transferência na renda de uma pessoa situada abaixo da linha de pobreza para uma pessoa mais rica deve acarretar um aumento da medida de pobreza.

A incidência da pobreza (H), viola ambos os axiomas, ao passo que I e D violam apenas o segundo.

Para operacionalizar o seu índice, Sen considerou “uma comunidade S com uma população de n indivíduos. Sendo  $Y = (Y_1, Y_2, \dots, Y_n)$  um vetor que representa as rendas individuais em ordem crescente, temos que  $Y_i$  (com  $i = 1, \dots, n$ ) representa a renda da i-ésima pessoa da comunidade. A quantidade de pessoas com renda até y é chamada de  $S(y)$ . Assim, se a renda  $z$  representa a linha de pobreza, ou seja, o nível de renda em que a pobreza começa, o número  $p$  de pobres será dado por  $S(z)$ .  $S(\infty)$  representa todas as pessoas da comunidade” (Borges, s.d.: 50). O Hiato de renda  $g_i$ , de qualquer indivíduo  $i$  é a diferença entre a linha de pobreza e sua renda  $Y_i$ .

$$g_i = Z - Y_i \quad (1.08)$$

Obviamente,  $g_i$  é positivo para os pobres e negativo para os não pobres. A insuficiência de renda para todos os pobres é:

$$\sum_{i=1}^p g_i \quad (1.09)$$

O valor máximo para essa insuficiência de renda se dá quando todos os  $p$  pobres têm a renda nula. Nesse caso o valor da expressão acima será igual a  $pz$ . A razão entre a insuficiência de renda dos  $p$  pobres e seu valor máximo é chamada de proporção de insuficiência da renda ( $I'$ ):

$$I' = \frac{1}{pz} \sum_{i=1}^p g_i \quad (1.10)$$

Sendo  $\bar{y}_p$  a renda média dos pobres,

$$\bar{y}_p = \frac{1}{p} \sum_{i=1}^p Y_i \quad (1.11)$$

Consta-se, então que, enquanto o índice  $H$  representa a percentagem de pessoas abaixo da linha de pobreza, o índice  $I$  (representada algebricamente pela expressão 1.06), nos informa a percentagem dos desvios médios de cada hiato de renda. O índice  $H$  é completamente insensível

à distribuição de renda entre os pobres, enquanto o índice  $I$  é completamente insensível ao número de pobres (podemos constatar através da expressão 1.06 que, dados os valores de  $y$  e  $z$ , o valor  $I$  é insensível ao valor de  $p$ ). Ambos os índices possuem características que devem ser consideradas pelo índice de pobreza. Porém, mesmo se utilizarmos os dois índices conjuntamente estaremos perdendo informações relevantes, pois nenhuma dessas medidas revela exatamente a distribuição de renda entre os pobres. Além disso, também não satisfazem como exposto anteriormente nenhum dos axiomas.

Entretanto, no caso especial em que todos os pobres têm exatamente o mesmo nível de renda  $Y < z$ , pode-se dizer que  $I$  e  $H$  juntos fornecem toda informação relevante para determinar o nível de pobreza da comunidade, pois saberemos a proporção de pessoas que se encontram abaixo da linha da pobreza e a extensão dos desvios de renda.

Sen (1976) desenvolveu uma medida de pobreza que reúne todos os requisitos ressaltados até aqui: considera a percentagem de pobres da população, a insuficiência de renda dos pobres, a distribuição de renda entre os pobres, além de estabelecer que as pessoas que possuem rendas menores devem ser ponderadas por pesos maiores. A partir de uma série de axiomas, Sen chega à seguinte expressão:

$$P = \frac{2}{(p+1)nz} \sum_{i=1}^p g_i (p+1-i) \quad (1.12)$$

Podemos observar na expressão (1.12) que cada hiato de renda  $g_i$  é ponderado pelo número  $(p+1-i)$ , que corresponde à ordem de cada indivíduo com relação à intensidade de pobreza. Pode-se verificar que os indivíduos são ponderados de acordo com suas rendas, sendo que o pobre mais pobre será ponderado por  $p$ , enquanto que o pobre menos pobre será ponderado por 1.

O Índice de Gini é um dos indicadores de distribuição de renda mais freqüentemente usado. Isso deve-se ao fato de ser de muito fácil compreensão e de respeitar o princípio de Pigou-Dalton (sensibilidade a transferências regressivas de renda do mais pobre para o mais rico).

Na verdade o Índice de Gini, aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). Tem o valor zero quando estamos perante uma situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda domiciliar per capita. Já o valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a renda. Neste caso estamos, portanto perante uma situação de extrema desigualdade.

O índice de Gini da distribuição da renda entre os pobres é dado por:

$$G = \frac{2}{p^2} \sum_{i=1}^p Y_i - [1 - \frac{1}{p}] \quad (1.13)$$

De acordo com as equações 1.12 e 1.13, temos:

$$P = H[I + \frac{p}{p+1}(1-I)G] \quad (1.14)$$

Para valores altos de **p**, o índice pode ser simplificado da seguinte maneira:

$$P = H[I + (1-I)G] \quad (1.15)$$

O índice **P** de Sen varia de zero a um, sendo que **P = 0** quando todas as pessoas têm renda superior a **z** e **P = 1** quando todas as pessoas têm renda igual a zero. Cabe ressaltar que quando todos os pobres auferirem a mesma renda, o valor do índice de Gini será zero e o índice de **P** será dado pelo produto **H\*I**.

### c) – Outros indicadores de insuficiência de renda

A partir dos resultados sobre a insuficiência de renda e a proporção dos pobres, é possível calcular alguns outros índices, como os que se seguem:

**Índice de Anand (IA)**, também chamado de Déficit de Pobreza – “resulta da razão entre a insuficiência de renda dos pobres e a renda ou despesa de todas as famílias da população. Indica ainda a parcela da renda ou despesa total de cada área que deveria ser destinada aos pobres para que estes possam alcançar a linha de pobreza” (Fava,1988:110).

$$IA = \frac{q(z - \bar{y}_p)}{n\bar{R}} \quad (1.16)$$

Onde:

n - População Total;

$\bar{R}$  - Renda média da população.

O Déficit de Pobreza pode ser visto como constituindo-se de dois termos:

a incidência da pobreza  $q/n$ ; a intensidade da mesma  $(z - \bar{y}_p)/\bar{R}$ , computada relativamente à renda per capita.

**Índice de Fishlow (IF)**: “Este índice foi proposto por Fishlow e difere do índice Anand pelo fato de excluir da renda total da população, a renda dos pobres. Assim ele indica a parcela da renda ou despesa total de cada área que deveria ser destinada aos pobres para que eles atingissem a linha de pobreza. Este índice difere do índice de Anand pelo fato de excluir da renda total da população, a renda dos pobres” (id. Ibid:110). Assim, ele indica a parcela de renda dos não-pobres que seria necessária para trazer todos os pobres até a linha de pobreza.

$$IF = \frac{q(z - \bar{y}_p)}{n\bar{R} - q\bar{y}_p} \quad (1.17)$$

### **1.2.2 Enfoque das Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI)**

Outra abordagem para a definição da pobreza é o conceito da satisfação das necessidades básicas (Salama & Destremau,1999). Esta abordagem considera essencial o acesso a alguns bens, de modo que sem estes os cidadãos não seriam capazes de usufruírem uma vida minimamente digna. Geralmente são consideradas como necessidades básicas a alimentação, educação, vestuário, domicílio, saúde, água potável, rede de esgoto, coleta de lixo, acesso ao transporte coletivo. São na verdade, bens imprescindíveis sem os quais os indivíduos seriam incapazes de terem vidas saudáveis e chances de inserção na sociedade.

Essas medidas de NBI têm a vantagem de permitir analisar os impactos da pobreza a longo prazo. Mesmo com alguma dificuldade, as Necessidades Básicas Insatisfeitas (NBI), são mensuráveis e sua satisfação é economicamente benéfica na medida em que aumenta a produtividade dos indivíduos. Porém, existe uma grande arbitrariedade no cálculo dos indicadores, posto que é necessário estipular quais são as necessidades além de um piso para as mesmas. Para, além disso, têm sido criticadas devido ao fato de que a maioria delas baseiam-se nos dados dos censos de população e habitação, no qual implica uma serie de necessidades que dependem de infraestrutura como habitação e serviços básicos.

Com base nas necessidades básicas insatisfeitas ou indicadores sociais define-se como pobre uma família, que padece de carências graves relativamente ao acesso a educação, saúde, nutrição, habitação, serviços urbanos e oportunidades de emprego.

Para a definição das NBI, é necessário calcular determinados indicadores relacionados com o domicílio, tais como: déficit de serviço elétrico, déficit de água potável, analfabetismo, insuficiente nível de escolaridade, deficiente atenção à saúde, baixa participação laboral. Qualquer domicílio que tenha uma ou mais dessas deficiências se considera o domicílio e seus membros com necessidades básicas insatisfeitas e, portanto pobres.

Segundo Atkinson, a abordagem das NBI “permite que a pobreza seja medida multi-dimensionalmente, onde a família pode ser privada de um, mas não de outros aspectos, embora particularmente sérias sejam as situações nas quais famílias sofram privações em várias dimensões, ou no que seja tipicamente referido como Privações Múltiplas” (Atkinson AB, 1989:207).



Em muitos casos o rendimento pode causar instabilidade no nível de vida, uma vez que uma família pode fazer a sua poupança ou mesmo pedir emprestado, quando o aumento do seu nível de vida não é provocado pelo seu rendimento geral, e os gastos podem ser considerados o melhor índice. Para Atkinson “o nível de vida pode exceder aquele permitido pelo(a) rendimento/renda em que a família pode compartilhar do consumo dos outros. Uma pessoa madura vivendo com o seu filho beneficia-se dos seus gastos. O rendimento também pode exagerar o nível de vida, e isso pode acontecer em casos em que o dinheiro não é suficiente para comprar as mercadorias ou bens necessários, no qual possa existir racionamento ou carência dos mesmos. Também é possível que as pessoas escolham um baixo nível de consumo” (id., Ibid:207).

Sen (1999) propõe uma distinção entre duas abordagens ao problema de pobreza: (1) que diz respeito aos padrões de vida (grosso modo, referente as necessidades básicas insatisfeitas), e (2) aquela que se preocupa com os direitos individuais e serviços específicos. No primeiro conceito o objetivo é que as pessoas se atenham a um nível específico de consumo (ou consumo de mercadorias específicas); e no segundo que abordaremos no próximo item, as pessoas são vistas enquanto cidadãos, habilitadas a um mínimo de renda, mas não apenas, como também ao acesso aos meios para a sua realização pessoal e para o exercício da sua liberdade de escolha (Sen, 1999).

### **1.2.3 Enfoque das Capacidades**

O caráter multidimensional da pobreza leva à necessidade de um indicador que tenha uma correspondente abordagem multidimensional e que leve em consideração a situação auto-avaliada, ou seja, como o indivíduo percebe sua própria situação social. “Esta vertente, conhecida como abordagem das capacidades, define a pobreza relativamente à capacidade dos indivíduos de exercerem suas liberdades bem como de fazerem respeitar seus direitos e busca analisar as diferentes formas de distribuição e acesso aos recursos privados e coletivos” (Lopes, 2003:8).

É importante enfatizar não apenas os direitos sociais, mas também os direitos civis e políticos (SEN, 1988). Essa abordagem é mais abrangente que a abordagem das necessidades básicas, pois inclui não apenas o acesso dos indivíduos à educação, saúde, infra-estrutura (acesso aos bens públicos em geral), como também à possibilidade dos indivíduos exercerem sua cidadania ao nível político.

## **I. - Índice de Desenvolvimento Humano**

Fazendo uso da abordagem das capacidades, o PNUD apresentou em 1990, um novo indicador multidimensional, elaborado por Amartya Sen, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

O IDH tem o objetivo de caracterizar aspectos fundamentais do desenvolvimento humano, ressaltando as oportunidades que os indivíduos devem ter na vida de forma a permiti-los a opção de inserção social. Para, além disso, mede a qualidade de vida e o progresso humano no mundo (IPEA, 1996). Esse indicador permitiu a alteração da metodologia, ou seja, o progresso humano deixou de ser medido apenas pelo critério econômico da renda per capita, mas sim pela ponderação de fatores que ampliam as oportunidades de escolha das pessoas no seu dia a dia.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) publica anualmente um relatório sobre o Desenvolvimento Humano, onde classifica os diferentes países com base no IDH. Este indicador é uma unidade de medida que repousa sobre as três capacidades: longevidade, acesso ao conhecimento e renda. Essas variáveis estão patentes no índice com peso igual ao da renda per capita. O pressuposto é o de que a riqueza em si, não necessariamente expande as escolhas das pessoas. O que é decisivo é o uso que se faz da renda. O ranking de países organizado a partir do IDH tornou-se uma referência internacional no debate sobre o desenvolvimento. O Estudo evidenciou, sobretudo, que nem sempre o aumento da riqueza significa melhoria do bem-estar humano. Países com elevada renda per capita podem apresentar baixos indicadores de desenvolvimento humano e vice-versa. O IDH tem sido utilizado amplamente pelos governos, instituições acadêmicas e de pesquisa e, também, pela sociedade civil.

Em suma, o IDH é a média aritmética simples de três variáveis: nível de educação; longevidade e renda. Varia numa escala de zero a um. A longevidade que também reflete, entre outras coisas, as condições de saúde da população; medida pela esperança de vida ao nascer; o conhecimento medido por uma combinação da taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos níveis de ensino fundamental, médio e superior; a renda medida pelo poder de compra da população, baseado no PIB per capita ajustado ao custo de vida local para torná-lo comparável entre países e regiões, através da metodologia conhecida como paridade do poder de compra (PPC). A metodologia de cálculo do IDH envolve a transformação destas três dimensões em índices de longevidade, educação e renda, que variam entre 0 (pior) e 1 (melhor), e a combinação destes índices em um indicador síntese. Quanto mais próximo de 1 o valor deste indicador, maior será o nível de desenvolvimento humano do país ou região.

Estes três indicadores têm o mesmo peso no cálculo final do IDH. Com base nessa escala, o relatório classifica os países em três grupos: países com desenvolvimento humano elevado, com valores superiores a 0,800; países com desenvolvimento humano médio com valores entre 0,500 a 0,799; e países com desenvolvimento humano baixo com valores inferiores a 0,500.

Visando calcular o IDH, foram estabelecidos valores máximos e mínimos para as seguintes variáveis: (1) expectativa de vida (25 anos e 85 anos); (2) taxa de alfabetização de adultos (0% e 100%); taxa de escolaridade bruta conjunta dos três primeiros níveis de ensino (0% e 100%) e PIB real per capita dólares PPC (100 e 40.000 dólares PPC). A fórmula a seguir mostra como são calculadas as três primeiras variáveis:

$$\acute{I}ndice = \frac{\text{valor } x_i \text{ atual} - \text{valor } x_i \text{ m}\acute{i}n}{\text{valor } x_i \text{ max} - \text{valor } x_i \text{ m}\acute{i}n} \quad (1.18)$$

PIB real per capita dólares PPC é calculado no IDH segundo a seguinte fórmula:

$$\acute{I}ndice = \frac{\log Y - \log Y_{\min}}{\log Y_{\max} - \log Y_{\min}} \quad (1.19)$$

Com base na metodologia do IDH, a Fundação João Pinheiro e o IPEA em 1996 criaram os seguintes indicadores:

## **II. - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)**

A semelhança do IDH, o IDH-M mede o desenvolvimento humano de uma unidade geográfica, neste caso o município. Atendendo que o IDH foi concebido para ser aplicado no nível de países e grandes regiões, a sua aplicação no nível municipal é um pouco complicada, necessitando para isso de algumas adaptações<sup>1</sup> metodológicas e conceituais. Por isso é mais prudente que os indicadores sejam extraídos dos censos demográficos, por forma a ter uma certa harmonização. Para além disso, devido ao fato das dimensões dos municípios serem unidades geográficas menores tanto no aspecto econômico como demográfico, do que os de um país ou uma região tanto o PIB per capita, como a taxa combinada de matrícula não são bons indicadores. Sendo assim, esses indicadores foram substituídos, respectivamente pela renda familiar per capita média do município e pelo número médio de anos de estudo da população adulta (25 anos ou mais). Além de representar melhor as condições de renda e de educação efetivamente vigentes no nível municipal, eles podem ser obtidos diretamente dos Censos Demográficos.

No concernente à taxa de alfabetização de adultos, foi substituída pela taxa de analfabetismo na população de 15 anos e mais (obtida diretamente dos dados censitários), mas essa substituição é irrelevante, pois as duas variáveis são, por definição, complementares. O quarto e último indicador utilizado pela metodologia do IDH-M, a esperança de vida ao nascer (obtida por métodos indiretos a partir dos dados censitários), é o mesmo conceito utilizado pelo IDH.

Tendo em conta o exposto é natural que haja diferenças entre o IDH e o IDH-M. Essa metodologia agrega a longevidade, educação e renda per capita ao nível municipal. Varia também de zero a um. Quanto mais próximo de 1 o valor deste indicador, maior será o nível de desenvolvimento humano do município ou região.

---

<sup>1</sup> Essas adaptações foram feitas no contexto brasileiro.

### **III. - Índice de Condições de vida (ICV)**

É uma extensão do Índice Municipal de Desenvolvimento Humano (IDH-M), também adaptado pelo Brasil e que incorpora, além das dimensões longevidade, educação e renda, outros indicadores destinados a avaliar as dimensões infância e habitação. Para além disso, acrescenta vários outros indicadores, destinados a captar outros aspectos das dimensões longevidade, educação e renda, que já estavam presentes no IDH-M. Neste indicador foi incorporada também a dimensão do domicílio.

O ICV, à semelhança do IDH-M, utiliza exclusivamente variáveis obtidas, direta ou indiretamente, dos Censos Demográficos. Convém ressaltar, no entanto que este indicador não é comparável nem ao IDH, nem ao IDH-M.

Resulta da combinação das cinco dimensões por ele contempladas (longevidade, educação, renda, infância e habitação) em índices que variam entre 0 (pior) e 1 (melhor). Quanto mais próximo de 1 o valor deste indicador, maior será o nível de desenvolvimento humano do município ou região.

### **IV. - Índice de Pobreza Humana (IPH)**

A seguir será apresentada uma nova abordagem que agrega três componentes fundamentais em apenas um índice – Índice de Pobreza Humana (IPH). Ao contrario do IDH que mede o desenvolvimento, o IPH mede a privação.

A pobreza humana é definida pelo empobrecimento em múltiplas dimensões - privações de uma vida longa e saudável, de conhecimento, de um nível de vida digno e de participação na sociedade.

O IPH se concentra na proporção de pessoas que estão abaixo de um limiar em dimensões básicas do desenvolvimento humano, da mesma forma que a incidência da pobreza mede a proporção de pessoas abaixo de um limiar de rendimento (RDH, 2004). Este índice é uma medida

multidimensional da pobreza, desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas (PNUD), bastante semelhante ao IDH e considera as privações em quatro categorias básicas da vida humana: longevidade, educação, provisão econômica<sup>2</sup> e exclusão social<sup>3</sup>. Porém, o IPH mede as privações no desenvolvimento humano. Assim, enquanto o IDH mede o progresso global de um país na realização do desenvolvimento humano, o IPH reflete as privações que ainda existem.

O IPH é construído para os países em desenvolvimento (IPH-1) e para os países industrializados (IPH-2). Foi projetado um índice distinto para os países industrializados porque a privação humana varia com as condições sociais e econômicas da comunidade e para aproveitar a maior disponibilidade de dados para estes países.

#### **a) Índice de Pobreza Humana para países em desenvolvimento (IPH-1)**

Mede a privação nas mesmas dimensões básicas que o desenvolvimento humano como o IDH, por meio de outras variáveis, representando as dimensões saúde e educação. As variáveis utilizadas são a percentagem de pessoas nascidas hoje que não deverão ultrapassar os 40 anos representada por  $P_1$  (longevidade), a percentagem de adultos analfabetos, representada por  $P_2$ . A carência na provisão de bens e serviços básicos  $P_3$  que podem ser adquiridos por meios públicos ou privados, é refletida por um indicador composto por três variáveis: percentagem de pessoas sem acesso aos serviços de saúde  $P_{31}$ ; percentagem de pessoas que não têm acesso a água potável,  $P_{32}$  e a percentagem de crianças com peso deficiente,  $P_{33}$ .

Em suma,  $P_3$  é a média aritmética das variáveis  $P_{31}$ ,  $P_{32}$  e  $P_{33}$  e pode ser representado da seguinte fórmula:

$$P_3 = \frac{P_{31} + P_{32} + P_{33}}{3} \quad (1.20)$$

Por sua vez, o IPH-1 é calculado pela fórmula que se segue:

---

<sup>2</sup> Provisão Econômica - mensura a proporção de pessoas com privação de renda (com renda disponível inferior a 50% da renda média das famílias) ( $P_3$ ).

<sup>3</sup> Exclusão Social - é a proporção do desemprego de longa duração (12 meses ou mais).

$$IPH - 1 = \left( \frac{P_1^3 + P_2^3 + P_3^3}{3} \right)^{1/3} \quad (1.21)$$

### **b) - Índice de Pobreza Humana para países desenvolvidos (IPH-2)**

Foca a privação nas mesmas dimensões que o IPH-1, porém com variáveis diferentes. As variáveis são: a longevidade representada pela percentagem de pessoas nascidas hoje que não deverão ultrapassar os 60 anos ( $P_1$ ); em relação a educação, mede a percentagem de pessoas cuja capacidade para ler e escrever não é suficiente para ser funcional ( $P_2$ ). No que tange à provisão econômica, mensura a proporção de pessoas com privação de renda (com renda disponível inferior a 50% da renda média das famílias) ( $P_3$ ). Já a exclusão social é a proporção do desemprego de longa duração (12 meses ou mais), ( $P_4$ ).

IPH-2 é calculado pela formula:

$$IPH - 2 = \left( \frac{P_1^3 + P_2^3 + P_3^3 + P_4^3}{4} \right)^{1/3} \quad (1.22)$$

## **1.3 Linhas de Pobreza e demais indicadores utilizados nesta dissertação**

Pelos conceitos apresentados podemos concluir que a pobreza pode ser definida em várias óticas dependendo do enfoque que se pretende dar ao estudo. No entanto, qualquer avaliação da pobreza depende da disponibilidade de informação. Nossa intenção inicialmente era definir a pobreza com base no consumo, mas devido à falta de informações na pesquisa que serve de apoio a este trabalho, optamos por definir a linha de pobreza com base na renda utilizando a metodologia do Banco Mundial (1 dólar paridade do poder de compra). Nessa metodologia precisaríamos do PIB e do IPC ao nível nacional e das ilhas, mas possuímos esses indicadores apenas ao nível país.

Dada a insularidade do país, achamos que essa metodologia não era a mais indicada para os objetivos que preconizamos, ou seja, fazer um estudo também ao nível regional (ilhas). Sendo assim, apesar do nosso enfoque continuar a ser a variável renda, optamos pela metodologia usada na Europa e que pensamos que mais se adapta a Cabo Verde. Assim neste trabalho iremos usar a renda mediana per capita para definir a pobreza e a indigência.

Nesta dissertação estamos usando a renda líquida de cada indivíduo, ou seja, a recebida dos últimos 12 meses anteriores a pesquisa, isto é, renda após dedução de impostos, contribuições para segurança social ou para quaisquer outros fins. Essa renda é proveniente de todas as fontes (trabalho por conta própria e de outrem, subsídios, pensão social e de reforma, remessas de familiares residente no país e no estrangeiro, reembolsos etc.).

Para a definição das linhas de pobreza e de indigência, ordenamos as rendas das famílias por ordem crescente e dividimos o total da renda de cada família pelo número de membros, obtendo assim a renda familiar per capita. Essa renda é ordenada tanto pelo país como para as ilhas. Depois estabelecemos um corte com 40% e 60% dessa renda mediana per capita para as linhas e é o que iremos trabalhar nos capítulos de análise exploratória dos dados<sup>4</sup>.

Com base nessa metodologia, vamos chamar **pobres**, todos aqueles cuja renda é inferior ou igual a 60% da renda mediana per capita, **indigentes** todos indivíduos ou famílias com uma renda inferior ou igual a 40% renda mediana per capita e por último, **não pobres** aqueles com mais de 60% da renda mediana per capita.

No país não existem estudos concretos a respeito que nos permitissem indicar com alguma firmeza qual é a percentagem da renda mediana per capita ideal para a pobreza e indigência. Sendo assim, a escolha de 40% e 60% da mediana para as Linhas de Pobreza e de Indigência é arbitrária e prende-se com o conhecimento que temos da realidade do país e pensamos ser suficiente para cobrir as necessidades básicas de alimentação, vestuário, saúde e educação. Deve-se acrescentar ainda, que em relação à escolha desses limiares, o Instituto Nacional de

---

<sup>4</sup> Futuramente será definido separadamente as Linhas de Pobreza e de Indigência para o país, ilhas, e meio de residência.



Estatística de Cabo Verde estimou as necessidades alimentares da população com base nos produtos essenciais (farinha de trigo, milho, arroz, leite em pó, óleo alimentar, feijão e açúcar) e concluiu que o custo dessa cesta era de 24.750 Escudos de Cabo Verde (ECV), o que corresponde à cerca de 30,7% da renda mediana per capita e 77% da Linha de Indigência utilizada nessa dissertação (ver Apêndice 2)).

Com base nesses limiares (40% e 60% da RMPC) estimamos vários indicadores de pobreza tais como: o FGT; insuficiência de renda; Índice de Anand, Índice Fishlow.

No último capítulo desta dissertação entramos na abordagem das NBI, com dados acerca das condições de alojamento. Com base nessa abordagem, apresentamos também um índice de conforto desenvolvido pelo INE-CV. É um indicador composto cujo princípio de cálculo baseia-se na posse ou acesso pelos agregados familiares de dez bens de equipamento ou serviços (mais detalhes no capítulo 2). Este índice varia de 0 a 100 e classifica uma família com um nível de conforto muito baixo quando o índice tem um valor inferior ou igual a 20; um nível de conforto baixo quando o índice varia entre 20 e 40; médio com o índice entre 40 e 60; alto com valores entre 60 e 80 e muito alto quando o índice varia entre 80 e 100.

## **CAPÍTULO 2 - POBREZA E INDIGÊNCIA EM CABO VERDE**

O objetivo deste capítulo é determinar linhas de pobreza e de indigência, com vistas a quantificar a pobreza em Cabo Verde e nas diferentes ilhas. Reveste-se de grande importância na medida em que é a partir dele que se desenvolvem os capítulos subsequentes.

Este capítulo está estruturado nas seguintes seções: 2.1 - Determinação das Linhas de pobreza e de indigência em Cabo Verde; 2.2 - Desigualdade da Distribuição de Renda e Pobreza.

### **2.1 Determinação das Linhas de pobreza e de indigência em Cabo Verde**

Neste item vamos estimar os indicadores de intensidade de pobreza vulgarmente conhecidos como indicadores de Foster-Greer-Thorbecke (FGT). Em I. - vamos estimar a incidência da Pobreza e de Indigência, vulgarmente conhecido por P0; em II. - calcularemos a Intensidade, o Hiato Quadrático da pobreza e a insuficiência de renda.

Como já foi dito anteriormente, com base nos dados do IDRF, foi definido como Linha de Pobreza, 60% da renda mediana per capita e como Linha de Indigência, 40% (os valores estão no apêndice 2) . No futuro determinaremos as linhas de pobreza e de indigência não com base nos valores considerados ao nível nacional, mas sim, separadamente para cada ilha e meio de residência.

Para mais detalhes sobre este capítulo ver o Apêndice 1.e 2.

#### **I. - Incidência da Pobreza e de Indigência em Cabo Verde**

**A Incidência da Pobreza e de Indigência (P0)** é a proporção de pessoas pobres ou indigentes numa determinada população, grupo socioeconômico ou espaço.

Uma vez definidas as linhas de pobreza e de indigência específicas para cada ilha, podemos compará-las às respectivas distribuições de renda familiar per capita, e averiguar a proporção de pessoas e famílias cujas rendas são inferiores aos valores indicados pelas linhas de pobreza e de indigência. Podemos em outras palavras, avaliar a incidência da pobreza em cada ilha. A consecução de tal procedimento conduz aos resultados apresentados nas Tabelas 2.1 e 2.2, que refletem a situação predominante no país no período da pesquisa.

**Tabela 2.1: Distribuição espacial da Pobreza e Indigência por meio de residência, 2002**

Ilha/Meio de residência	População Total	% de Família Abaixo da Linha de Pobreza	% de Pessoas Abaixo da Linha de:		Número de Pessoas Abaixo da Linha de Pobreza	% de Pessoas Abaixo da Linha de Pobreza (Sobre o Total de Cabo Verde)
			Pobreza	Indigência		
<b>Cabo Verde</b>	<b>470.687</b>	<b>30,1</b>	<b>37,8</b>	<b>22,4</b>	<b>177.999</b>	<b>100</b>
Urbano	259.321	17,3	23,5	11,8	60.966	34,3
Rural	211.366	47,1	55,4	35,5	117.033	65,7

Fonte: IDRF, INE, 2002. Tabulação Própria

Tomando em primeiro lugar Cabo Verde como um todo, constatamos que 30,1% das famílias e 37,8% das pessoas encontram-se abaixo das linhas de pobreza definidas. Em termos absolutos, quase 180 mil pessoas são classificadas como pobres, sendo que destes cerca de 105.406 são indigentes num total de cerca de 470 mil pessoas, correspondendo a uma taxa de 22,4%.

Com relação às famílias, nota-se que no momento da pesquisa o país contava com 95.257 sendo que 28656 são consideradas pobres e 16.043 indigentes, o que corresponde à cerca 16,8% das famílias do país, que não dispõem de renda suficiente para cobrir as necessidades básicas de alimentação.

Importante será analisar a clivagem meio urbano/rural. A maior parte da população de Cabo Verde vive no meio urbano (55%). No entanto, quando se trata da pobreza, a situação quase que se inverte, ou seja, mais de metade da população rural pode ser considerada pobre. Apesar da população estar mais ou menos bem distribuída entre o meio rural e urbano a contribuição da pobreza rural para a pobreza do país como um todo é muito grande .

Portanto em termos globais, temos 23,5% da população do meio urbano classificada como pobre e 55,4% do meio rural. Este diferencial de 32 pontos percentuais está em grande parte associado à magnitude da pobreza rural das ilhas de Santiago, Santo Antão e Fogo, como veremos mais adiante.

No que diz respeito às famílias, cerca de 17,3% delas residindo no meio urbano são consideradas pobres, já no meio rural esse nível quase que triplica (47,1%), o que mostra que a intensidade da pobreza no meio rural é maior. Porém, pode-se afirmar também que a pobreza é um fenômeno eminentemente rural. A maior parte das famílias caboverdianas no momento da pesquisa residiam no meio urbano (54.303), destas 9.375 são consideradas pobres. No meio Rural residiam cerca de 40.954 famílias sendo que 19.281 são pobres.

## **II. - Distribuição Geográfica da Pobreza e de Indigência**

Como podemos observar na Tabela 2.2, os níveis de pobreza não são uniformes no país. Eles variam de ilha para ilha e são mais acentuados nas ilhas mais agrícolas, o que se deve em parte ao problema da falta de chuva que afeta o país e com incidência sobretudo no meio rural.

De acordo com os dados da pesquisa, Santo Antão conta com 10.269 famílias, o que corresponde a uma população de 50.623 pessoas. Dessas famílias, 3.145 vivem no meio urbano elevando-se para 7.124 no meio rural.

Com relação à pobreza, Santo Antão é a ilha com os maiores níveis, pois cerca de 54% das famílias são pobres, destes 34,9% são indigentes (Gráfico 2.2). Cerca de 61% das famílias da ilha que residem no meio Rural são pobres contra 38% do meio urbano.

No que diz respeito às pessoas, constatamos que 66,7% vivem abaixo do limiar de pobreza, sendo que 53,3% são pobres no meio urbano, elevando-se em 20 pontos percentuais no meio rural. Nota-se que Santo Antão representa 19% do total dos pobres do país, o que confirma a gravidade

da situação da ilha. Isso deve-se ao fato de que nesta ilha a maioria da população vive no meio rural e, como exposto anteriormente, essa população vive essencialmente da agricultura que, por sua vez, é prejudicada pela quase inexistência das chuvas. Essa situação é extensiva a quase todo o meio rural do arquipélago.

Em suma, cerca de dois terços da população da ilha pode ser considerada pobre e quase metade indigente. Embora a pobreza seja um fenômeno quase generalizado na ilha, constatamos que no meio rural a situação é mais preocupante.

O estudo mostra que cerca de 22% das famílias de São Vicente, são consideradas pobres e destas cerca de metade são indigentes. Essas famílias correspondem a uma população pobre de cerca de 30%, sendo 16% de indigentes. O percentual de pessoas abaixo da linha de pobreza na ilha face ao total do país é de cerca de 12%.

**Tabela 2.2: Distribuição espacial da Pobreza e Indigência por ilhas e meio de residência, 2002**

Ilha/Meio de residência	População Total	% de Família Abaixo da Linha de Pobreza	% de Pessoas		Número de Pessoas Abaixo da Linha de Pobreza	% de Pessoas Abaixo da Linha de Pobreza (Sobre o Total de Cabo)
			Abaixo da Linha de Pobreza	Indigência		
<b>Santo Antão</b>	<b>50.623</b>	<b>54,0</b>	<b>66,7</b>	<b>46,3</b>	<b>33.772</b>	<b>19,0</b>
Urbano	16.606	38,0	53,3	32,7	8.844	5,0
Rural	34.017	61,0	73,3	53,0	24.928	14,0
<b>São Vicente</b>	<b>71.446</b>	<b>22,1</b>	<b>30,0</b>	<b>16,2</b>	<b>21.466</b>	<b>12,1</b>
Urbano	67.359	21,2	28,6	15,6	19.281	10,8
Rural	4.087	38,2	53,5	25,9	2.185	1,2
<b>São Nicolau</b>	<b>14.923</b>	<b>34,1</b>	<b>47,0</b>	<b>27,4</b>	<b>7.020</b>	<b>3,9</b>
Urbano	6.105	17,2	27,0	8,6	1.648	0,9
Rural	8.818	46,2	60,9	40,4	5.372	3,0
<b>Sal</b>	<b>16.908</b>	<b>8,5</b>	<b>9,8</b>	<b>4,6</b>	<b>1.663</b>	<b>0,9</b>
Urbano	15.588	9,1	10,2	5,0	1.591	0,9
Rural	1.320	3,4	5,5	0,0	72	0,0
<b>Boavista</b>	<b>5.141</b>	<b>14,4</b>	<b>19,0</b>	<b>5,5</b>	<b>978</b>	<b>0,5</b>
Urbano	2.525	7,3	6,4	1,2	162	0,1
Rural	2.616	22,2	31,2	9,6	816	0,5
<b>Maio</b>	<b>7.391</b>	<b>26,8</b>	<b>35,8</b>	<b>26,8</b>	<b>2.644</b>	<b>1,5</b>
Urbano	2.834	16,8	23,9	15,0	676	0,4
Rural	4.557	34,1	43,2	34,1	1.968	1,1
<b>Santiago</b>	<b>255.974</b>	<b>28,3</b>	<b>34,6</b>	<b>20,0</b>	<b>88.489</b>	<b>49,7</b>
Urbano	135.592	14,1	18,7	9,0	25.334	14,2
Rural	120.382	45,8	52,5	32,4	63.155	35,5
<b>Fogo</b>	<b>41.235</b>	<b>39,2</b>	<b>47,3</b>	<b>26,4</b>	<b>19.493</b>	<b>11,0</b>
Urbano	10.746	16,3	26,9	2,8	2.892	1,6
Rural	30.489	46,6	54,4	34,7	16.601	9,3
<b>Brava</b>	<b>7.046</b>	<b>27,7</b>	<b>35,1</b>	<b>16,8</b>	<b>2.474</b>	<b>1,4</b>
Urbano	1.966	18,1	27,4	13,5	538	0,3
Rural	5.080	31,5	38,1	18,0	1.936	1,1

Fonte: IDRF, INE, 2002. Tabulação Própria

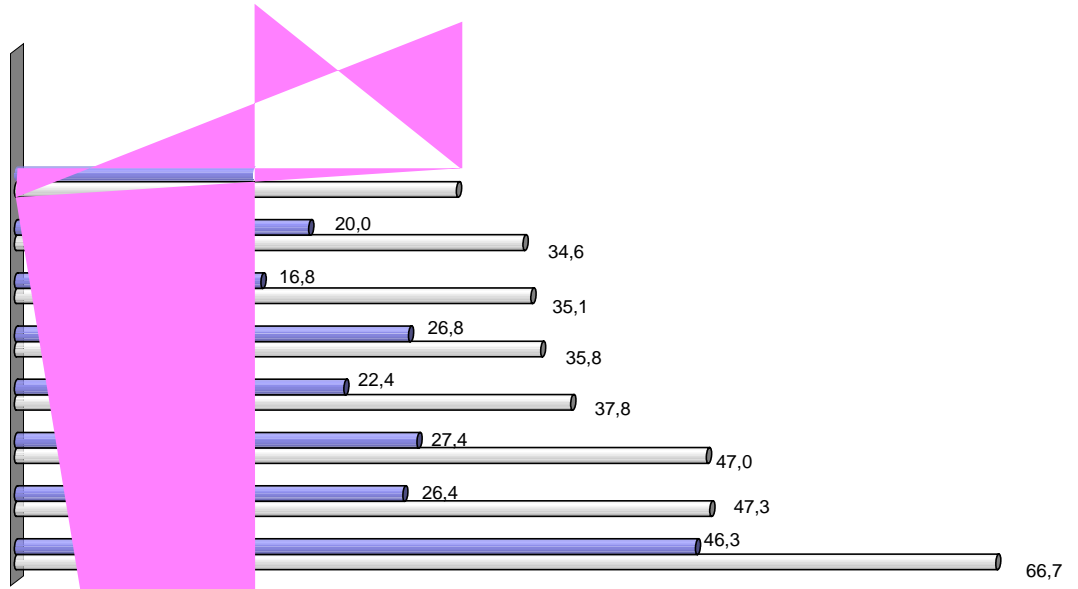
O fenômeno da pobreza em São Vicente está ligado a mobilidade física das pessoas (migrações internas). Efetivamente, a urbanização da ilha e os investimentos públicos efetuados, nomeadamente em infra-estrutura, constituem num forte atrativo para as populações de outras ilhas, particularmente da ilha de Santo Antão. Esta por ser uma ilha agrícola, é muito afetada pela falta de chuva e por isso muita gente imigra e normalmente sem nível de instrução adequado às exigências do mercado de trabalho ou uma formação profissionalizante, é impelida para atividades econômicas menos remuneradas e sazonais e forçados a morar em bairros periféricos da cidade ou então no interior da ilha dedicando-se a atividades tradicionais da ilha de origem, isto é a agricultura e a pecuária.

Os gráficos 2.1 e 2.2. mostram a incidência da pobreza e de indigência nessas ilhas.

São Nicolau é uma ilha essencialmente agrícola e conta com uma população de 3.219 famílias, repartidos segundo o meio de residência em 1.341 no meio urbano elevando-se para 1.878 no meio rural. Com base nos dados da pesquisa a população da ilha é de 14.923, sendo que a maioria (59,1%) vive no meio rural. Pelas características rurais, São Nicolau tem sido, à semelhança de Santo Antão, Fogo e Santiago a mais fustigada pela seca. A deteriorização progressiva das condições para a prática da agricultura e a ausência de oportunidades de ocupação das populações estão na origem do empobrecimento progressivo da ilha. Aproximadamente 34% das famílias da ilha podem ser consideradas pobres, sendo 21% indigentes. A população da ilha considerada pobre é de 47%, sendo que 27% é indigente. Se considerarmos a parte rural da ilha, verifica-se um agravamento da pobreza para um índice de 61% da população rural, perdendo apenas para a ilha de Santo Antão.

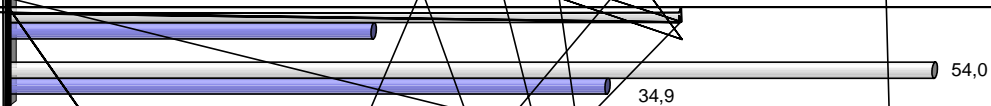
Na ilha do Sal vivem 3.820 famílias, sendo que destas 3.463 vivem no meio urbano (90,7%). Conta com uma população de 16.908 habitantes. É a ilha do país com o menor nível de pobreza, quer em termos de família, quer em termos de população. O mesmo se pode dizer em relação aos indigentes. Isso se deve, sobretudo ao fato desta ilha ser eminentemente urbana, com o principal aeroporto do país e com um desenvolvimento do turismo muito forte.

Boavista é a ilha menos populosa do país e segue a mesma tendência da ilha do Sal. Os níveis de pobreza nesta ilha são também muito inferiores à média nacional, quase duas vezes.

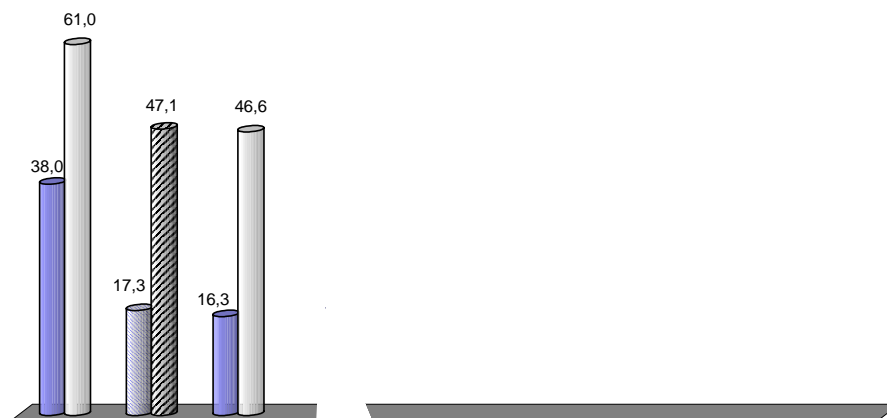




rural. Nesta ilha a incidência da pobreza nas famílias é de 39,2%, sendo que no meio urbano é de 16,3%, elevando-se para 46,6% no meio rural. Quando consideramos as pessoas, 47,3% da população da ilha é pobre e 26,4% é considerada indigente. Essa ilha alberga 11% do total dos pobres do país.



O Gráfico 2.3, mostra como se distribuem as famílias pobres e indigentes relativamente ao meio de residência.



Convém salientar de já que o P1 tem a desvantagem de não apresentar uma sensibilidade às

A Intensidade da Pobreza no país relativamente às famílias é de cerca de 11,4%. Nota-se a mesma tendência descrita na população relativamente às ilhas, embora em proporções diferentes como podemos ver na Tabela 2.4.

**Tabela 2.4: Medidas de FGT com base nas famílias por ilhas, 2002**

Ilhas	P0		P1		P2	
	Pobres	Indigentes	Pobres	Indigentes	Pobres	Indigentes
S. Antão	0,539	0,349	0,231	0,122	0,127	0,059
S. Vicente	0,221	0,110	0,077	0,032	0,038	0,015
S. Nicolau	0,341	0,207	0,130	0,058	0,065	0,025
Sal	0,085	0,038	0,028	0,010	0,013	0,005
B. Vista	0,144	0,041	0,030	0,007	0,011	0,002
Maio	0,268	0,183	0,122	0,071	0,071	0,037
Santiago	0,282	0,155	0,104	0,046	0,051	0,019
Fogo	0,392	0,212	0,146	0,065	0,072	0,029
Brava	0,277	0,123	0,081	0,018	0,030	0,004
<b>Cabo Verde</b>	<b>0,301</b>	<b>0,168</b>	<b>0,114</b>	<b>0,052</b>	<b>0,057</b>	<b>0,023</b>

Fonte: IDRF, INE, 2002. Tabulação Própria

## b) Hiato Quadrático da Pobreza

Já no que tange ao Hiato Quadrático da Pobreza (P2), conhecido como índice de Foster-Greer-Thorbecke ou como hiato quadrático de renda médio, é outra medida de intensidade de pobreza, ainda mais sensível à renda muito baixa que o hiato de renda médio.

Relativamente ao Hiato Quadrático da pobreza, nota-se que é outro indicador de extrema importância e que ao contrário de P0, atende aos dois axiomas que Sen (1976) recomenda como propriedades desejáveis em indicadores de pobreza:

- ⇒ Axioma da Monotonicidade: uma redução da renda (ou de outros atributos considerados na elaboração da linha de pobreza escolhida) de um indivíduo abaixo da linha de pobreza acarreta um aumento do indicador.
- ⇒ Axioma da Sensibilidade a Transferências Regressivas: uma transferência de renda de um pobre para uma pessoa menos pobre acarreta o aumento da medida de pobreza.

O Hiato Quadrático da Pobreza agrega informações sobre a incidência e a intensidade da pobreza, bem como sobre a distribuição da renda entre os pobres.

É interessante notar que os níveis registrados por P2 são bem menores do que os demais indicadores apresentados até este momento. Ao nível nacional o P2 é de cerca de 5,7% para as famílias pobres e 2,3 para as indigentes..

Relativamente às ilhas o comportamento é semelhante ao de P1 e o mesmo se pode dizer em relação às famílias, como se depreende das Tabela 2.3 e Tabela 2.4.

Em suma o Hiato Quadrático da pobreza (Tabela 2.3), relativamente a população pobre é de 7,7% ao nível do país. São Nicolau e Maio apresentam um P1 com poucas variações (17,8% e 17,5% de pobres respectivamente). O mesmo já não se pode dizer em relação ao P2. O fato de P2 ser mais elevado na ilha do Maio indica uma maior desigualdade na distribuição de renda dos pobres.

### **c) - Insuficiência de Renda**

Com base nos dados da renda do IDRF, estimamos a insuficiência de renda dos pobres de cada ilha e do país. Os resultados encontram-se nas duas primeiras colunas da Tabela 2.5.

No que diz respeito à insuficiência absoluta de renda, o maior valor é observado na ilha de Santiago que é também a ilha onde se encontra o maior numero de pobres. O segundo maior valor encontra-se na ilha de Santo Antão que é, porém, a segunda ilha em termos de número de pessoas pobres. Segue-se a ilha de São Vicente com o terceiro nível em termos de insuficiência de renda dos pobres, nota-se que é também a terceira ilha em termos de concentração de pobres.

A insuficiência absoluta de renda observada nestas três ilhas corresponde a 81,5% do total verificado para Cabo Verde, com base nos dados dessa pesquisa. Segue-se esta tendência, ou seja, onde há maior número de pobres maior é a insuficiência de renda.

No que tange á Insuficiência Relativa de Renda, notamos também algumas oscilações. Ao nível nacional a percentagem de renda dada pela linha da pobreza que falta, em média por pobre, para que todos cheguem à linha de pobreza, é de 39,3% e varia de ilha para ilha.

Como podemos observar ainda na Tabela 2.5, os maiores déficits relativos de renda foram encontrados nas ilhas do Maio e Santo Antão, que apresentam níveis superiores à média nacional. Quase que é necessário, duplicar a renda dos pobres da ilha do Maio para atingirem a linha da pobreza. Com níveis relativamente abaixo do todo nacional, mas ainda elevados vêm as ilhas do Fogo, Santiago e São Nicolau.

No que tange aos índices de pobreza (Anand e Fishlow), os valores estão apresentados nas duas últimas colunas da Tabela 2.5 e como já foi dito anteriormente baseiam-se nos dados da renda.

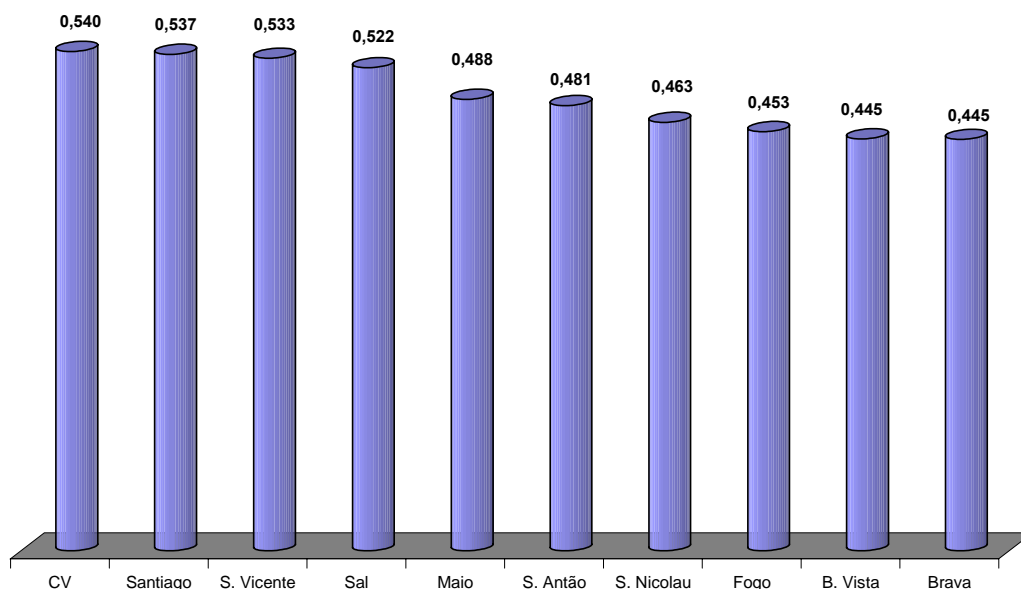
Da análise do índice de Anand, constatamos que com exceção da ilha de Santiago, que é um caso particular já que nesta ilha se situa a capital do país, a insuficiência de renda dos pobres é superior nas ilhas mais rurais. É o caso de Santo Antão, Fogo e São Nicolau onde este indicador atinge 28,7%, 12,5% e 11,6% respectivamente. Isso deve-se fundamentalmente à maior incidência da pobreza e à maior insuficiência relativa de renda dos pobres, excetuando a ilha do Maio.

Nas ilhas mais turísticas do país, (Sal, Boavista e Maio) os níveis do Índice de Anand são residuais. Nas restantes ilhas este indicador se aproxima muito da média nacional que é cerca de 6,8%.

Com relação ao índice de Fishlow, constatamos maiores aumentos face ao índice Anand nas ilhas Santo Antão, Fogo e São Nicolau. Nas restantes ilhas verificamos que as oscilações são pouco significativas. A exclusão da renda dos pobres do total da renda familiar altera pouco a situação, o que denota a pequena participação dos pobres na distribuição de renda.

	<b>Absoluta (em 1000 ecv)</b>	<b>Relativa ( em %)</b>	<b>Anand</b>	<b>Fishlow</b>
Santo Antão	753.029	46,0	0,287	0,432
São Vicente	378.230	36,4	0,041	0,044
São Nicolau	128.644	37,8	0,116	0,143
Sal	26.326	32,7	0,009	0,009
Boavista	10.447	22,0	0,013	0,014
Maio	62.606			

**Gráfico 2.4: Índice de Gini por ilhas, 2002**



Fonte: IDRF, INE, 2002. Tabulação Própria

De acordo com os dados da pesquisa apresentados na Tabela 2.6, 10% da população mais pobre possui 2% da renda. Cerca de 70% dos agregados familiares, isto é os sete primeiros décimos se apropriam de apenas 42% da renda total.

É de salientar, por outro lado que os 10% mais ricos da população, isto é o ultimo décimo, retém cerca de 30% da renda nacional.

**Tabela 2.6: Distribuição da renda por decis, 2002**

	Frequencias	Coordenadas da Curva de Lorenz
1	0,023	0,023
2	0,035	0,058
3	0,046	0,104
4	0,058	0,162
5	0,072	0,234
6	0,087	0,321
7	0,099	0,420
8	0,125	0,546
9	0,160	0,705
10	0,295	1

Fonte: IDRF, INE, 2002. Tabulação Própria



Quanto às ilhas, nota-se que em Santiago os 10% da população mais pobre concentram apenas 2% da renda, já os 10% mais ricos têm cerca de 31% da renda total (Tabela 2.7).

Como já demonstrado anteriormente, Santo Antão é a ilha onde se registra os piores indicadores de pobreza, no entanto a renda é relativamente melhor distribuída, ocupando a quinta posição face ao Gini. Nesta ilha 70% dos agregados familiares concentram apenas 49% da renda, já os 10% mais ricos concentram 20% do total da renda.

**Tabela 2.7: Distribuição de Receita por Décis de Receita Individual por ilhas, 2002**

Ilhas / decís	Décis									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
S. Antão	0,039	0,047	0,057	0,070	0,088	0,094	0,098	0,143	0,161	0,204
S. Vicente	0,024	0,039	0,048	0,063	0,071	0,084	0,106	0,126	0,170	0,271
S. Nicolau	0,031	0,047	0,074	0,080	0,073	0,087	0,147	0,158	0,121	0,182
Sal	0,024	0,042	0,089	0,066	0,089	0,086	0,114	0,129	0,160	0,200
B. Vista	0,038	0,030	0,065	0,070	0,069	0,111	0,141	0,118	0,154	0,203
Maio	0,025	0,035	0,051	0,089	0,081	0,095	0,146	0,152	0,149	0,178
Santiago	0,022	0,032	0,047	0,058	0,069	0,085	0,096	0,124	0,159	0,308
Fogo	0,030	0,044	0,063	0,065	0,074	0,105	0,119	0,118	0,149	0,232
Brava	0,043	0,043	0,063	0,092	0,101	0,108	0,090	0,109	0,134	0,219

Fonte: IDRF, INE, 2002. Tabulação Própria

Pelo exposto facilmente se conclui que ao nível do país existe uma forte desigualdade na distribuição de renda, comportamento semelhante em relação às ilhas.

## **CAPÍTULO 3 – PERFIL DA POBREZA EM CABO VERDE**

A caracterização da pobreza que se segue está baseada nos dados do Inquérito as Despesas e Receitas Familiares (IDRF) de 2002. O critério usado para identificar pessoas e domicílios pobres e não-pobres é a renda mediana domiciliar per capita (RMDPC). Foi utilizada a linha de pobreza (LP) de 60% da RMDPC calculada ao nível nacional para todas as ilhas.

Visando simplificar a análise, não foi levada em consideração a linha de indigência que como já foi dito no capítulo anterior corresponde a 40% RMDPC. Pelo mesmo motivo em muitos casos a análise cingiu-se apenas ao nível nacional.

O objetivo deste capítulo é traçar o perfil da população e dos domicílios caboverdianos, distinguindo os pobres e os não pobres. Tendo em conta os objetivos do país de reduzir os níveis de pobreza existente, pretendemos assim, fornecer uma fotografia da pobreza em Cabo Verde, segundo as principais características da população e chefe dos agregados, isto é sexo, idade, educação, setor de atividade, ocupação, ilhas e meio de residência. Para o efeito vamos tratar nesse capítulo os seguintes assuntos: em 3.1, o perfil sócio-demográfico da população; 3.2, perfil sócio-demográfico dos chefes de agregados familiares; 3.3, saber quem é pobre em Cabo Verde, traçando um perfil sócio-demográfico da pobreza; e.3.4, conclusão do capítulo.

### **3.1 Perfil Sócio-demográfico da População Total**

Nesta seção vamos apresentar as características gerais da população e chefes dos domicílios.

Antes de entrar na análise propriamente Tw( )Tj03 Tc4.5(e)25.7(r)aTJ10.4(o48 TD-02996 Tw[(tr des

a população com 4 anos e mais; (c) atividade econômica – aplica-se as pessoas com 15 anos e mais e (d) analfabetismo - aplica-se também às pessoas com 15 anos e mais.

### 1) - População total segundo as ilhas, meio de residência, sexo e idade

A Tabela 3.1 mostra como se distribui a população do país, segundo o meio de residência, sexo e idade. De acordo com os dados do IDRF apresentados nesta Tabela, a população de Cabo Verde é majoritariamente do sexo feminino (51,6% contra 48,4% dos homens). Mais da metade da população vive no meio urbano, 55,1%. É Interessante observar que tanto no meio urbano como no meio rural, a população feminina é superior à masculina.

**Tabela 3.1: Repartição percentual da população segundo o meio de residência, por sexo e idade, 2002**

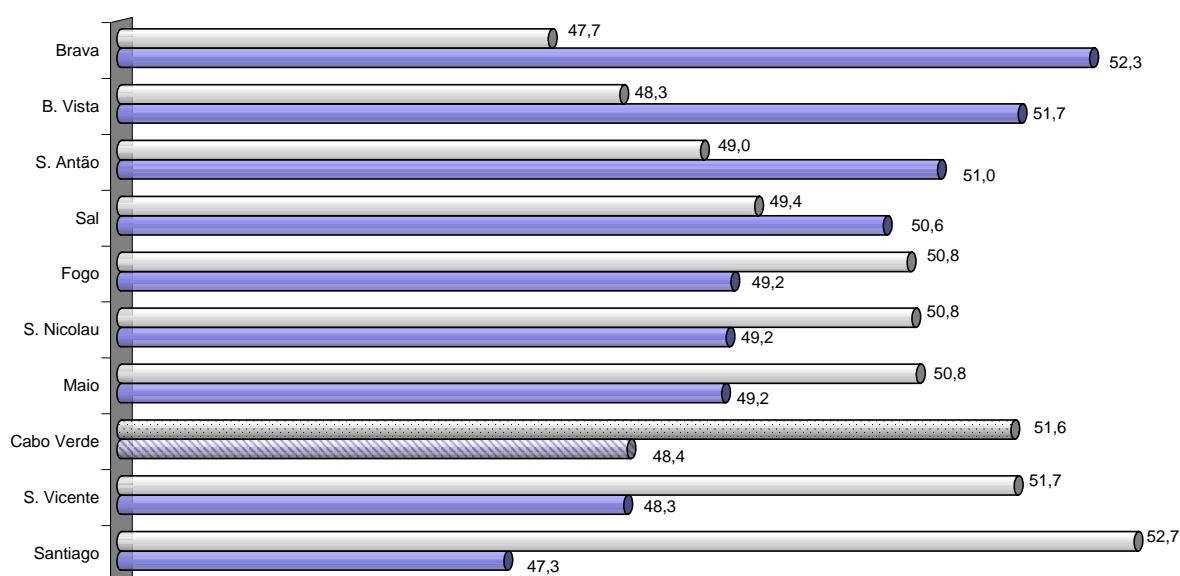
	Total		Urbano		Rural	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
<b>Total</b>	<b>470.687</b>	<b>100</b>	<b>259.321</b>	<b>100</b>	<b>211.366</b>	<b>100</b>
<b>Sexo</b>						
Masculino	227.624	48,4	124.821	48,1	102.803	48,6
Feminino	243.063	51,6	134.500	51,9	108.563	51,4
<b>Idade</b>						
menos de 1	8.950	1,9	4.649	1,8	4.301	2,0
1 a 4 anos	44.433	9,4	22.930	8,8	21.503	10,2
5 a 9 anos	66.420	14,1	33.168	12,8	33.252	15,7
10 a 14 anos	75.987	16,1	39.502	15,2	36.485	17,3
15 a 24 anos	97.668	20,8	57.557	22,2	40.111	19,0
25 a 44 anos	103.597	22,0	63.391	24,4	40.206	19,0
45 a 64 anos	42.163	9,0	23.523	9,1	18.640	8,8
65 e mais	31.469	6,7	14.601	5,6	16.868	8,0

Fonte: IDRF, INE, 2002. Tabulação Própria

Com relação à idade, podemos concluir da pesquisa que Cabo Verde tem uma população extremamente jovem. Mais de 62% da população tem idade menor ou igual a 24 anos, o que coloca grandes desafios ao país, sobretudo no tocante a infra-estruturas educacionais, formação de professores e saúde.

Relativamente às ilhas verificamos também uma ligeira supremacia das mulheres face aos homens na maioria delas, porém nas ilhas da Brava, Boa Vista, Santo Antão e Sal a situação é diferente, com mostra o Gráfico 3.1. Essa situação pode ser explicada em parte pela migração.

**Gráfico 3.1: Distribuição percentual da população residente segundo o sexo, por ilhas, 2002**



Fonte: IDRF, INE, 2002. Tabulação Própria

■ Masculino □ Feminino

## 2) - População total segundo o Nível de Instrução, sexo e meio de residência

Com o fito de saber o nível educacional no arquipélago, o IDRF fez a seguinte pergunta a todos os indivíduos com 4 anos e mais: qual foi o nível de ensino mais elevado que frequentou o indivíduo ou que anda a frequentar? Da resposta a essa questão concluímos que a maioria da população do arquipélago tem o EBI<sup>5</sup> (54,7%), a seguir o ensino Secundário<sup>6</sup> (23,2%).

<sup>5</sup> EBI – Ensino Básico Integrado que vai da 1ª a 8ª classe. No Brasil corresponde ao Ensino Fundamental (1ª a 8ª série).

<sup>6</sup> Ensino Secundário – vai do 9º ano ao 12º ano de escolaridade.

Convém salientar que o percentual de pessoas sem nenhum nível de instrução é ainda elevado (19,6%) e apenas 2,5% tem um nível pós-secundário<sup>7</sup>.

Constatamos que, no que diz respeito ao sexo, as mulheres são as menos instruídas em todos os níveis de instrução considerados, representando também o grupo com a maior proporção de pessoas sem nenhum nível de instrução, 23,5% contra 15,5% dos homens, como mostra a Tabela a seguir.

**Tabela 3.2: Repartição percentual da população residente segundo o meio de residência e sexo por nível de instrução, 2002**

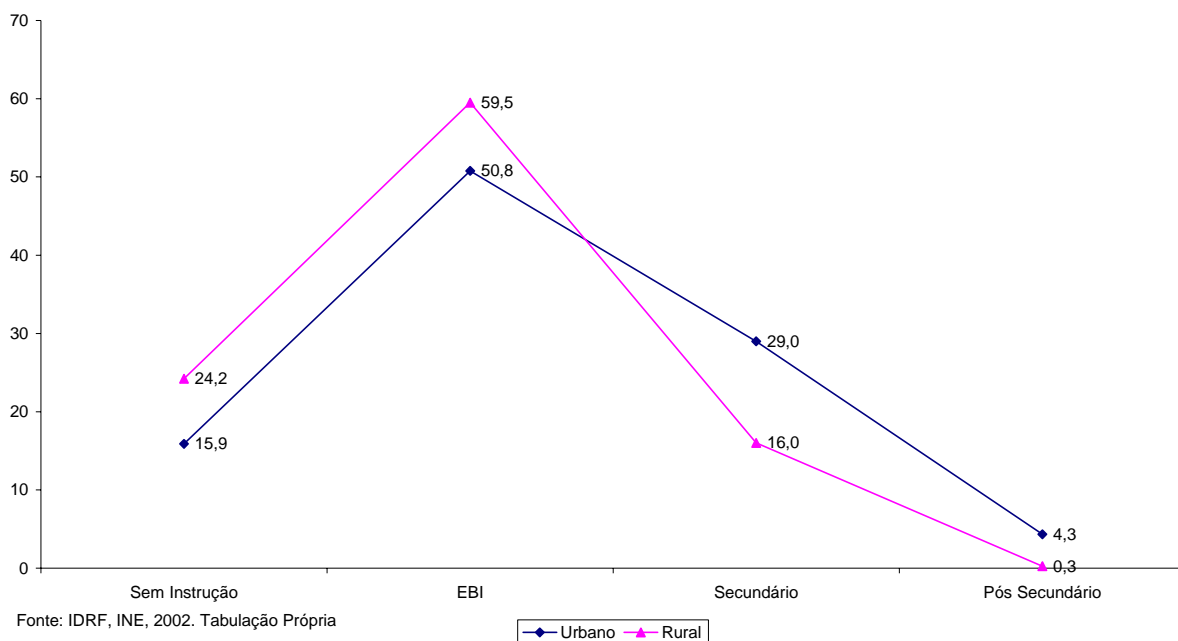
	Total			Urbano		Rural	
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Sem Instrução	15,5	23,5	19,6	12,3	19,2	19,4	28,7
EBI	57,2	52,4	54,7	53,0	48,7	62,3	56,9
Secundário	24,3	22,2	23,2	29,5	28,5	17,9	14,2
Pós Secundário	3,1	2,0	2,5	5,2	3,5	0,4	0,1
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: IDRF, INE, 2002. Tabulação Própria

No que diz respeito ao meio de residência (Gráfico 3.2) é de salientar que no meio rural a proporção de pessoas com o EBI é de 59,5%, nível esse superior ao registrado no meio urbano que é de 50,8%. Também é no meio rural que se verifica maiores níveis de pessoas que não sabem ler nem escrever, 24,2% contra 15,9% do meio urbano. Nos demais níveis de instrução (secundário e pós-secundário) a situação é muito melhor no meio urbano.

<sup>7</sup> Pós Secundário – corresponde aos cursos médios e superiores.

**Gráfico 3.2: Distribuição percentual da população residente de 4 anos e mais segundo o meio de residência por nível de instrução, 2002**



A Tabela 3.3 mostra melhor a desigualdade em termos de educação face ao sexo. Como se depreende desta tabela a questão do gênero em Cabo Verde, ainda se coloca em vários domínios, particularmente na educação. Ao nível do país, cerca de 62,1% das mulheres com idade superior ou igual a 4 anos não sabem ler nem escrever, contra 37,9% dos homens. A proporção de mulheres com o pós-secundário é de 41,4% elevando-se para 58,6% nos homens. Relativamente aos demais níveis de instrução não se verificam grandes oscilações entre os sexos.

No que diz respeito ao meio de residência, o comportamento é praticamente o mesmo do país, no entanto no meio rural verifica-se variações significativas face ao sexo. Por exemplo, no meio rural cerca de 39 homens em cada 100 não sabem ler nem escrever, contra 61 em cada 100

**Tabela 3.3: Repartição percentual da população residente segundo o meio de residência e sexo por nível de instrução, 2002**

	Total			Urbano			Rural		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Sem Instrução	37,9	62,1	100	37,1	62,9	100	38,6	61,4	100
EBI	50,3	49,7	100	50,1	49,9	100	50,5	49,5	100
Secundário	50,4	49,6	100	48,8	51,2	100	54,1	45,9	100
Pós Secundário	58,6	41,4	100	58,0	42,0	100	70,9	29,1	100
Total	48,1	51,9	100	48,0	52,0	100	48,2	51,8	100

Fonte: IDRF, INE, 2002. Tabulação Própria

### 3) - População total segundo as ilhas, nível de instrução e sexo

Quanto às ilhas verificamos grandes assimetrias em relação aos níveis de instrução. Santo Antão, Fogo, Brava, São Nicolau e Santiago apresentam as maiores proporções de pessoas sem nenhum nível de instrução. No extremo oposto encontram as ilhas da Boavista e do Sal onde a situação é muito melhor face a esse indicador.

Em relação ao EBI a situação é relativamente boa em praticamente todas as ilhas, onde mais de metade da população nas idades respectivas tem esse nível. Isso deve-se ao fato de ser universal e obrigatório. O mesmo já não se pode dizer em relação ao ensino secundário onde os níveis são baixos, sobretudo em São Nicolau, Maio e Brava (Tabela 3.4). Nos níveis pós-secundários as proporções são ainda residuais.

Relativamente ao sexo em todas as ilhas do país a proporção de mulheres sem nenhum nível de instrução é superior a dos homens. Praticamente esse mesmo comportamento se verifica em relação aos demais níveis de instrução, ressaltando os casos das ilhas da Boavista e Brava onde há uma ligeira supremacia de mulheres com o EBI face aos homens e nas ilhas de Santo Antão e Sal onde a proporção de mulheres com o secundário é superior.

**Tabela 3.4: Repartição percentual da população residente segundo o nível de instrução, por ilhas e sexo, 2002**

	<b>Sem Instrução</b>	<b>EBI</b>	<b>Secundário</b>	<b>Pós Secundário</b>	<b>Total</b>
<b>S. Antão</b>	<b>25,1</b>	<b>55,2</b>	<b>18,8</b>	<b>0,8</b>	<b>100</b>
Masculino	22,6	58,7	17,9	0,8	100
Feminino	27,8	51,5	19,8	0,9	100
<b>S. Vicente</b>	<b>16,7</b>	<b>51,1</b>	<b>27,7</b>	<b>4,5</b>	<b>100</b>
Masculino	12,8	54,1	28,2	4,9	100
Feminino	20,3	48,3	27,3	4,1	100
<b>S. Nicolau</b>	<b>20,0</b>	<b>64,7</b>	<b>14,4</b>	<b>0,9</b>	<b>100</b>
Masculino	13,4	65,6	19,1	1,9	100
Feminino	26,2	63,8	10,0	0,0	100
<b>Sal</b>	<b>9,3</b>	<b>58,2</b>	<b>28,9</b>	<b>3,6</b>	<b>100</b>
Masculino	8,8	60,2	26,0	4,9	100
Feminino	9,9	56,0	31,8	2,3	100
<b>B. Vista</b>	<b>7,1</b>	<b>62,5</b>	<b>27,7</b>	<b>2,7</b>	<b>100</b>
Masculino	5,2	61,3	30,4	3,2	100
Feminino	9,1	63,9	24,9	2,2	100
<b>Maio</b>	<b>17,0</b>	<b>66,8</b>	<b>14,9</b>	<b>1,2</b>	<b>100</b>
Masculino	12,9	68,9	16,0	2,2	100
Feminino	21,0	64,8	13,8	0,4	100
<b>Santiago</b>	<b>19,9</b>	<b>53,7</b>	<b>23,7</b>	<b>2,7</b>	<b>100</b>
Masculino	15,0	56,0	25,7	3,3	100
Feminino	24,2	51,7	22,0	2,1	100
<b>Fogo</b>	<b>22,0</b>	<b>57,3</b>	<b>20,0</b>	<b>0,8</b>	<b>100</b>
Masculino	17,9	60,0	20,7	1,3	100
Feminino	25,9	54,6	19,3	0,2	100
<b>Brava</b>	<b>20,9</b>	<b>60,5</b>	<b>17,5</b>	<b>1,0</b>	<b>100</b>
Masculino	20,3	60,0	18,1	1,6	100
Feminino	21,5	61,1	16,9	0,5	100

Fonte: IDRF, INE, 2002. Tabulação Própria

#### **4) – População total segundo a Aptidão para Ler e Escrever por Grandes Grupos Etários, sexo e meio de residência**

A aptidão para ler e escrever é de extrema importância quando se quer saber o potencial da população alfabetizada de um país e por outro lado saber qual é o nível de analfabetismo, importante para traçar políticas. A análise do analfabetismo por grupos etários constitui um excelente instrumento para estudar a dinâmica e as perspectivas de irradiação do mesmo. Para efeito de análise, foram definidos 4 grupos etários: 15 e mais, 15-34 anos, 35-49 anos e 50 e mais,



A Tabela a seguir mostra a distribuição da população de 15 anos e mais segundo a aptidão para ler e escrever e sexo por meio de residência e grandes grupos etários. De acordo com esta, cerca de 77,6% da população com 15 anos e mais sabe ler e escrever e 22,4% é analfabeta. Em outros termos, isto equivale a dizer que sensivelmente 3 em cada 4 caboverdianos sabem ler e escrever, nível bastante satisfatório se compararmos com os observados em muitos países da nossa sub-região, onde a escolarização é mais antiga. Porém, se tivermos em conta que de acordo com a Unesco, um país alcança a alfabetização universal ou quase universal quando mais de 90% da sua população adulta está alfabetizada, então estamos muito aquém dessa meta. Portanto há necessidade de mais investimentos no setor, visando inverter esse quadro.

A maioria dos analfabetos são mulheres (30,3% contra 13,1% nos homens) e apresenta diferenças significativas face ao meio de residência. A proporção de analfabetos no meio urbano é de 15,6% e quase que duplica quando passamos para o meio rural 31,7%. Esse comportamento é semelhante ao sexo, como se depreende da Tabela que se segue.

**Tabela 3.5: Repartição percentual da população de 15 anos e mais segundo a aptidão para leitura e escrita e sexo por meio de residência e grandes grupos etários, 2002**

Grandes Grupos Etários	Sabe ler e Escrever			Não Sabe ler e Escrever		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
15 a 34 anos	95,9	93,9	94,9	4,1	6,1	5,1
35 a 49 anos	85,4	61,7	72,0	14,6	38,3	28,0
50 anos e mais	59,4	25,5	39,1	40,6	74,5	60,9
<b>Total (15 anos e mais)</b>	<b>86,9</b>	<b>69,7</b>	<b>77,6</b>	<b>13,1</b>	<b>30,3</b>	<b>22,4</b>
	<b>Urbano</b>					
15 a 34 anos	97,1	96,4	96,7	2,9	3,6	3,3
35 a 49 anos	91,4	71,9	81,0	8,6	28,1	19,0
50 anos e mais	71,8	37,5	51,0	28,2	62,5	49,0
<b>Total (15 anos e mais)</b>	<b>91,8</b>	<b>78,0</b>	<b>84,4</b>	<b>8,2</b>	<b>22,0</b>	<b>15,6</b>
	<b>Rural</b>					
15 a 34 anos	94,2	90,2	92,2	5,8	9,8	7,8
35 a 49 anos	74,2	47,6	57,9	25,8	52,4	42,1
50 anos e mais	47,6	13,3	27,3	52,4	86,7	72,7
<b>Total (15 anos e mais)</b>	<b>80,0</b>	<b>58,4</b>	<b>68,3</b>	<b>20,0</b>	<b>41,6</b>	<b>31,7</b>

Fonte: IDRF, INE, 2002. Tabulação Própria

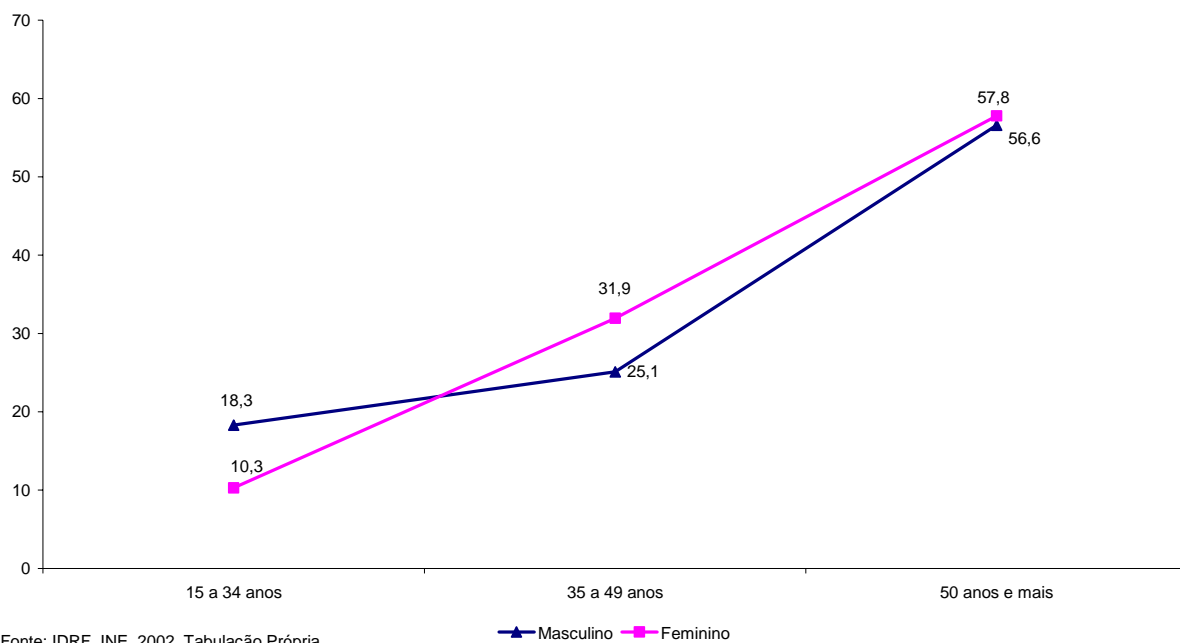
No que se refere à evolução da taxa de analfabetismo por grandes grupos etários, conclui-se que, no grupo de 15 a 34 anos, (grupo alvo da atuação da Direção Geral de Alfabetização e Educação de Adultos), a proporção de pessoas que não sabem ler e escrever ao nível nacional situa nos

5,1%, sendo que cerca de 4 em cada 100 são homens e 6 em cada 100 são mulheres. A proporção de alfabetizados nesta faixa etária é, portanto, significativa (94,9%), sendo que a maioria são homens.

A medida que aumenta a idade diminui a proporção de alfabetizados e aumenta a taxa de analfabetismo, o que leva-nos a concluir que o analfabetismo atinge de forma particular as camadas mais velhas da sociedade. Assim a taxa de analfabetismo é de 28% na população com idade compreendida entre 35 e 49 anos e de 60,9% nas pessoas com idade igual ou superior a 50 anos. Nota-se que a disparidade é grande entre os sexos e que em ambas as faixas etárias o analfabetismo atinge particularmente as mulheres (Gráficos 3.3 e 3.4).

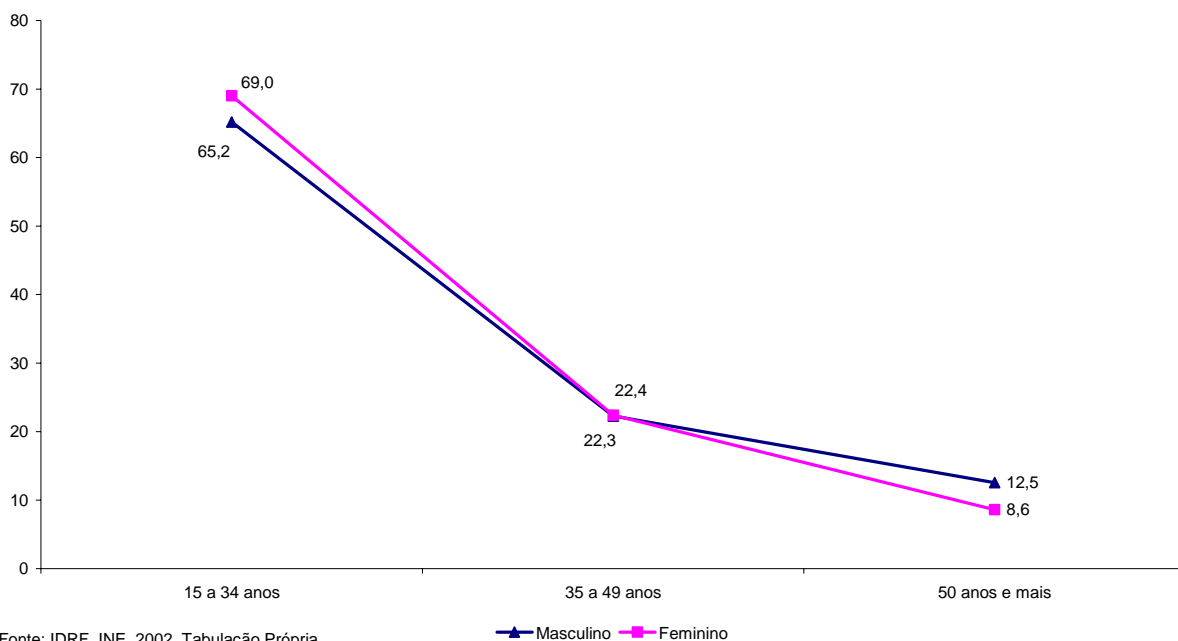
Em relação ao sexo, verifica-se que o analfabetismo incide fundamentalmente nas mulheres, independentemente do meio de residência e aumenta a medida que aumenta a idade. No entanto, como podemos observar do Gráfico 3.3, nas idades mais jovens (15 a 34 anos) a proporção de homens analfabetos (18,3%), é superior a registrada nas mulheres em cerca de 8 pontos percentuais. A partir de um certo momento (antes dos 35 anos) a situação se inverte.

**Gráfico 3.3: Repartição Percentual da população analfabeta de 15 anos e mais segundo o sexo por grandes grupos etários, 2002**



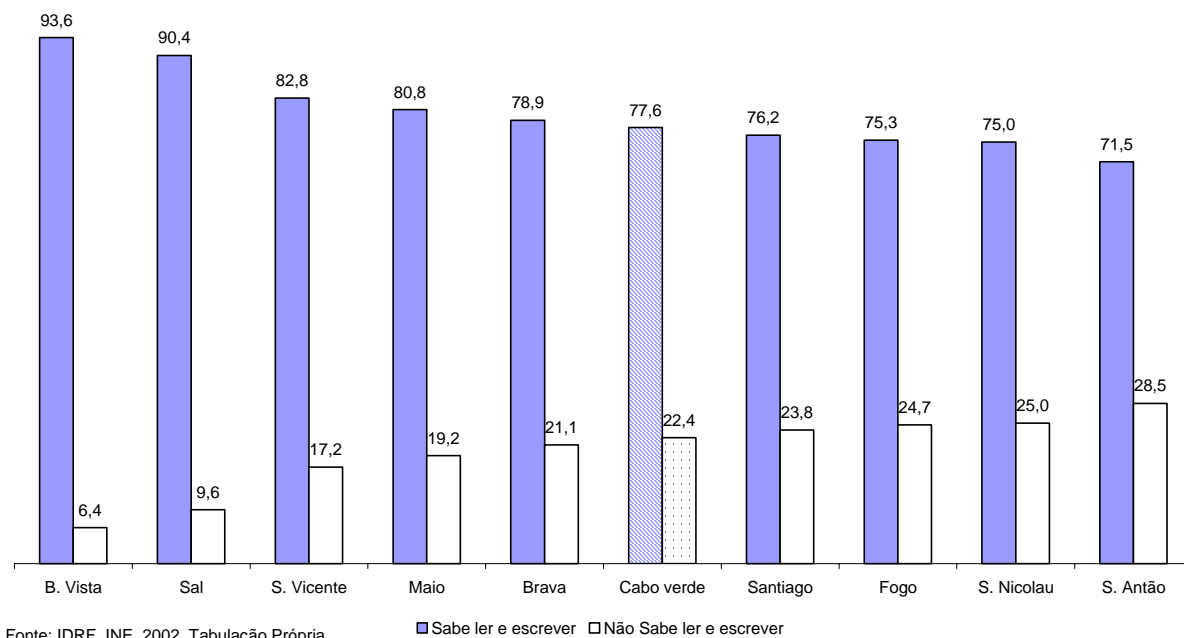
Quanto a população alfabetizada a situação é totalmente inversa da analfabeta. Os maiores níveis encontram-se nas idades mais jovens e diminuem à medida que aumenta a idade como mostra o Gráfico a seguir. As mulheres até os 49 anos são as mais alfabetizadas e a partir daí a supremacia passa a pertencer os homens.

**Gráfico 3.4: Repartição Percentual da população alfabetizada de 15 anos e mais segundo o sexo por grandes grupos etários, 2002**



Relativamente às ilhas, verificamos no Gráfico 3.5, que a maioria delas apresentam proporções de pessoas que sabem ler e escrever acima da média nacional que é de 77,6%. É interessante notar ainda, que as ilhas mais planas do arquipélago, isto é onde o turismo é mais desenvolvido (Boavista, Sal, São Vicente e Maio), apresentam maiores proporções de pessoas alfabetizadas. Por outro lado, as ilhas mais montanhosas e mais agrícolas, isto é Santo Antão com 28,5%, São Nicolau com 25%, Fogo com 24,7% e Santiago com 23,8% apresentam níveis de analfabetismo superior à média nacional.

**Gráfico 3.5: Repartição percentual da população por ilhas segundo a aptidão para ler e escrever, 2002**



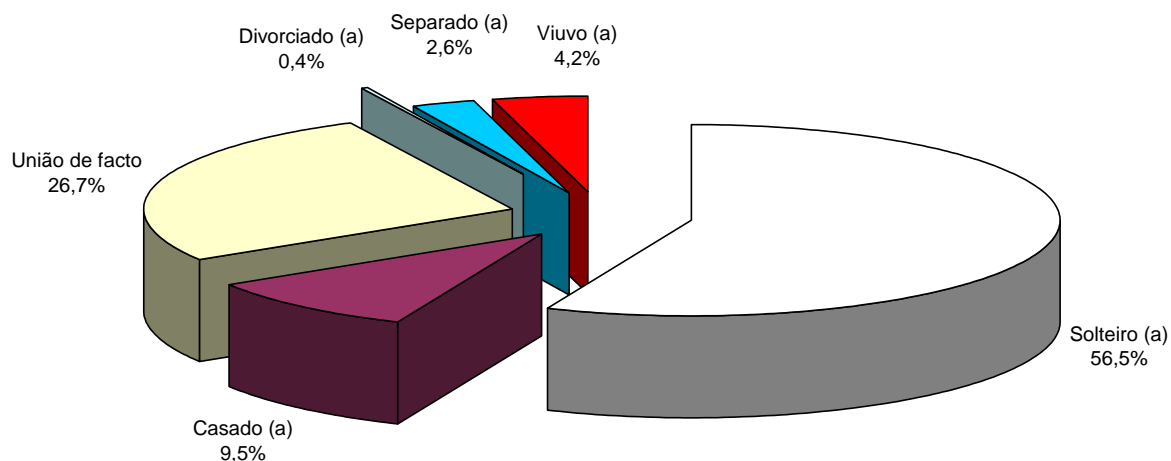
## 5) – População total segundo o Estado Civil

Estado Civil é a situação do indivíduo de acordo com as leis, usos e costumes em relação ao casamento ou vivência marital no período da coleta.

Legalmente no país, o estado civil é para as pessoas que já completaram 12 anos de idade e o IDRF tomou como referencia essa idade. Cabo Verde conta assim com 319.787 indivíduos com 12 ou mais anos de idade, o que representa aproximadamente 60% da população residente.

A população caboverdiana é majoritariamente solteira 56,5% o que deve-se em parte à extrema juventude da população. A seguir vem a união de facto com cerca de 26,7% do total, como se depreende do gráfico a seguir. Os que optam pelo casamento, são cerca de 9,5% da população, o que mostra que o caboverdiano “gosta” mais de união sem formalizações legais.

**Gráfico 3.6: Distribuição da população de 12 anos e mais segundo o estado civil, 2002**



Fonte: IDRF, INE, 2002. Tabulação Própria

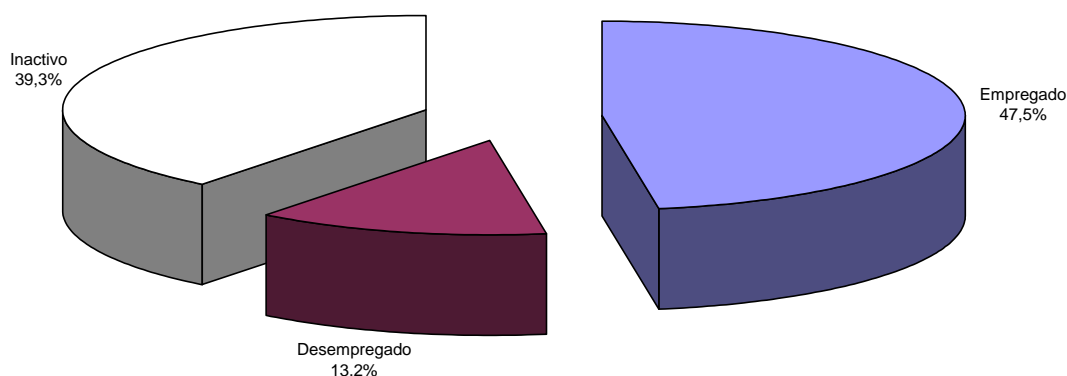
## **6) - Repartição segundo a População Ativa e Inativa**

De acordo com os dados do Inquérito às Despesas e Receitas Familiares, realizada em 2002, a população ativa habitual nos 12 meses anteriores ao inquérito era de 166.381 indivíduos, destes 130.207 eram empregados (ocupados) e 36.174 eram desempregados (desocupados). A maioria dos empregados são homens. Por outro lado, o desemprego atinge mais as mulheres.

A população Inativa é de 107.900 indivíduos. Nota-se que esse grupo é formado fundamentalmente por estudantes, reformados e pensionistas.

Em suma constatamos que no momento da pesquisa a maioria da população do arquipélago se encontrava empregada, representando cerca de 48% do total dos indivíduos com 15 anos e mais, 39% estavam inativos e 13% estavam desempregados, como mostra o Gráfico 3.7.

**Gráfico 3.7: Repartição da população total de 15 anos e mais segundo a condição na Atividade Habitual, 2002**



Fonte: IDRF, INE, 2002. Tabulação Própria

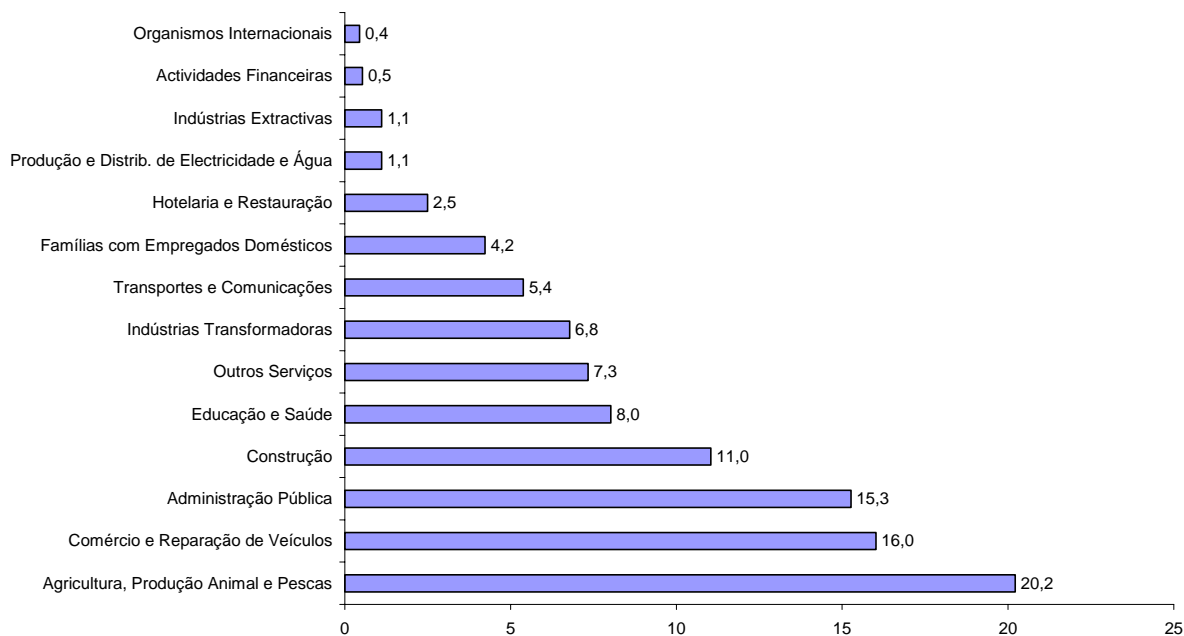
## 7) - Repartição da População Empregada segundo o Ramo de Atividade

No que tange à Atividade Econômica, o IDRF fez aos indivíduos habitualmente empregados ou desempregados que já trabalharam, a seguinte questão:

⇒ Qual é a atividade econômica principal da empresa/entidade onde trabalhou nos últimos 12 meses ou da última vez que trabalhou?

O resultado dessa questão está sintetizado no Gráfico 3.8. De acordo com o Gráfico a maioria da população do país com 15 anos e mais nos 12 meses anteriores ao inquérito trabalhava na Agricultura, Produção Animal e Pesca, representando 1 em cada 5 indivíduos. Imediatamente a seguir vem o Comércio e Reparação de Veículos com 16%. A Administração Pública ocupa a terceira posição com apenas 15% dos empregados.

**Gráfico 3.8: Repartição percentual da população de 15 anos e mais segundo o Ramo de Atividade Econômica, 2002**



Fonte: IDRF, INE, 2002. Tabulação Própria

### **3.2 Perfil Sócio-demográfico dos Chefes de Agregados Familiares**

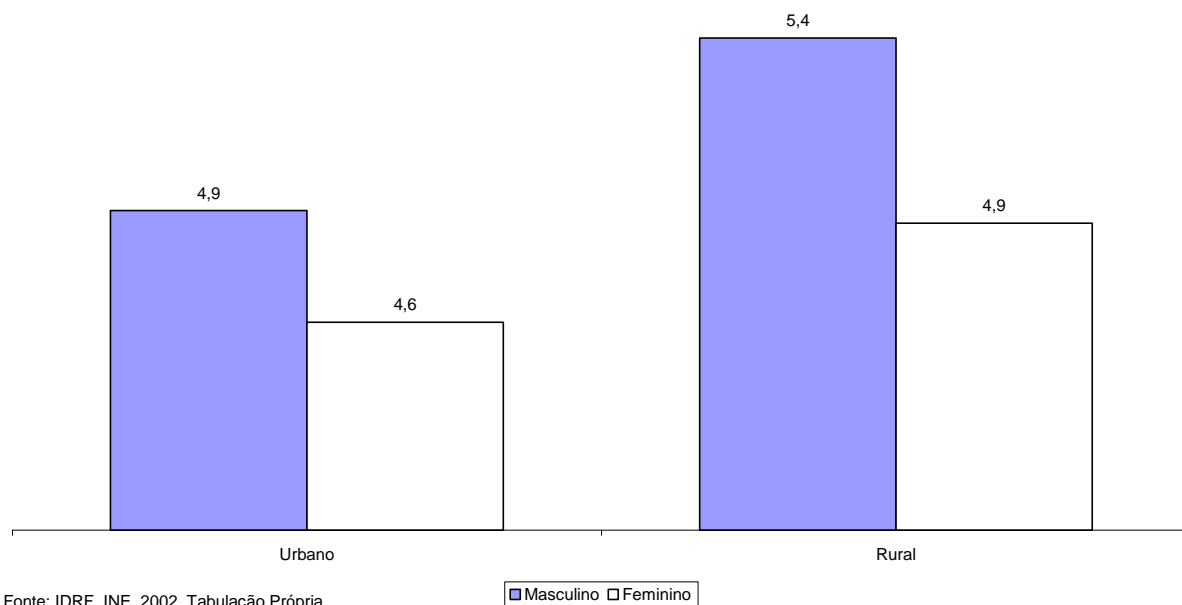
Pretendemos agora apresentar algumas características gerais dos chefes dos agregados familiares

#### **1) - Repartição segundo o Tamanho, Sexo e Meio de Residência**

As famílias caboverdianas são normalmente numerosas, tem em média 4,9 elementos. As famílias chefiadas por homens são maiores independentemente do meio de residência, porém os níveis são maiores no meio rural. No meio urbano as famílias chefiadas por homens têm em média 4,9 elementos elevando-se para 5,4 no meio rural. Já as chefiadas por mulher têm 4,6 elementos em média no meio urbano e aumenta para 4,9 quando se trata do meio rural como mostra o (Gráfico 3.9)



**Gráfico 3.9: Dimensão média das famílias chefiadas por homens e mulheres segundo o meio de residência, 2002**



Cerca de 8,6% das famílias do país têm 1 indivíduo, 16,5% têm 4 elementos e mais que duplica quando a família tem 6 elementos

A Tabela a seguir mostra como distribui os chefes de agregados familiares segundo o meio de residência e sexo pelo respectivo tamanho da família. De acordo com esta tabela, a proporção das famílias chefiadas por homens normalmente é maior, com exceção das com 2 e 3 elementos chefiadas por mulheres, onde os níveis são maiores como se depreende pela Tabela 3.6. Relativamente ao meio de residência, no meio urbano verifica-se o mesmo comportamento do país. Já no meio rural com exceção das famílias com 1 e 5 elementos, todas as outras apresentam níveis superiores nas chefiadas por mulheres.

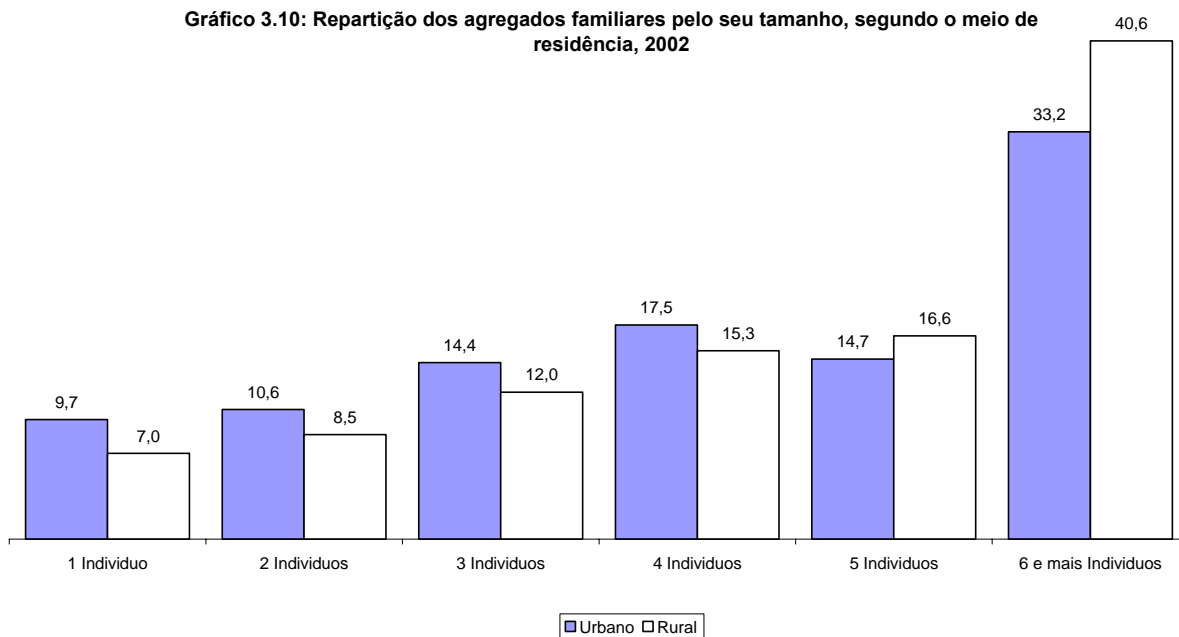
**Tabela 3.6: Repartição percentual dos chefes dos agregados familiares segundo o meio de residência e sexo, pelo tamanho das famílias, 2002**

Tamanho da família	Total			Urbano			Rural		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
1 Indivíduo	63,8	36,2	100	63,5	36,5	100	64,5	35,5	100
2 Indivíduos	43,0	57,0	100	43,6	56,4	100	42,0	58,0	100
3 Indivíduos	47,2	52,8	100	48,9	51,1	100	44,6	55,4	100
4 Indivíduos	55,5	44,5	100	59,9	40,1	100	48,9	51,1	100
5 Indivíduos	59,1	40,9	100	64,2	35,8	100	53,1	46,9	100
6 e mais Indivíduos	60,3	39,7	100	60,0	40,0	100	60,6	39,4	100
<b>Total</b>	<b>56,2</b>	<b>43,8</b>	<b>100</b>	<b>57,6</b>	<b>42,4</b>	<b>100</b>	<b>54,3</b>	<b>45,7</b>	<b>100</b>

Fonte: IDRF, INE, 2002. Tabulação Própria

Ainda em relação ao meio de residência é interessante ressaltar que no meio urbano as famílias com um a quatro elementos são mais comuns. Já no meio rural as famílias com cinco e seis elementos são mais comuns como evidencia o Gráfico 3.10.

**Gráfico 3.10: Repartição dos agregados familiares pelo seu tamanho, segundo o meio de residência, 2002**



Fonte: IDRF, INE, 2002. Tabulação Própria

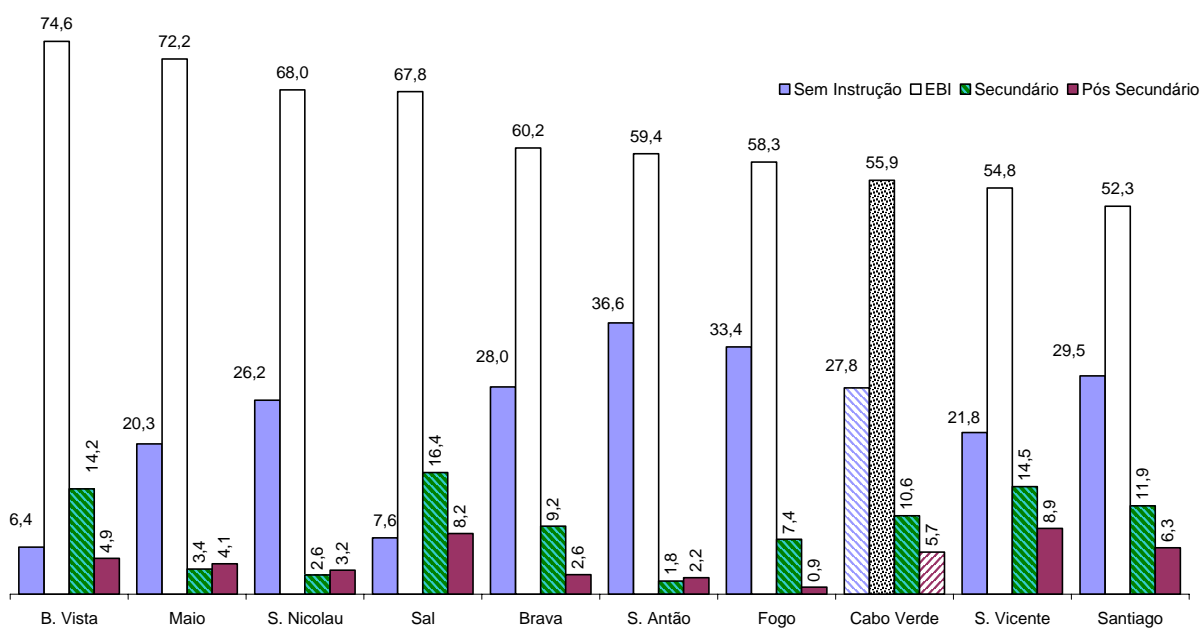
## 2) - Repartição segundo o Nível de Instrução

O Gráfico a seguir mostra como está distribuída a educação pelos chefes de agregados. Dos cerca de 95257 chefes de agregados do país, dos que já frequentaram um estabelecimento de ensino ou estão a frequentar, mais de metade tem o EBI (55,9%).

Mais de ¼ dos chefes de agregados (27,8%) não tem nenhum nível de instrução e cerca de 16% tem o nível secundário e pós-secundário. As maiores proporções de chefes de agregados sem nível de instrução foram registradas nas ilhas de Santo Antão, Fogo Santiago e Brava. Por outro lado, apesar de em todas as ilhas mais de 50 em cada 100 chefes de agregados terem o EBI, é nas ilhas de Boavista, Maio, São Nicolau e Sal que se registram os maiores níveis.

Em relação ao ensino secundário, convém assinalar que em todo o país a proporção de chefes de agregados com esse nível é baixo, no entanto preocupantes são os casos de Santo Antão, São Nicolau e Maio onde a proporção não chega a 3,5%, sendo de apenas 1,8% em Santo Antão (Gráfico 3.11).

**Gráfico 3.11: Distribuição percentual dos Chefes dos Agregados segundo o nível de instrução do chefe por ilhas, 2002**



Fonte: IDRF, INE, 2002. Tabulação Própria

### **3.3 Quem é o Pobre em Cabo Verde: Perfil Sócio-demográfico da Pobreza**

Uma vez apresentado as principais características da população caboverdiana, pretendemos agora saber quem é o pobre e quem é o não pobre, evidenciando as suas características. Apresentaremos as características da população e do chefe do agregado. Convém lembrar que com base na linha da pobreza estabelecida, o país conta com 177.999 pobres, representando 37,8% da população e 292.688 não pobres, que corresponde a uma taxa de 62,2%, num universo de 470.687 indivíduos.

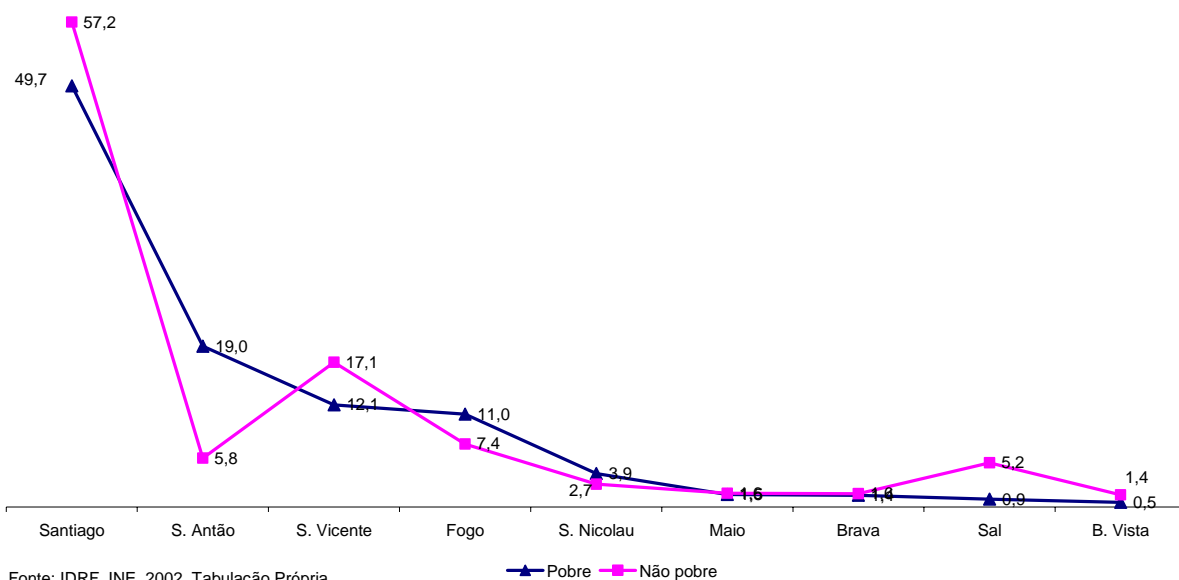
#### **3.3.1 Características da população**

Apresentamos, nesta subseção, as características da população, diferenciando os pobres dos não pobres.

##### **1) - Repartição segundo as ilhas e sexo**

O Gráfico a seguir mostra como distribui a população pobre e não pobre pelas diferentes ilhas. Como podemos observar no gráfico, a maioria dos pobres estão nas ilhas de Santiago, Santo Antão, São Vicente e Fogo. Nas ilhas do Maio, Brava, Boavista e São Nicolau, não se vislumbram grandes diferenças entre os pobres e não pobres, já em relação às demais existem grandes assimetrias, como testemunha o Gráfico 3.12

Gráfico 3.12: Repartição da população pobre e não pobre, por ilhas, 2002



No que diz respeito ao sexo, verifica-se que à semelhança da população total, no país existem mais mulheres pobres do que homens (53,3% contra 46,7%). A situação é idêntica nos não pobres, porém a discrepância entre os sexos é ínfima (49,4% para os homens e 50,6% para as mulheres).

Em relação às ilhas, a proporção de mulheres pobres é maior em quase todas, exceção à regra foi encontrada na ilha da Boavista (49,5%). As maiores desigualdades em termos do gênero foram registradas nas ilhas de São Vicente, Santiago, Sal e Fogo. Em relação aos não pobres, a situação quase que inverte nas ilhas de Santo Antão, São Nicolau, Sal, Fogo e Brava, onde a proporção de homens não pobres é superior à das mulheres (Tabela 3.7).

**Tabela 3.7: Repartição da população pobre e não pobre segundo o sexo, por ilhas, 2002**

	Pobres			Não Pobres		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
S. Antão	49,2	50,8	100	54,7	45,3	100
S. Vicente	45,2	54,8	100	49,7	50,3	100
S. Nicolau	47,2	52,8	100	51,0	49,0	100
Sal	46,9	53,1	100	50,9	49,1	100
B. Vista	50,5	49,5	100	52,0	48,0	100
Maio	49,7	50,3	100	48,9	51,1	100
Santiago	45,8	54,2	100	48,1	51,9	100
Fogo	47,1	52,9	100	51,1	48,9	100
Brava	48,3	51,7	100	54,5	45,5	100
<b>Cabo Verde</b>	<b>46,7</b>	<b>53,3</b>	<b>100</b>	<b>49,4</b>	<b>50,6</b>	<b>100</b>

Fonte: IDRF, INE, 2002. Tabulação Própria

## 2) - Repartição segundo as ilhas e meio de residência

Relativamente ao meio de residência verifica-se que aproximadamente um terço dos pobres estão no meio urbano e dois terços estão no meio rural. Quanto aos não pobres, acontece praticamente o inverso, ou seja, cerca de 68 em cada 100 estão no meio urbano contra 32 em cada 100 no meio rural. Isto reforça a idéia de que a pobreza é um fenómeno eminentemente rural em Cabo Verde e está associado certamente aos problemas relacionados com a agricultura.

Relativamente às ilhas, notam-se grandes assimetrias face ao meio de residência. Excetuando as ilhas do Sal e São Vicente, nas demais ilhas a proporção de pobres no meio rural ultrapassa os 70%. No que tange aos não pobres a situação é muito diferente, porém, nas ilhas de Santo Antão, Maio, Fogo e Brava a proporção de não pobres vivendo no meio rural é maior como podemos ver na Tabela que se segue.

**Tabela 3.8: Repartição percentual da população pobre e não pobre segundo o meio de residência, por ilhas, 2002**

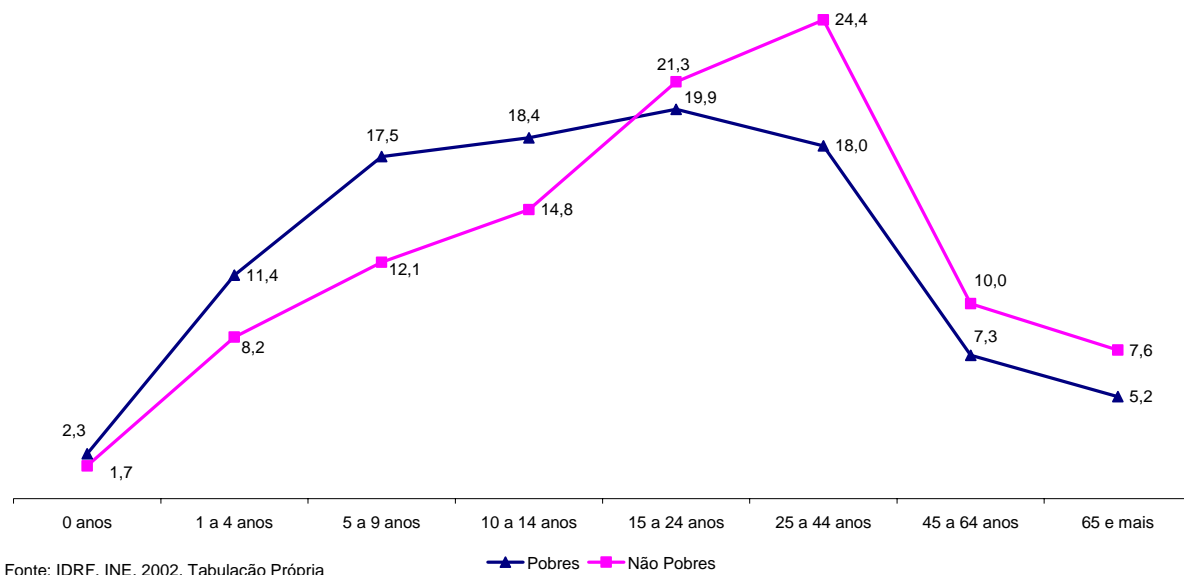
	Pobres			Não Pobres		
	Urbano	Rural	Total	Urbano	Rural	Total
S. Antão	26,2	73,8	100	46,1	53,9	100
S. Vicente	89,8	10,2	100	96,2	3,8	100
S. Nicolau	23,5	76,5	100	56,4	43,6	100
Sal	95,7	4,3	100	91,8	8,2	100
B. Vista	16,6	83,4	100	56,8	43,2	100
Maio	25,6	74,4	100	45,5	54,5	100
Santiago	28,6	71,4	100	65,8	34,2	100
Fogo	14,8	85,2	100	36,1	63,9	100
Brava	21,7	78,3	100	31,2	68,8	100
<b>Cabo Verde</b>	<b>34,3</b>	<b>65,7</b>	<b>100</b>	<b>67,8</b>	<b>32,2</b>	<b>100</b>

Fonte: IDRF, INE, 2002. Tabulação Própria

### 3) - Repartição segundo Grupos Etários, sexo e meio de residência

O Gráfico a seguir apresenta a proporção de pobres e não pobres segundo grupos etários. Da análise deste Gráfico se conclui que a proporção de pobres aumenta com a idade atingindo o pico nas idades compreendidas entre 15 e 24 anos (cerca de um quinto do total), a partir daí inverte a tendência atingindo 5,2% nas pessoas com 65 anos e mais. Quase o mesmo comportamento se verifica relativamente aos não pobres, só que o valor máximo é registrado na faixa etária de 25 a 44 anos (cerca de um quarto).

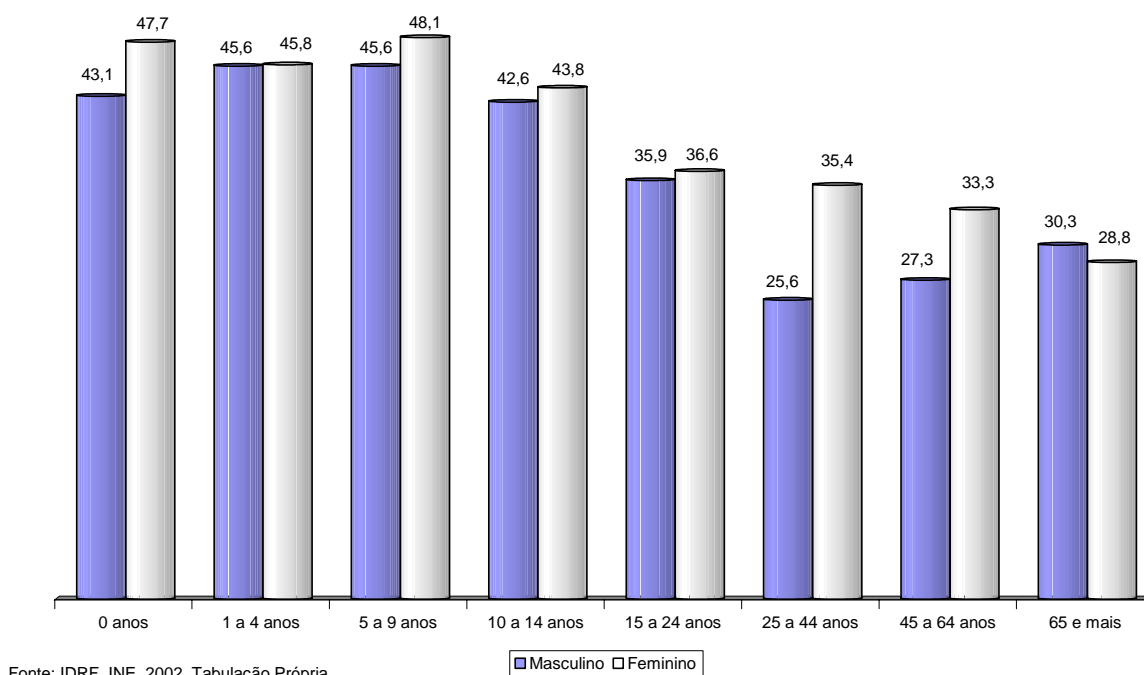
Gráfico 3.13: Repartição percentual de pobres e não pobres por grupos etários, 2002





Em relação ao sexo, podemos ver no Gráfico 3.14, que a pobreza incide, sobretudo na camada feminina, em quase todas as faixas etárias, exceção à regra nos idosos onde a situação é inversa isto é, há mais homens pobres do que mulheres.

**Gráfico 3.14: Incidência da pobreza na população segundo os grupos etários e sexo, 2002**



Quanto ao meio de residência é de assinalar que independentemente da faixa etária considerada, a pobreza incide, sobretudo no meio rural e com diferenças bastante significativas face ao meio urbano, o que mostra que no país a pobreza tem um viés regional. A semelhança do descrito anteriormente tanto no meio urbano como no meio rural a incidência da pobreza vai diminuindo à medida que aumenta a idade, como mostra a Tabela a seguir.

Relativamente aos não pobres a situação é bem diferente, ou seja, a maior proporção se concentra no meio urbano e com exceção do grupo etário de 5 a 9 anos, ela aumenta com a idade.

**Tabela 3.10: Incidência de pobres e não pobres na população total, segundo o meio de residência por grupos etários, 2002**

Grupos etários	Pobre		Não Pobre	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural
0 anos	26,5	65,9	73,5	34,1
1 a 4 anos	31,7	60,7	68,3	39,3
5 a 9 anos	30,7	62,9	69,3	37,1
10 a 14 anos	28,0	59,6	72,0	40,4
15 a 24 anos	23,8	54,1	76,2	45,9
25 a 44 anos	17,9	51,5	82,1	48,5
45 a 64 anos	17,5	47,8	82,5	52,2
65 e mais	14,4	42,4	85,6	57,6

Fonte: IDRF, INE, 2002. Tabulação Própria

#### **4) - Incidência da pobreza segundo FGT por Grupos Etários**

Analisando agora o FGT segundo os grupos etários, verifica-se um aumento da Incidência da Pobreza até aos 9 anos de idade, a partir daí ela diminui a medida que aumenta a idade.

A Incidência da Pobreza atinge o seu auge nas crianças com idade compreendida entre os 5 e os 9 anos (46,8%), e atinge os seus menores níveis a partir dos 25 anos, momento em que as pessoas já são mais independentes.

A terceira geração, isto é as pessoas com 65 anos apresentam os níveis mais baixos de pobreza no país (29,4%).

Verifica-se o mesmo comportamento nos indicadores P1 e P2, ou seja, apresentam os seus maiores níveis até aos 9 anos e a partir daí começam a diminuir até atingir valores mais baixos a partir dos 65 anos, como podemos verificar pela Tabela 3.11.

**Tabela 3.11: Intensidade, Gravidade e Profundidade da pobreza por grupos etários, 2002**

<b>Grupos Etários</b>	<b>P0</b>	<b>P1</b>	<b>P2</b>
0 anos	0,454	0,206	0,116
1 a 4 anos	0,457	0,185	0,099
5 a 9 anos	0,468	0,191	0,101
10 a 14 anos	0,432	0,175	0,093
15 a 24 anos	0,362	0,138	0,071
25 a 44 anos	0,309	0,119	0,060
45 a 64 anos	0,309	0,116	0,059
65 e mais	0,294	0,104	0,049
<b>Total</b>	<b>0,378</b>	<b>0,149</b>	<b>0,077</b>

Fonte: IDRF, INE, 2002. Tabulação Própria

Pelos dados encontrados, achamos importante fazer uma referência à primeira infância. Como podemos ver pelos dados apresentados, a incidência da pobreza não está uniformemente distribuída ao longo do ciclo de vida das pessoas. Pelo contrário, essa incidência diminui à medida que aumenta a idade dos indivíduos. Os dados da pesquisa mostram que a incidência da pobreza na primeira infância atinge o nível máximo no grupo etário de 5 a 9 anos. Era de 46,8%, caindo para 43,2% entre as crianças de 10 a 14 anos e para 36,2% entre os jovens de 15 a 24 anos de idade. Entre os adultos de mais de 24 anos a incidência é menor, sendo que dentro desse grupo a incidência da pobreza diminui consistentemente com o avanço da idade, até atingir o valor mínimo de 29,4% entre os idosos de 65 anos e mais de idade. Por um lado, há que notar que apesar da queda da fecundidade ocorrida nos últimos anos (ver o Apêndice 1), ainda existem fortes diferenciais de fecundidade entre os diversos estratos de renda. Este é o principal elemento explicativo da alta incidência de pobreza entre crianças e adolescentes. Por outro lado, as pensões de velhice que os idosos recebem aliadas a posse de pequenas terras, são os fatores que estão por trás da diminuição da pobreza com o aumento da idade. De qualquer forma, mesmo que as probabilidades de ser pobre diminuam com a idade, a elevada incidência da pobreza nas fases

## 5) - Repartição segundo o Nível de Instrução, sexo e meio de residência

A Tabela a seguir mostra como se distribui a população pobre e não pobre pelos diferentes níveis de ensino e sexo. Da análise desta tabela se conclui que ainda cerca de um quarto dos pobres não tem nenhum nível de instrução, nos não pobres essa proporção desce para 17,3%. A maioria dos pobres tem o EBI (59,3%), esse nível é superior ao registrado nos não pobres que é de 51,7%. Como era de se esperar a proporção de pobres com o curso superior é residual.

Relativamente ao sexo, as mulheres estão em desvantagem. Tem os menores níveis de instrução independentemente de serem pobres ou não, como mostra a Tabela 3.12.

Quanto ao meio de residência, verifica-se que os maiores níveis de instrução foram registrados no meio urbano, com exceção do EBI, onde a situação se inverte. Isto pode-se dever ao fato de ser universal e obrigatório, ou então porque as pessoas parem de estudar.

**Tabela 3.12: Repartição percentual da população pobre e não pobre, segundo o meio de residência e sexo, por nível de instrução, 2002**

	Pobre			Não Pobre		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Sem Instrução	20,0	26,6	23,6	12,9	21,5	17,3
EBI	62,2	57,5	59,7	54,4	49,2	51,7
Secundário	17,6	15,8	16,6	28,0	26,1	27,1
Pós Secundário	0,2	0,2	0,2	4,7	3,2	3,9
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
<b>Meio Urbano</b>						
Sem Instrução	18,2	23,6	21,2	10,7	17,8	14,3
EBI	60,5	55,4	57,7	51,0	46,6	48,8
Secundário	21,0	20,6	20,8	31,7	31,1	31,4
Pós Secundário	0,3	0,4	0,4	6,6	4,5	5,5
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
<b>Meio Rural</b>						
Sem Instrução	20,9	28,3	24,8	17,6	29,3	23,5
EBI	63,1	58,6	60,7	61,4	54,8	58,0
Secundário	15,9	13,1	14,4	20,3	15,6	17,9
Pós Secundário	0,1	0,0	0,1	0,7	0,3	0,5
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: IDRF, INE, 2002. Tabulação Própria

## 6) - Incidência da pobreza segundo FGT por nível de instrução

Analisando agora o FGT por nível de instrução, verifica-se que a pobreza é inversamente proporcional ao nível de instrução, isto é quanto menor o nível de instrução mais propenso estão as pessoas face ao fenômeno de pobreza, como pode ser testemunhado tanto pelos indicadores P0 e P1 como P2.

A incidência da pobreza nas pessoas sem nenhum nível de instrução é de cerca de 45%, diminuindo para cerca de 26% para as com o Ensino Secundário. Verifica-se o mesmo comportamento face à Intensidade e ao Hiato Quadrático da pobreza, embora em proporções diferentes. Isto leva-nos a inferir que a educação tem um papel fundamental na redução da pobreza no país, uma vez que o acesso à educação e a formação facilitam, por um lado, a integração no mercado de trabalho e, portanto, o acesso a rendimentos, e por outro, à informação com reflexos positivos no bem estar social e familiar.

**Tabela 3.13: Intensidade, Gravidade e Profundidade da pobreza por Nível de Instrução, 2002**

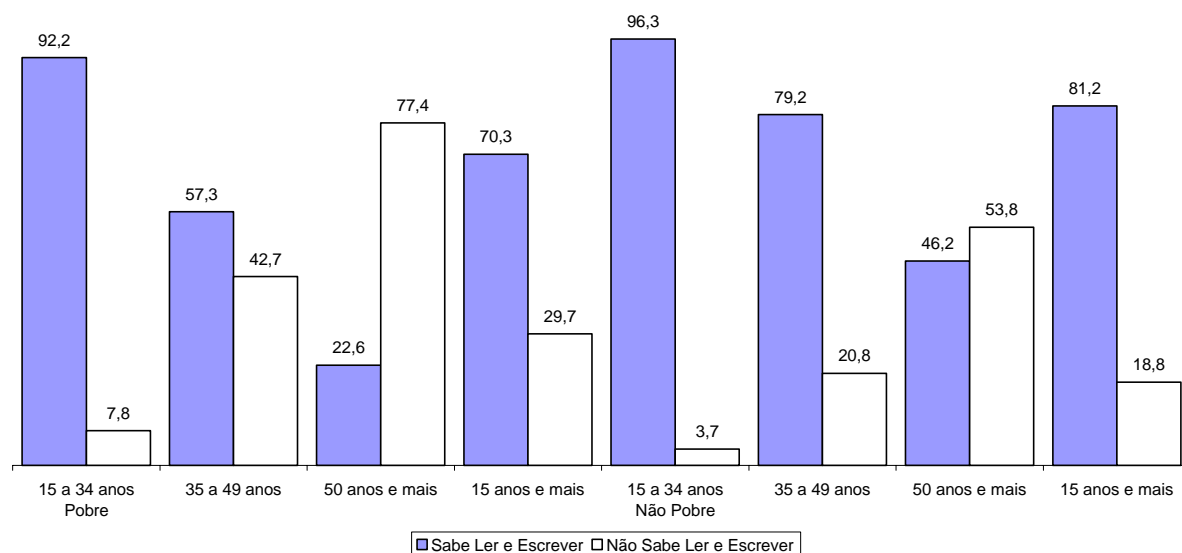
Nível de Instrução	P0	P1	P2
Sem Instrução	0,446	0,178	0,092
EBI	0,404	0,160	0,084
Secundário	0,265	0,096	0,048
Pós Secundário	0,024	0,005	0,001
<b>Total</b>	<b>0,378</b>	<b>0,149</b>	<b>0,077</b>

Fonte: IDRF, INE, 2002. Tabulação Própria

## 7) - Repartição segundo a Aptidão para Ler e Escrever, sexo e idade

Com relação ao estatuto da pobreza, verifica-se que a proporção de pobres que sabem ler e escrever é de cerca de 70,3% e o analfabetismo atinge cerca de 29,7%, (Gráfico 3.15). Já nos não pobres a proporção dos que sabem ler e escrever eleva-se para 81,2%, situando portanto o analfabetismo em 18,8%. Isto mostra que a renda é um fator importante no bem estar das pessoas, ou seja, quanto maior a renda maior os níveis de educação e menor o analfabetismo.

**Gráfico 3.15: Repartição percentual da população pobre e não pobre de 15 anos e mais segundo a aptidão para ler e escrever por grandes grupos etários, 2002**



Com relação ao sexo, constata-se que 19,3% dos homens pobres são analfabetos contra 37,5% das mulheres, o que reforça a idéia exposta anteriormente de que o analfabetismo atinge fundamentalmente as mulheres.

Quando se analisa a aptidão para a leitura e escrita por grupos etários, concluímos que a taxa de analfabetismo aumenta com a idade. Nos pobres a taxa de analfabetismo dos homens e mulheres com idades compreendidas entre 15 a 34 anos é de 5,6% e 9,9% respectivamente. A proporção de pessoas que não sabem ler e escrever nas idades compreendidas entre 35 e 49 atinge 25% nos homens e 52,9% nas mulheres. Nas idades superiores ou iguais a 50 anos, o analfabetismo atinge 60% nos homens e 89% nas mulheres. São níveis alarmantes se tivermos em conta o potencial da população ativa que se encontra ainda nessas idades. Vale comentar que embora a pobreza seja menor nos mais idosos, o nível de educação é mais baixo. A situação dos não pobres é muito melhor, particularmente nos homens.

**Tabela 3.14: Repartição percentual da população pobre e não pobre de 15 anos e mais segundo o sexo e a aptidão para leitura e escrita, por grandes grupos etários, 2002**

Estatuto de Pobreza	Grupos Etários (anos)	Masculino			Feminino		
		SLeE	NSLeE	Total	SLeE	NSLeE	Total
<b>Pobre</b>	15 a 34	94,4	5,6	100	90,1	9,9	100
	35 a 49	75,0	25,0	100	47,1	52,9	100
	50 e mais	40,0	60,0	100	11,0	89,0	100
	<b>Total</b>	<b>80,7</b>	<b>19,3</b>	<b>100</b>	<b>62,5</b>	<b>37,5</b>	<b>100</b>
<b>Não Pobre</b>	15 a 34	96,6	3,4	100	96,0	4,0	100
	35 a 49	89,4	10,6	100	70,2	29,8	100
	50 e mais	67,7	32,3	100	31,7	68,3	100
	<b>Total</b>	<b>89,6</b>	<b>10,4</b>	<b>100</b>	<b>73,5</b>	<b>26,5</b>	<b>100</b>

\* SLeE - Sabe Ler e Escrever

\*\* N SLeE - Não Sabe Ler e Escrever

Fonte: IDRF, INE, 2002. Tabulação Própria

### 8) - Repartição segundo a Aptidão para Ler e Escrever, sexo e meio de residência

Quanto ao meio de residência nota-se que no meio urbano a maior parte das pessoas são alfabetizadas em proporção maior do que no meio rural, independentemente de serem pobres ou não. A proporção de homens pobres alfabetizados no meio urbano é maior do que a de mulheres, 84,9%, contra 70,9%. No meio rural, essas proporções são de 78,5% e 57,8%, respectivamente.

Em relação aos não pobres, 93,2% dos homens são alfabetizados no meio urbano contra 80% das mulheres. No meio rural esses níveis diminuem para 81,4% e 59% respectivamente (Tabela 3.15).

**Tabela 3.15: Estrutura da População pobre e não pobre de 15 anos e mais segundo o sexo por meio de residência e aptidão para ler e escrever, 2002**

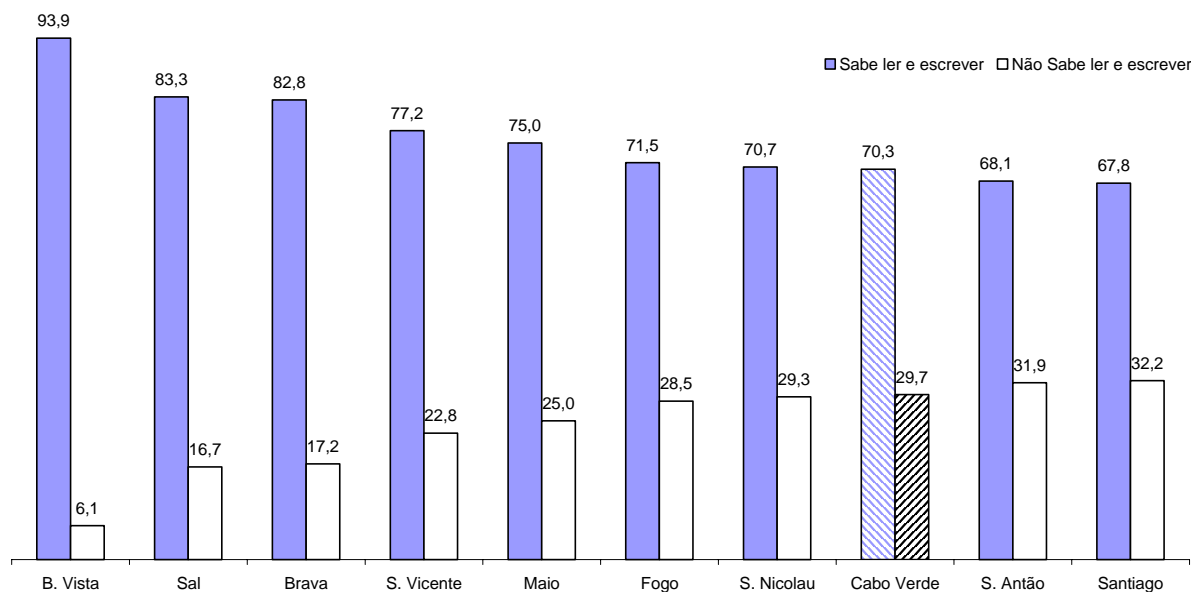
	Pobre			Não Pobre		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
<b>Urbano</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
Sabe ler e Escrever	84,9	70,9	76,7	93,2	80,0	86,3
Não Sabe ler e Escrever	15,1	29,1	23,3	6,8	20,0	13,7
<b>Rural</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
Sabe ler e Escrever	78,5	57,8	66,9	81,4	59,0	69,8
Não Sabe ler e Escrever	21,5	42,2	33,1	18,6	41,0	30,2

Fonte: IDRF, INE, 2002. Tabulação Própria

## 9) - Repartição segundo a Aptidão para Ler e Escrever, por ilhas e sexo

Relativamente às ilhas, podemos ver que a aptidão para leitura e escrita afeta de forma desigual a população pobre e a não pobre. O Gráfico 3.16, mostra que a maioria das ilhas apresenta proporções de pessoas pobres que sabem ler e escrever acima da média nacional que é de 70,3%. As ilhas de Santiago com 32,2%, Santo Antão (31,9%), São Nicolau (29,3%) e Fogo (28,5%), apresentam as maiores proporções de pobres analfabetos do país. Por outro lado a situação é bem melhor nas ilhas da Boavista, Sal e Brava.

Gráfico 3.16: Repartição percentual da população pobre segundo as ilhas e aptidão para ler e escrever, 2002

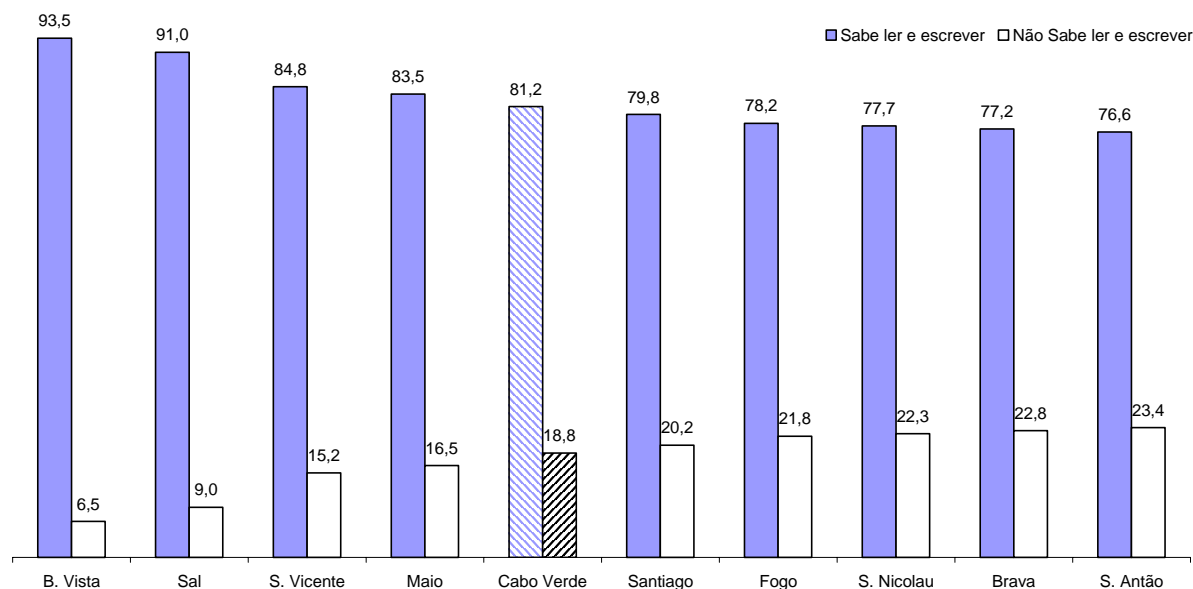


Fonte: IDRF, INE, 2002. Tabulação Própria

Nos não pobres os níveis de analfabetismo são relativamente baixos se compararmos com os dos pobres, porém esses níveis precisam ser reduzidos ainda mais. A proporção de não pobres analfabetos é superior a média nacional (18,8%), nas ilhas de Santo Antão, Brava, São Nicolau, Fogo e Santiago, mas é particularmente preocupante nas três primeiras ilhas onde o nível ultrapassa os 22%. O Gráfico a seguir ilustra melhor a situação dos não pobres nas diferentes ilhas face à aptidão para leitura e escrita.



**Gráfico 3.17: Repartição percentual da população não pobre segundo as ilhas e a aptidão para ler e escrever, 2002**



Fonte: IDRF, INE, 2002. Tabulação Própria

Relativamente ao sexo, nota-se que em todas as ilhas o analfabetismo atinge de forma particular as mulheres, independentemente do status (pobre ou não pobre), como mostra a Tabela a seguir. No entanto, gostaríamos de chamar particularmente a atenção para as grandes assimetrias existentes em relação ao género nas seguintes ilhas: Santiago – onde os pobres analfabetos do sexo feminino são 2,4 vezes superior aos do sexo masculino; Sal – 2 vezes; São Nicolau – 1,9 vezes; Fogo 1,8 vezes e Santo Antão 1,5 vezes.

**Tabela 3.16: Repartição percentual da população pobre e não pobre segundo aptidão para ler e escrever, por ilhas e sexo, 2002**

Ilhas	Pobre			Não Pobre		
	SLeE*	N SLeEb**	Total	SLeE*	N SLeEb**	Total
<b>S. Antão</b>	<b>68,1</b>	<b>31,9</b>	<b>100</b>	<b>76,6</b>	<b>23,4</b>	<b>100</b>
Masculino	74,9	25,1	100	83,9	16,1	100
Feminino	61,8	38,2	100	67,2	32,8	100
<b>S. Vicente</b>	<b>77,2</b>	<b>22,8</b>	<b>100</b>	<b>84,8</b>	<b>15,2</b>	<b>100</b>
Masculino	82,6	17,4	100	91,8	8,2	100
Feminino	73,2	26,8	100	78,1	21,9	100
<b>S. Nicolau</b>	<b>70,7</b>	<b>29,3</b>	<b>100</b>	<b>77,7</b>	<b>22,3</b>	<b>100</b>
Masculino	80,6	19,4	100	91,3	8,7	100
Feminino	63,2	36,8	100	65,7	34,3	100
<b>Sal</b>	<b>83,3</b>	<b>16,7</b>	<b>100</b>	<b>91,0</b>	<b>9,0</b>	<b>100</b>
Masculino	89,7	10,3	100	94,6	5,4	100
Feminino	79,0	21,0	100	87,1	12,9	100
<b>B. Vista</b>	<b>93,9</b>	<b>6,1</b>	<b>100</b>	<b>93,5</b>	<b>6,5</b>	<b>100</b>
Masculino	95,6	4,4	100	96,1	3,9	100
Feminino	92,4	7,6	100	90,6	9,4	100
<b>Maio</b>	<b>75,0</b>	<b>25,0</b>	<b>100</b>	<b>83,5</b>	<b>16,5</b>	<b>100</b>
Masculino	80,2	19,8	100	95,2	4,8	100
Feminino	71,1	28,9	100	73,6	26,4	100
<b>Santiago</b>	<b>67,8</b>	<b>32,2</b>	<b>100</b>	<b>79,8</b>	<b>20,2</b>	<b>100</b>
Masculino	82,4	17,6	100	89,1	10,9	100
Feminino	57,9	42,1	100	71,9	28,1	100
<b>Fogo</b>	<b>71,5</b>	<b>28,5</b>	<b>100</b>	<b>78,2</b>	<b>21,8</b>	<b>100</b>
Masculino	80,5	19,5	100	88,1	11,9	100
Feminino	64,3	35,7	100	68,6	31,4	100
<b>Brava</b>	<b>82,8</b>	<b>17,2</b>	<b>100</b>	<b>77,2</b>	<b>22,8</b>	<b>100</b>
Masculino	88,0	12,0	100	77,8	22,2	100
Feminino	79,1	20,9	100	76,4	23,6	100

\* SLeE - Sabe Ler e Escrever

\*\* N SLeEb - Não Sabe Ler e Escrever

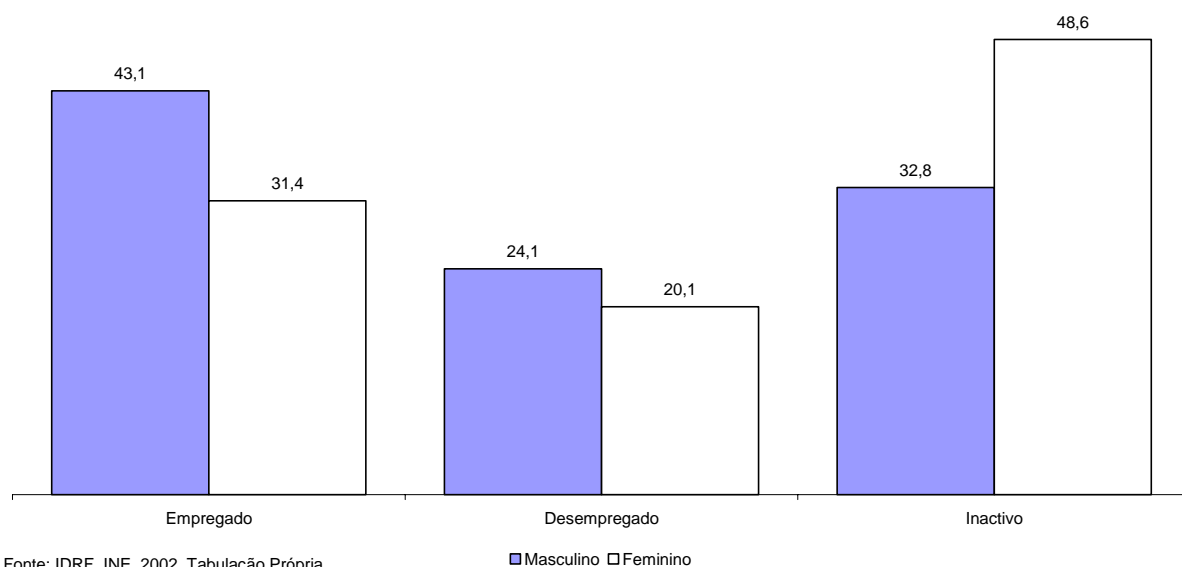
Fonte: IDRF, INE, 2002. Tabulação Própria

## 10) - Condição perante a Atividade Habitual, por sexo

De acordo com os dados do IDRF, cerca de 66,5% dos pobres são ocupados, 19,2% são desocupados e 14,2% são inativos. Quanto aos não pobres constata-se que mais de três quartos são empregados e o desempregado reduz-se para apenas 5%.

Relativamente ao sexo, verifica-se que apenas nos inativos a proporção de mulheres pobres é maior, como se depreende do Gráfico 3.18.

**Gráfico 3.18: Repartição percentual da pobreza na população de 15 anos e mais segundo a Atividade Habitual por sexo, 2002**



Em suma a situação de ocupação no país é preocupante, com o desemprego a atingir níveis consideráveis fundamentalmente nos pobres. O desemprego é sem dúvida um dos principais problemas sociais do país.

Analisando agora o FGT, face à atividade habitual, conclui-se como era de se esperar que a pobreza incide fundamentalmente nos desempregados, representando cerca de 54 em cada 100 indivíduos, a seguir vem os inativos e por último os empregados. Isto leva-nos a concluir que o emprego é um elemento importante no combate a pobreza. Registra-se a mesma tendência em relação a P1 e P2, (Tabela 3.17).

**Tabela 3.17: Intensidade, Gravidade e Profundidade da pobreza por condição na Atividade Habitual, 2002**

<b>Atividade Habitual</b>	<b>P0</b>	<b>P1</b>	<b>P2</b>
Empregado	0,254	0,088	0,041
Desempregado	0,542	0,237	0,131
Inactivo	0,379	0,148	0,077
<b>Total</b>	<b>0,378</b>	<b>0,149</b>	<b>0,077</b>

Fonte: IDRF, INE, 2002. Tabulação Própria

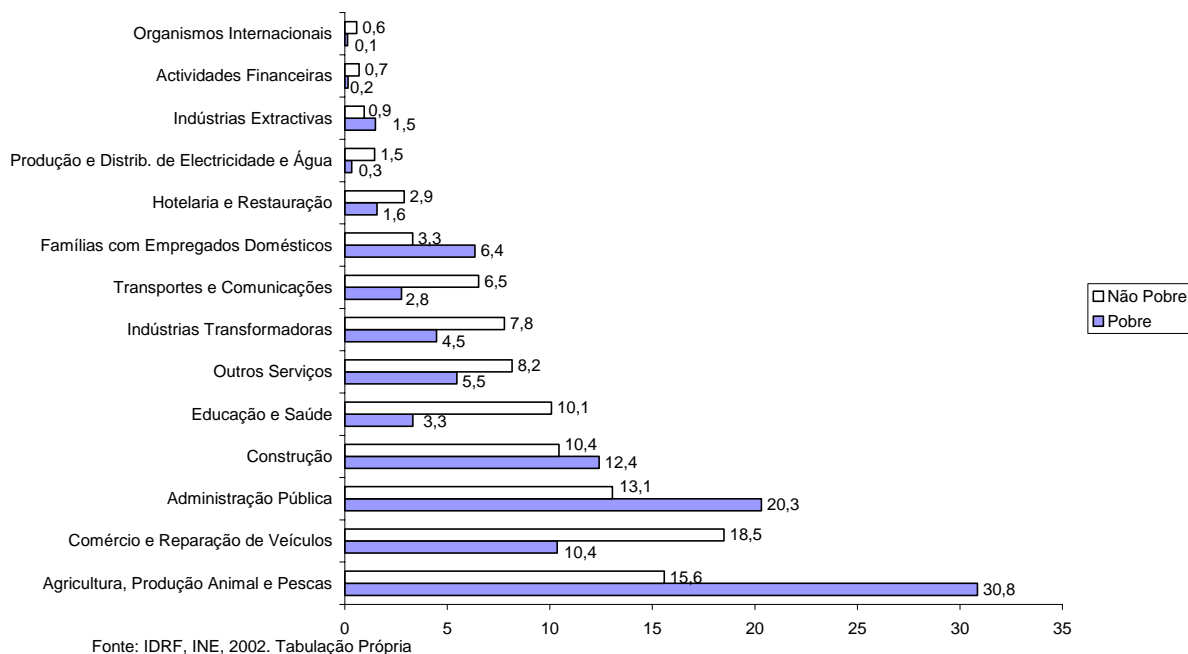
### 11) - Repartição dos Empregados segundo o Ramo de Atividade

Pretendemos agora analisar a situação dos empregados pobres e não pobres perante o ramo de atividade.

De acordo com o Gráfico a seguir a maioria da população pobre trabalha na Agricultura Produção Animal e Pesca representando 30,8% do total. Isto deve-se ao fato de que neste ramo de atividade a exigência em termos de qualificação ser mínima. A seguir vem o setor da Administração Pública com cerca de 20,3%. Esse valor se relaciona fundamentalmente com as FAIMO (mais detalhe ver Apêndice 1). A Construção vem na terceira posição com 12,4%, imediatamente a seguir vem o Comercio com 10,4%.

No que tange aos não pobres, verifica-se que a maioria trabalha no Comércio e Reparação de Veículos com 18,5%. Nota-se que a proporção de pessoas pobres que trabalham na Agricultura, Produção Animal e Pesca é quase o dobro da dos não pobres.

**Gráfico 3.19: Repartição percentual da população pobre e não pobre de 15 anos e mais segundo o Ramo de Atividade Econômica, 2002**



Em suma da análise da Atividade Econômica, concluímos que a maioria da população pobre ativa trabalha nos setores que exigem uma mão de obra menos especializada, que é o caso da agricultura, Administração Pública, concretamente nas Frentes de Alta Intensidade de Mão de Obra, e o Comércio Informal.

## 12) - Repartição dos Empregados segundo o Ramo de Atividade, sexo e meio de residência

No que diz respeito ao sexo, verifica-se que a maioria das pessoas empregadas nos diversos

Também constatamos que cerca de 22,6% dos pobres que trabalham na Administração Pública estão no meio rural. Já no meio urbano verifica-se um decréscimo em cerca de 7 pontos percentuais.

**Tabela 3.18: Distribuição percentual da população segundo o estatuto de pobreza, sexo e meio de residência, por Ramo de Atividade Econômica da Empresa/Entidade onde trabalhou os últimos 12 meses ou a última vez que trabalhou, 2002**

Atividade Econômica	Pobre		Não Pobre		Pobre		Não Pobre	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Agricultura, Produção Animal e Pescas	34,0	27,8	16,7	14,2	5,2	42,2	3,9	40,9
Indústrias Extractivas	0,8	2,2	0,9	1,0	1,2	1,6	0,5	1,8
Indústrias Transformadoras	6,3	2,6	9,0	6,3	10,0	2,0	9,4	4,4
Produção e Distrib. de Electricidade e Água	0,4	0,2	2,2	0,5	0,0	0,5	1,7	0,9
Construção	18,9	6,0	16,9	2,3	12,3	12,4	10,6	10,1
Comércio e Reparação de Veículos	4,8	15,9	11,7	27,1	18,4	6,8	22,0	10,8
Hotelaria e Restauração	0,5	2,6	1,6	4,5	3,6	0,7	3,8	0,8
Actividades Financeiras	0,3	0,0	0,5	0,9	0,2	0,1	0,9	0,2
Transportes e Comunicações	5,1	0,5	9,9	2,3	5,0	1,8	7,5	4,4
Administração Pública	21,0	19,7	14,3	11,5	15,1	22,6	13,2	12,7
Educação e Saúde	2,2	4,5	6,6	14,4	3,6	3,2	11,4	7,3
Outros Serviços	5,0	5,9	9,2	6,9	9,1	3,9	10,1	3,9
Famílias com Empregados Domésticos	0,7	11,9	0,1	7,3	16,1	2,1	4,1	1,7
Organismos Internacionais	0,0	0,3	0,4	0,8	0,3	0,1	0,8	-
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: IDRF, INE, 2002. Tabulação Própria

### 3.3.2 – Características das Famílias pobres e não pobres

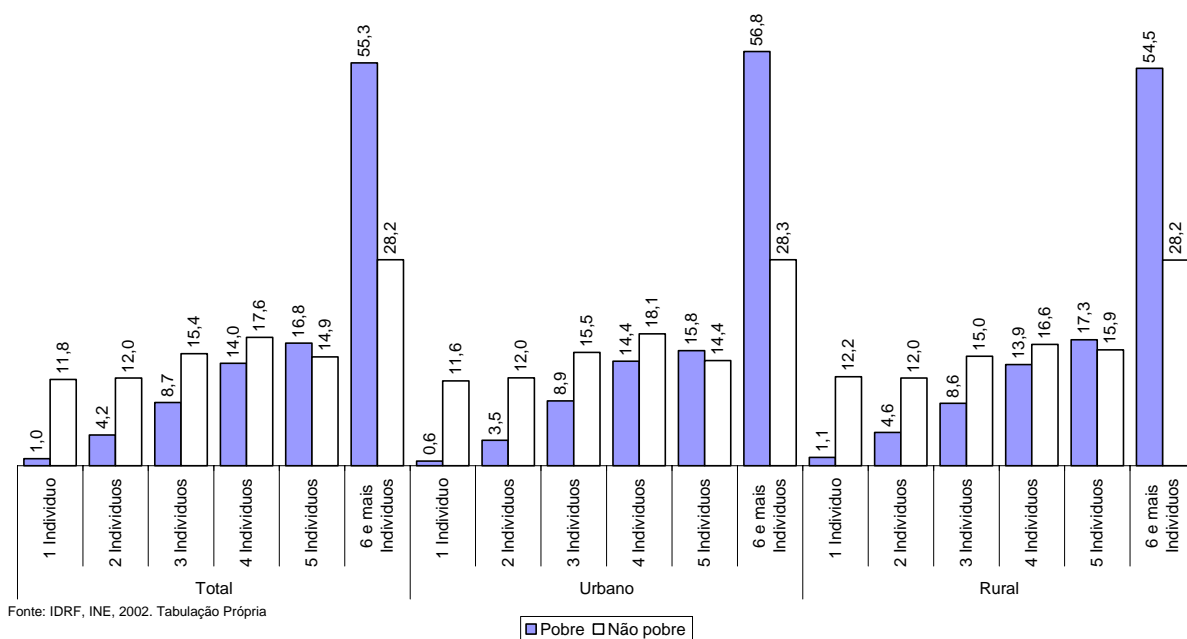
Passando do plano dos indivíduos para o das famílias, a caracterização das famílias pobres será feita também por meio de sua comparação com os não-pobres. Em primeiro lugar, examinam-se as características sócio-demográficas básicas dos domicílios, tratando-se, a seguir, dos atributos dos chefes ou responsáveis pelos domicílios.

#### 1) - Tamanho do Agregado

O tamanho da família é um indicador importante que nos permite aferir a propensão das famílias à pobreza. Como exposto anteriormente, em Cabo Verde as famílias são numerosas e como podemos observar no Gráfico a seguir, quanto maior forem, mais pobres elas serão. Por exemplo, a proporção de pobres é de 1% nas famílias com 1 indivíduo, 14% nas com 4 indivíduos e sobe para 55,3% nas famílias com 6 indivíduos ou mais.

A proporção de não pobres apresenta quase a mesma tendência, porém é mais bem distribuída em função do tamanho da família. Nas famílias com 1 indivíduo a proporção de não pobres é de 11,8%, passando para 17,6% nas com 4 membros e 28,2% nas com 6 membros ou mais (Gráfico 3.20).

**Gráfico 3.20: Repartição percentual dos chefes dos agregados familiares pobres e não pobres segundo o tamanho e meio de residência, 2002**



Relativamente ao sexo verificamos que os níveis de pobreza são maiores nas famílias com 2 a 5 indivíduos chefiadas por mulheres. Nas com 1 e 6 membros respectivamente a proporção de pobres é maior nas famílias chefiadas por homens.

A pobreza em função do tamanho do agregado apresenta oscilações entre as ilhas, como pode ser verificado na Tabela que se segue.





Os atributos do chefe constituem uma boa aproximação do montante de recursos disponíveis nos domicílios. As Tabelas que se seguem permitem uma primeira aproximação, oferecendo os valores de domicílios pobres e não-pobres em algumas variáveis demográficas básicas.

De acordo com os dados apresentados na Tabela 3.21, ao nível nacional, são consideradas pobres cerca de 35,4% das famílias chefiadas por mulheres e 26% das chefiadas por homens. Isto revela que ainda no país a questão do gênero é relevante face a pobreza.

A incidência da pobreza no chefe de agregado varia de ilha para ilha. Por exemplo, a ilha de Santo Antão apresenta a maior incidência de famílias pobres chefiadas por mulheres do país com cerca de 58,9% contra 51,6% das chefiadas por homens. Imediatamente a seguir temos as ilhas do Fogo, São Nicolau e Santiago, como podemos ver na Tabela. Se tivermos em conta o papel da mulher na sociedade caboverdiana, então urge reverter essa situação, promovendo assim uma maior igualdade do gênero. Por outro lado a incidência de não pobres nas famílias chefiadas por homens é superior à chefiada por mulheres ao nível nacional e em todas as ilhas, o que mostra uma certa desigualdade de oportunidades entre os sexos.

**Tabela 3.21: Incidência de famílias pobres e não pobres no total segundo o sexo do chefe, por ilhas, 2002**

	Pobre			Não Pobre		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
S. Antão	51,6	58,9	53,9	48,4	41,1	46,1
S. Vicente	19,4	26,0	22,1	80,6	74,0	77,9
S. Nicolau	30,2	39,2	34,1	69,8	60,8	65,9
Sal	5,9	14,7	8,5	94,1	85,3	91,5
B. Vista	11,7	21,1	14,4	88,3	78,9	85,6
Maio	26,4	27,1	26,8	73,6	72,9	73,2
Santiago	21,6	35,2	28,2	78,4	64,8	71,8
Fogo	37,1	42,2	39,2	62,9	57,8	60,8
Brava	25,2	31,1	27,7	74,8	68,9	72,3
<b>Cabo Verde</b>	<b>26,0</b>	<b>35,4</b>	<b>30,1</b>	<b>74,0</b>	<b>64,6</b>	<b>69,9</b>

Fonte: IDRF, INE, 2002. Tabulação Própria

### 3) – Incidência da pobreza segundo Grupos Etários

Relativamente aos grupos etários constatamos que a pobreza incide, sobretudo, nos chefes de agregado com idades compreendidas entre 25 e 44 anos e entre 45 e 64 anos (Tabela 3.22). Se tivermos em conta que a maior parte da população ativa se concentra nessas idades, medidas urgem tomar, sobretudo na criação de emprego para essa população. Chama-se atenção para o fato da ilha Brava apresentar a maior incidência da pobreza do país nos chefes de agregados de 15 a 24 anos. Nesta ilha em cada 100 chefes pobres cerca de 55 tem idade compreendida entre 15 e 24 anos.

**Tabela 3.22: Incidência de famílias pobres e não pobres no total segundo a idade do chefe por ilhas, 2002<sup>9</sup>**

Ilhas	Pobre					Não Pobre				
	15 a 24	25 a 44	45 a 64	65 e mais	Total	15 a 24	25 a 44	45 a 64	65 e mais	Total
S. Antão	48,1	58,3	52,9	47,5	53,9	51,9	41,7	47,1	52,5	46,1
S. Vicente	30,9	25,0	21,0	15,3	22,1	69,1	75,0	79,0	84,7	77,9
S. Nicolau	-	47,5	36,0	19,3	34,1	-	52,5	64,0	80,7	65,9
Sal	0,0	10,7	8,2	0,0	8,5	100,0	89,3	91,8	100,0	91,5
B. Vista	-	16,6	20,6	3,8	14,4	-	83,4	79,4	96,2	85,6
Maio	17,6	28,9	33,5	8,1	26,8	82,4	71,1	66,5	91,9	73,2
Santiago	16,2	28,4	29,5	29,0	28,2	83,8	71,6	70,5	71,0	71,8
Fogo	42,7	38,9	44,0	32,9	39,2	57,3	61,1	56,0	67,1	60,8
Brava	<b>54,5</b>	26,8	24,1	29,2	27,7	45,5	73,2	75,9	70,8	72,3
<b>Cabo Verde</b>	<b>21,7</b>	<b>31,2</b>	<b>31,0</b>	<b>27,8</b>	<b>30,1</b>	<b>78,3</b>	<b>68,8</b>	<b>69,0</b>	<b>72,2</b>	<b>69,9</b>

Fonte: IDRF, INE, 2002. Tabulação Própria

Convém acrescentar ainda que apesar de em algumas ilhas constatarmos grande incidência da pobreza nos chefes de agregado da faixa etária de 15 a 24 anos, quando analisamos a estrutura da pobreza, verificamos que o nível é pouco significativo, como mostra a Tabela a seguir. O mesmo se pode dizer em relação aos não pobres.

<sup>9</sup> Estimativas sujeitas a erros de amostragem.

**Tabela 3.23: Estrutura das famílias pobres e não pobres segundo os grupos etários, por ilhas, 2002**

	Pobre					Não Pobre				
	15 a 24	25 a 44	45 a 64	65 e mais	Total	15 a 24	25 a 44	45 a 64	65 e mais	Total
S. Antão	1,9	49,5	26,8	21,8	<b>100</b>	2,3	41,4	28,0	28,3	<b>100</b>
S. Vicente	5,1	51,4	30,5	13,1	<b>100</b>	3,2	43,7	32,5	20,6	<b>100</b>
S. Nicolau	0,0	51,2	28,1	20,8	<b>100</b>	-	29,2	25,8	44,9	<b>100</b>
Sal	0,0	77,9	22,1	0,0	<b>100</b>	4,8	60,8	22,9	11,4	<b>100</b>
B. Vista	0,0	42,3	50,3	7,4	<b>100</b>	-	35,8	32,6	31,6	<b>100</b>
Maio	3,5	55,0	37,3	4,2	<b>100</b>	6,0	49,4	27,1	17,5	<b>100</b>
Santiago	2,8	49,6	28,2	19,4	<b>100</b>	5,7	49,1	26,5	18,7	<b>100</b>
Fogo	3,4	45,9	32,3	18,4	<b>100</b>	3,0	46,3	26,6	24,1	<b>100</b>
Brava	5,5	52,7	15,9	25,9	<b>100</b>	1,7	55,1	19,1	24,1	<b>100</b>
<b>Cabo Verde</b>	<b>2,8</b>	<b>49,9</b>	<b>28,6</b>	<b>18,6</b>	<b>100</b>	<b>4,4</b>	<b>47,3</b>	<b>27,5</b>	<b>20,8</b>	<b>100</b>

Fonte: IDRF, INE, 2002. Tabulação Própria

**Tabela 3.24: Repartição percentual das famílias pobres e não pobres segundo o nível de instrução do chefe de agregado por ilhas, 2002**

	Pobre					Não pobre				
	Sem Instrução	EBI	Secundário	Pós Secundário	Total	Sem Instrução	EBI	Secundário	Pós Secundário	Total
S. Antão	43,9	55,5	0,0	0,6	100	28,0	64,0	3,8	4,2	100
S. Vicente	31,7	62,7	5,3	0,3	100	19,0	52,6	17,2	11,3	100
S. Nicolau	29,7	70,3	0,0	0,0	100	24,3	66,9	3,9	4,9	100
Sal	7,4	85,0	7,7	0,0	100	7,6	66,2	17,2	9,0	100
B. Vista	7,4	86,5	6,1	0,0	100	6,2	72,6	15,6	5,7	100
Maio	35,4	64,6	0,0	0,0	100	14,8	75,0	4,7	5,6	100
Santiago	42,3	55,3	2,4	0,0	100	24,4	51,2	15,7	8,7	100
Fogo	38,5	58,3	3,2	0,0	100	30,0	58,3	10,1	1,6	100
Brava	28,9	69,8	1,4	0,0	100	27,6	56,6	12,2	3,6	100
<b>Cabo Verde</b>	<b>39,5</b>	<b>58,0</b>	<b>2,3</b>	<b>0,2</b>	<b>100</b>	<b>22,8</b>	<b>54,9</b>	<b>14,2</b>	<b>8,1</b>	<b>100</b>

Fonte: IDRF, INE, 2002. Tabulação Própria

## 5) - Repartição segundo a Aptidão para Ler e Escrever

Quanto aos pobres é de assinalar que a proporção de chefes de agregados que sabem ler e escrever é de apenas 52,4%. Nos não pobres esse nível eleva-se para cerca de 73,2%. Isso mostra que o investimento na educação é de extrema importância para bem estar das populações.

A situação da ilha de Santiago relativamente ao analfabetismo no seio dos chefes de agregado é mais preocupante, com mais de metade das famílias pobres analfabetas. Nota-se, no entanto que essa ilha alberga mais de metade das famílias caboverdianas. Merecem também atenção as ilhas de Santo Antão, Fogo e São Nicolau com mais de 47% das famílias analfabetas em cada uma dessas ilhas.

A situação dos não pobres nas diferentes ilhas é muito melhor, apesar de verificar grandes oscilações. Em São Nicolau, por exemplo, 35 em cada 100 chefes de agregados não pobres não sabem ler nem escrever. No Fogo essa proporção é de 33,3% e em Santo Antão é de 30,3%.

**Tabela 3.25: Distribuição percentual dos chefes dos agregados pobres e não pobres segundo a aptidão para ler e escrever, por ilhas, 2002**

Ilhas	Pobre			Não Pobre		
	SLeE*	N SLeEb**	Total	SLeE*	N SLeEb**	Total
S. Antão	51,1	48,9	100	69,7	30,3	100
S. Vicente	61,1	38,9	100	77,4	22,6	100
S. Nicolau	52,6	47,4	100	65,1	34,9	100
Sal	77,6	22,4	100	86,1	13,9	100
B. Vista	92,6	7,4	100	92,3	7,7	100
Maio	60,4	39,6	100	80,1	19,9	100
Santiago	49,0	51,0	100	71,6	28,4	100
Fogo	51,3	48,7	100	66,7	33,3	100
Brava	75,2	24,8	100	70,7	29,3	100
<b>Cabo Verde</b>	<b>52,4</b>	<b>47,6</b>	<b>100</b>	<b>73,2</b>	<b>26,8</b>	<b>100</b>

\* SLeE - Sabe Ler e Escrever

\*\* N SLeE - Não Sabe Ler e Escrever

Fonte: IDRF, INE, 2002. Tabulação Própria

Como pudemos ver, o nível do analfabetismo no seio dos chefes de agregados em Cabo Verde é alto. Esse nível aumenta ainda mais quando os chefes de agregados são pobres (47,6%). Nos chefes de famílias não pobres a proporção de analfabetos é de apenas 26,8%. Isso mostra que a educação é um fator importante na redução de pobreza. Tendo em conta que uma das estratégias do país é a redução dos níveis de pobreza existente, então uma das apostas deve ser a de investimentos visando proporcionar as famílias uma melhor qualidade de vida e em suma uma redução sustentada da pobreza.

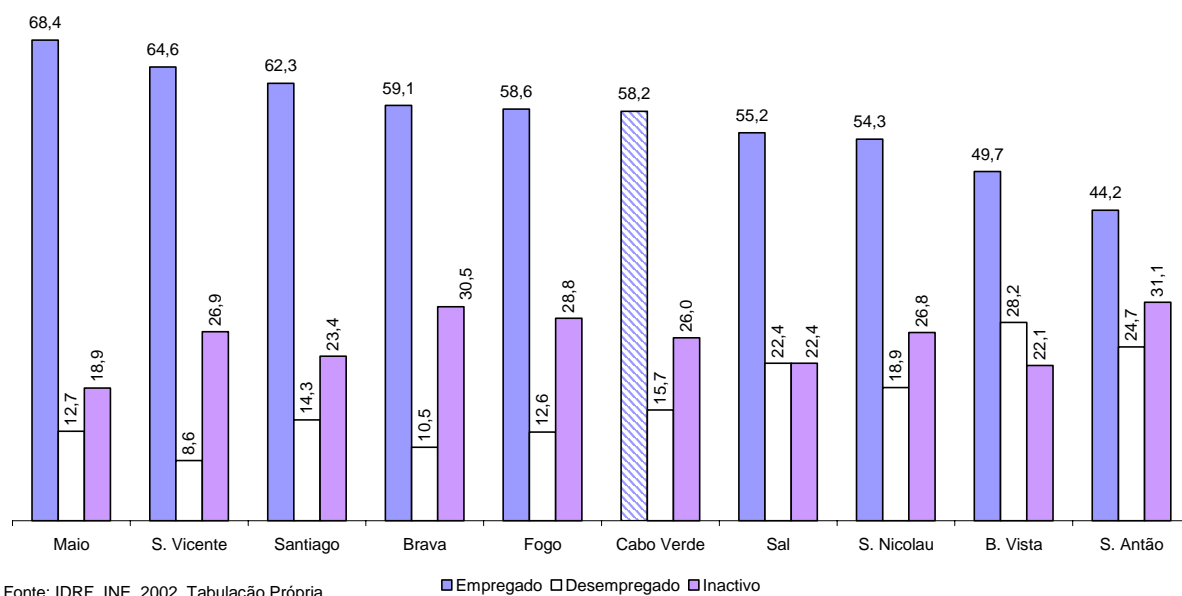
## 6) - Repartição segundo a Condição na Atividade Habitual

Como mostra o Gráfico 3.21, ao nível nacional mais de metade dos chefes de famílias pobres se encontravam ocupadas no momento do Inquérito (58,2%), cerca de 26% encontravam inativas e 15,7% encontravam desocupadas. Santo Antão é a ilha com a menor proporção de chefes de famílias ocupadas. Se tivermos em conta que é a ilha que apresenta os piores indicadores de pobreza, urge investir na promoção do emprego para as famílias, diminuindo assim a desigualdade em termos de oportunidade.

Nas ilhas da Boavista, Santo Antão e Sal, foram encontrados os maiores níveis de famílias desempregadas do país. Por outro lado foi na ilha de São Vicente que se registrou o menor nível.

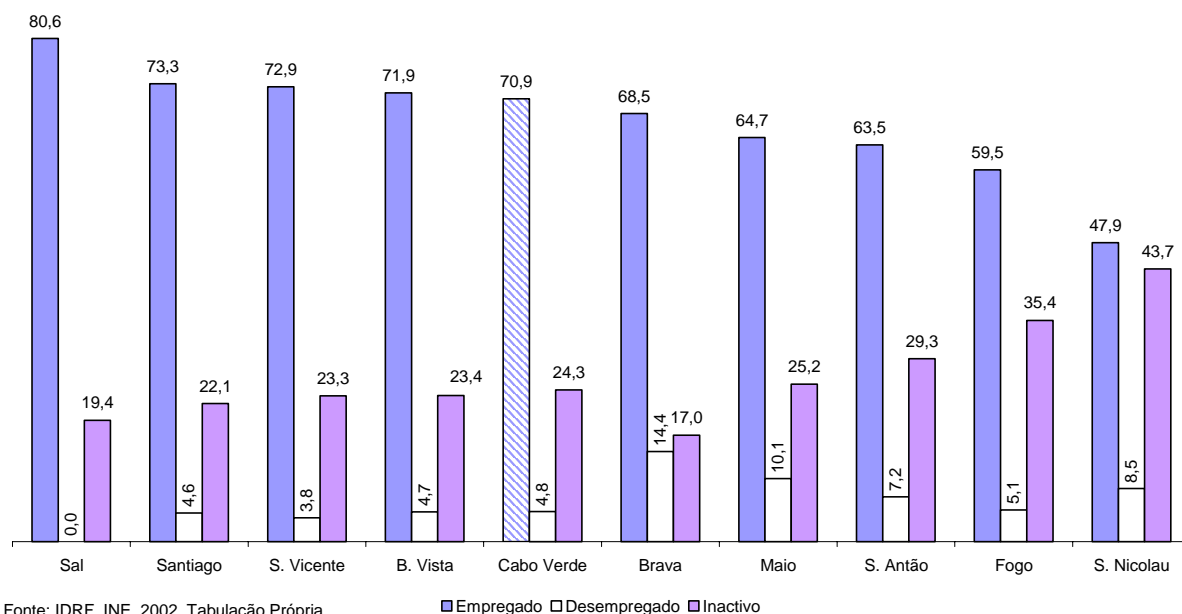
Também Santo Antão e Brava apresentam proporções dos inativos superiores à média nacional. Nota-se que os inativos aqui são, sobretudo os estudantes, reformados e pensionistas.

**Gráfico 3.21: Proporção de famílias pobres segundo a condição perante o trabalho do chefe nos últimos 12 meses anteriores a pesquisa, por ilhas, 2002**



Relativamente aos não pobres constatamos que têm as maiores proporções em termos de emprego e menores de desempregos (4,8%) se compararmos com os pobres. Brava e Maio apresentam maiores proporções de desempregados nos não pobres, (Gráfico 3.22).

**Gráfico 3.22: Proporção de famílias não pobres segundo a condição perante o trabalho do chefe nos últimos 12 meses anteriores a pesquisa, por ilhas, 2002**

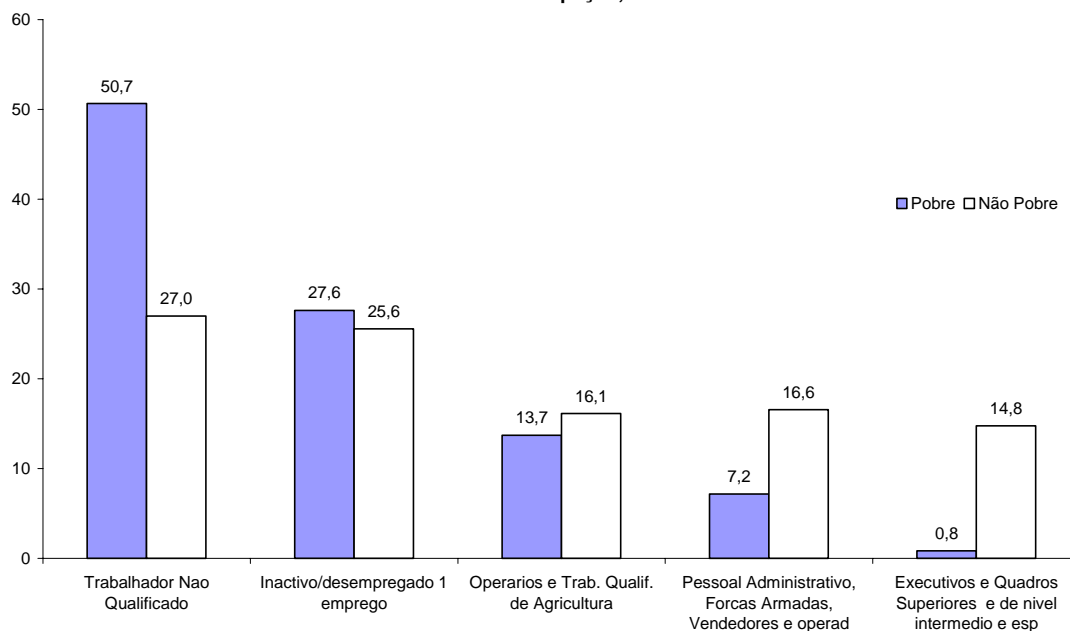


## 7. Repartição segundo a Ocupação Principal

Relativamente à ocupação principal dos chefes dos agregados, como podemos constatar do Gráfico a seguir, a maioria dos chefes de agregados pobres isto é 50,7% são trabalhadores não qualificados, o que reforça a ideia de que a aposta na qualificação do pessoal pobre é fundamental para reverter o perfil vigente no país.

Em relação aos inativos/desempregados a situação não difere muito do todo nacional e dos não pobres. É interessante ressaltar que ainda uma proporção expressiva dos chefes de agregados não pobres são trabalhadores não qualificados (27%), (Gráfico 3.23).

**Gráfico 3.23: Repartição percentual dos Chefes de Agregados pobres e não pobres segundo a ocupação, 2002**



Fonte: IDRF, INE, 2002. Tabulação

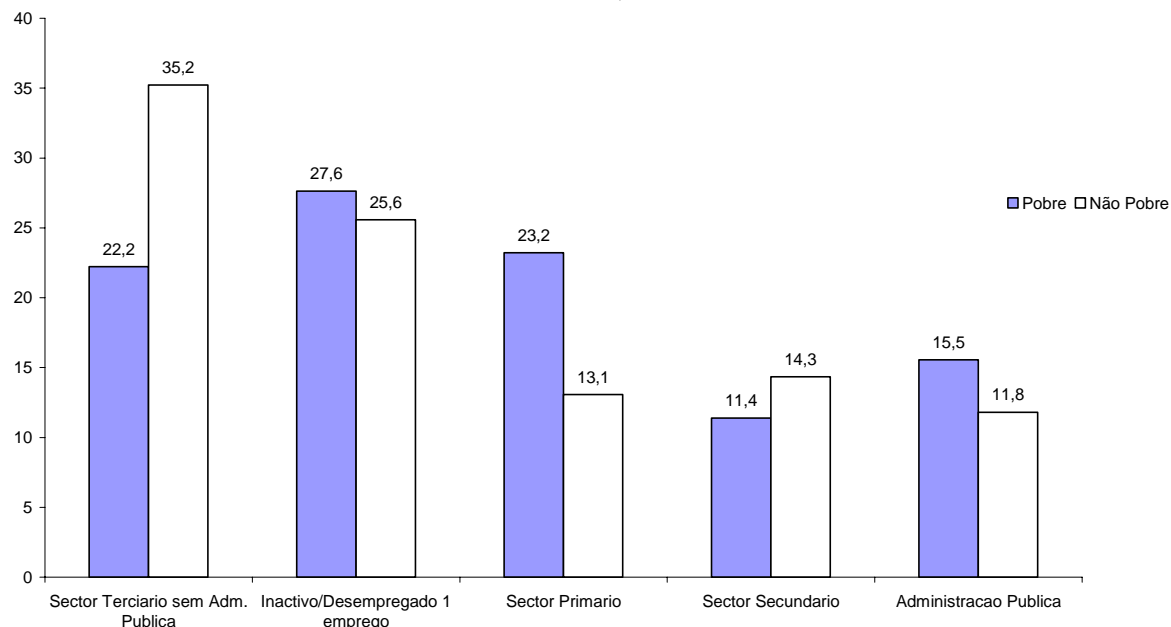
## 8) - Repartição segundo o Ramo de Atividade

Referente ao Ramo de Atividade Econômica, como mostra o Gráfico a seguir, a maioria dos chefes pobres trabalha no Setor Primário 23,2%, cerca de 22,2% trabalham no Setor Terciário sem a Administração Pública e 27,6% são inativos/desempregados.

Em relação aos não pobres, podemos concluir com base no Gráfico que se segue que a maior proporção desses chefes de agregados estão ocupados no setor terciário. Na segunda posição vem os inativos/desempregados.



**Gráfico: 3.24: Proporção dos Chefes de Agregados segundo o estatuto de pobreza e Ramo de Atividade, 2002**



Fonte: IDRF, INE, 2002. Tabulação Própria

### 3.4 Conclusão do Capítulo

Da análise deste capítulo podemos tirar as seguintes ilações:

- ⇒ A maioria da população de Cabo Verde é do sexo feminino e a pobreza incide também nas mulheres. Essas relações de gênero desequilibradas colocam as mulheres em posição de desigualdade para uma participação ativa na sociedade. As mulheres apresentam as mais elevadas taxas de analfabetismo, estão sobrecarregadas com trabalhos domésticos e com a educação das crianças. Não obstante, os enormes avanços conseguidos, ser mulher em geral, e mulher rural e chefe de família em particular, aumenta as probabilidades de ser pobre. O fenómeno de mulher chefe de família, reflexo da desestruturação da família caboverdiana, atinge proporções alarmantes e constitui um dos responsáveis pela pobreza no país.

- ⇒ A mulher, particularmente a chefe de família, tendo em conta o seu perfil, experimenta maiores dificuldades de integração no mercado de trabalho, está presente em atividades menos remuneradas e de menos prestígio. Ela é menos instruída, menos qualificada e mais atingida pelo desemprego. No meio rural estão nas Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-Obra. No meio urbano, para além da presença de mulheres nas categorias mais baixas da administração pública e de empresas públicas e privadas ela está presente na prestação de serviços como domésticas para as famílias das classes médias, fundamentalmente.
- ⇒ A maioria da população do país é solteira. A pobreza incide fundamentalmente neste grupo e nas mulheres. O que leva-nos a inferir que a condição de solteiro expõe mais os indivíduos à pobreza. Imediatamente a seguir, temos a união de facto. A incidência da pobreza nas pessoas que vivem em união de facto é também expressiva e as mulheres são as mais atingidas, isto porque normalmente têm muitos filhos e a responsabilidade de os educar recai fundamentalmente sobre elas. O mesmo se pode dizer em relação aos separados, uma vez que com a separação diminui os recursos da família.
- ⇒ Existe uma grande disparidade entre os meios de residência, com a pobreza a incidir mais no meio rural, independentemente do estado civil e com grandes diferenças face ao meio urbano.
- ⇒ Constata-se que no país, à semelhança do que acontece noutras paragens, a pobreza diminui a medida que aumenta a idade. Ela é bastante expressiva na primeira infância e vai diminuindo até atingir os níveis mais baixos na terceira geração. Isso pode ser explicado pelo fato de que, com o aumento da idade aumenta também as probabilidades de os chefes e suas famílias receberem uma pensão e ainda em muitos casos possuem pequenos ativos econômicos.
- ⇒ A pobreza é diretamente proporcional ao tamanho da família, isto é, ela aumenta a medida que aumenta a dimensão da família. Portanto, os agregados pequenos são menos propensos à pobreza. Por outro lado quanto maior é o tamanho do agregado maior é a probabilidade de ser pobre. Em suma, a família numerosa tende a constituir um fator de pauperização, uma vez que os recursos disponíveis por membro da família são menores,

as responsabilidades domésticas aumentam, os filhos têm menos possibilidades de frequência e de sucesso escolar.

- ⇒ O nível de instrução no arquipélago é ainda muito baixo. A maioria da população tem o ensino fundamental. Os níveis secundários e pós-secundários são pouco significativos. Ainda há um percentual considerável de pessoas sem nenhum nível de instrução e a pobreza incide, sobretudo, nas pessoas com menor nível de instrução. Como pudemos observar, a incidência da pobreza desce com a elevação do nível educacional do chefe.
- ⇒ O analfabetismo em Cabo Verde ainda é expressivo, porém é mais preocupante ainda no seio dos chefes de famílias pobres.
- ⇒ A situação de ocupação no país é preocupante, com o desemprego a atingir níveis consideráveis fundamentalmente nos pobres. O desemprego é sem dúvida um dos principais problemas sociais do país. De caráter vincadamente estrutural, o desemprego resulta do baixo nível de instrução das pessoas, da fraqueza do tecido econômico, da debilidade do setor agrícola, agravada pelo processo de desertificação, e do elevado ritmo de crescimento demográfico.
- ⇒ Constatamos que a maioria da população pobre trabalha nos setores que exigem uma mão de obra menos especializada, que é o caso da agricultura, Administração Pública, concretamente nas Frentes de Alta Intensidade de Mão de Obra, e o Comércio Informal.
- ⇒ Em quase todas as variáveis analisadas, verificam-se grandes assimetrias regionais, com os piores níveis registrados no meio rural.

## **CAPITULO 4 - CONDIÇÕES DE VIDA DOS POBRES**

Este Capítulo tem por objetivo evidenciar as condições de vida diferenciadas dos domicílios ou agregados familiares, distinguindo do total, pobres e não-pobres. A análise das condições de vida cinge-se apenas ao nível das ilhas. Não fizemos distinção entre os domicílios do meio urbano e do meio rural devido à inexistência ou baixa cobertura desses serviços nas áreas rurais. No entanto, podemos ver que nas ilhas mais rurais (Santo Antão, Santiago, Fogo e São Nicolau), a situação é mais complicada, sobretudo para as famílias pobres.

Para a caracterização das condições de vida das famílias caboverdianas, com base nas informações disponíveis vamos abordar os seguintes aspectos da habitação: 4.1, tipologia da habitação – neste item abordaremos os tipos de habitação existentes em Cabo Verde, (casa individual, parte de casa, vivenda, apartamento e barraca); 4.2, acesso à água potável e saneamento básico – analisaremos o acesso de água e saneamento nas famílias com ênfase nos seguintes aspectos: (1) fonte de água de uso doméstico; (2) forma de tratamento da água para beber; (3) posse de casa de banho e retrete; (4) forma de evacuação das águas residuais. 4.3, principal fonte de energia usada na habitação – será tratado neste ponto a principal fonte de energia usada pelas famílias nas suas habitações, distinguindo, a energia usada para a iluminação e a usada na preparação dos alimentos. 4.4, nível de conforto das famílias caboverdianas – analisaremos o nível de conforto das famílias com base na seguinte classificação: Muito baixo, baixo, médio, alto e muito alto. 4.5, conclusão – será apresentada uma síntese do capítulo.

### **4.1 Tipologia da Habitação**

Analisando a tipologia da habitação em Cabo Verde, constatamos que a maioria das famílias caboverdianas vive em casa individual<sup>10</sup>, precisamente 86 em cada 100. A proporção de famílias

---

<sup>10</sup> Casa Individual – é uma unidade de habitação (rés do chão ou duplex) cercada por muros do tipo clássico e cuja entrada principal dá geralmente, para uma rua ou para um terreno circundante ao edifício.

vivendo em parte de casa<sup>11</sup> é de 8,0%. Apartamento representa apenas 4,2% do total das habitações do país.

Passando do todo nacional para as ilhas verificamos o mesmo comportamento, ou seja, em todas as ilhas a proporção de famílias vivendo em casa individual é expressiva, registrando-se os valores máximos na Brava (94,5%), Fogo (92,5%), Santo Antão (89,3%), São Nicolau (88,9%) e Santiago (87,8%).

À parte de casa ocupa a segunda posição em termos de habitação das famílias nas diferentes ilhas. Destaca-se, no entanto as ilhas do Sal com 18,0% do total das habitações do país, Boavista com 16,4%, as ilhas de São Nicolau e Maio com 11,1% cada e São Vicente com 9,9%. Nota-se que este tipo de habitação não reúne as condições adequadas de habitabilidade, (sem água canalizada, banheiro e rede de esgoto).

Ter apartamento em Cabo Verde é ainda um privilégio de um reduzido número de famílias. As maiores proporções de famílias com este tipo de habitação concentram-se nas ilhas do Sal (6,9%), São Vicente (6,5%) e Santiago (4,7%). Nas restantes ilhas, a proporção está muito aquém da média nacional.

Merece particular atenção para os casos de barracas<sup>12</sup> existentes no país. Apesar de ao nível nacional a proporção de famílias vivendo neste tipo de habitação ser residual (1,3%), notam-se níveis relativamente altos nas ilhas do Sal e São Vicente com 7,3% e 3,5% respectivamente. São normalmente construções clandestinas à volta dos centros urbanos.

---

<sup>11</sup> Parte de Casa – partes de uma casa, individual, apartamento ou vivenda, ocupado por um agregado. Os elementos desse agregado não desfrutam de todos os compartimentos.

<sup>12</sup> Barracas – é uma unidade de alojamento construído com restos de material velho, tais como cartões, latas, madeiras, bidões e outros.

**Tabela 4.1: Distribuição percentual dos agregados familiares segundo o estatuto de pobreza e ilhas, por tipo de habitação, 2002<sup>13</sup>**

Tipo de Habitação	Total									
	CV	SA	SV	SN	SL	BV	MA	ST	FG	BR
Casa Individual	85,8	89,3	77,9	88,9	64,5	82,4	87,2	87,8	92,5	94,5
Apartamento	4,2	2,0	6,5	0,0	6,9	0,0	1,6	4,7	1,0	0,0
Vivenda	0,7	0,0	2,2	0,0	3,3	0,0	0,0	0,3	0,3	0,0
Barraca	1,3	2,0	3,5	0,0	7,3	1,1	0,0	0,3	0,3	0,0
Parte de Casa	8,0	6,7	9,9	11,1	18,0	16,4	11,1	6,9	5,9	5,5
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
Pobre										
Casa Individual	89,1	91,3	72,4	88,4	37,7	72,4	83,5	93,6	89,9	97,7
Apartamento	0,4	0,5	1,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0
Vivenda	0,1	0,0	0,0	0,0	6,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Barraca	2,5	3,1	9,6	0,0	33,1	0,0	0,0	0,7	0,0	0,0
Parte de Casa	7,9	5,2	16,5	11,6	22,4	27,6	16,5	5,4	10,1	2,3
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
Não Pobre										
Casa Individual	84,4	87,0	79,5	89,2	67,0	84,1	88,6	85,5	94,2	93,3
Apartamento	5,8	3,7	8,0	-	7,6	-	2,2	6,5	1,6	-
Vivenda	0,9	-	2,8	-	3,0	-	-	0,4	0,5	-
Barraca	0,8	0,7	1,8	-	4,8	1,3	-	0,1	0,5	-
Parte de Casa	8,1	8,6	8,0	10,8	17,6	14,5	9,1	7,5	3,1	6,7
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: IDRF, INE, 2002. Tabulação Própria

Comparando a tipologia de habitação dos pobres e não pobres, constata-se que o comportamento não é diferente do país, porém merece destaque o caso das barracas, onde vivem cerca de 2,5% das famílias pobres do país.

Em relação às ilhas, nota-se que é mais preocupante a situação das ilhas do Sal e São Vicente, por serem das ilhas menos pobres do país, porém, cerca de 1/3 e 1/10 das famílias pobres vivem em barracas, justamente a. Também a proporção de pobres vivendo em parte de casa é ainda significativa, sendo as ilhas da Boavista e do Sal com maiores proporções. Tanto a situação das barracas como parte de casa, mostra que são, sobretudo os pobres que vivem em condições menos digna de habitabilidade.

<sup>13</sup> Estimativas sujeitas a erros de amostragem.

A tabela a seguir mostra como era de se esperar que a pobreza incide fundamentalmente nas famílias que vivem nas barracas, com 58,6%, em seguida casa individual com 31,2% e parte de casa 29,5%. A incidência da pobreza nas famílias vivendo em apartamento<sup>14</sup> e vivenda<sup>15</sup> é pouco expressivo como mostra a tabela.

No tocante às ilhas, é de se registrar que a incidência da pobreza nas famílias vivendo em barracas atinge níveis alarmantes em Santo Antão (83,3%), Santiago (69,9%) e em São Vicente (60,3%). Em São Vicente a pobreza incide também de forma expressiva na parte de casa (37,1%). Na ilha do Fogo a maior incidência da pobreza foi registrada neste tipo de habitação (67,5%).

Relativamente às famílias não pobres, constata-se que a proporção destas vivendo em apartamentos é maior, seguidamente vem as que vivem em vivendas e parte de casa, ou seja, nas melhores condições de habitação vivem famílias não pobres.

**Tabela 4.2: Distribuição percentual dos agregados familiares pobres e não pobres segundo as ilhas, por tipo de habitação, 2002**

Tipo de Habitação	Pobre									
	CV	SA	SV	SN	SL	BV	MA	ST	FG	BR
Casa Individual	31,2	55,2	20,5	33,9	5,0	12,6	25,6	30,1	38,1	28,6
Apartamento	3,0	12,8	5,1	-	0,0	-	0,0	1,8	0,0	-
Vivenda	3,4	-	0,0	-	17,3	-	-	0,0	0,0	-
Barraca	58,6	83,3	60,3	-	39,0	0,0	-	69,9	0,0	-
Parte de Casa	29,5	41,4	37,1	35,6	10,6	24,2	39,8	22,1	67,5	11,5
<b>Total</b>	<b>30,1</b>	<b>53,9</b>	<b>22,1</b>	<b>34,1</b>	<b>8,5</b>	<b>14,4</b>	<b>26,8</b>	<b>28,2</b>	<b>39,2</b>	<b>27,7</b>
	Não Pobre									
Casa Individual	68,8	44,8	79,5	66,1	95,0	87,4	74,4	69,9	61,9	71,4
Apartamento	97,0	87,2	94,9	-	100,0	-	100,0	98,2	100,0	-
Vivenda	96,6	-	100,0	-	82,7	-	-	100,0	100,0	-
Barraca	41,4	16,7	39,7	-	61,0	100,0	-	30,1	100,0	-
Parte de Casa	70,5	58,6	62,9	64,4	89,4	75,8	60,2	77,9	32,5	88,5
<b>Total</b>	<b>69,9</b>	<b>46,1</b>	<b>77,9</b>	<b>65,9</b>	<b>91,5</b>	<b>85,6</b>	<b>73,2</b>	<b>71,8</b>	<b>60,8</b>	<b>72,3</b>

Fonte: IDRF, INE, 2002. Tabulação Própria

<sup>14</sup> Apartamento – "

## **4.2 Acesso à Água Potável e Saneamento Básico**

O perfil sanitário das famílias caboverdianas será definido com base na qualidade de água usada na alimentação, posse de casa de banho e forma como são evacuadas as águas residuais.

O acesso à água potável constituiu um dos problemas mais críticos em Cabo Verde, que afeta quase toda a população, mas particularmente as camadas mais desfavorecidas.

A diminuição das chuvas que se vem registrando nas últimas décadas, conjugada com o aumento da população, faz crescer a pressão exercida sobre os escassos recursos em água. Diga-se também, que a utilização ineficaz da água para fins agrícolas, não conduz à economia deste precioso líquido que a situação de escassez recomenda.

### **1) Fonte de Água de Uso Doméstico**

Antes de mais, é de se salientar que a água consumida em Cabo Verde é, essencialmente, de origem subterrânea. No entanto, o volume das águas superficiais é muito superior, mas sub-aproveitado por dificuldades de captação.

O acesso das populações à água potável melhorou sensivelmente nos últimos 15 anos. Estima-se que, atualmente mais de metade das famílias do país tem acesso à água potável (estamos a considerar água potável, a água da rede pública uma vez que é tratada). Para o tratamento da água usa-se a lixívia, ou a água é fervida, ou é filtrada.

Os indicadores de acesso à água potável e ao saneamento refletem as condições de vida e de pobreza das famílias. A maior proporção das famílias pobres se abastecem diretamente nos chafarizes<sup>16</sup> (47,6%). Nos não pobres, essa proporção decresce cerca de 17,3 pontos percentuais.

---

<sup>16</sup> Chafarizes – é um edifício público para a venda de água a retalho.



O abastecimento de 6,3% das famílias pobres é feito através das cisternas<sup>17</sup> domiciliares. Daí se conclui que ainda a qualidade da água utilizada nos domicílios de uma parcela significativa da população deixa muita a desejar e os mais atingidos são as famílias pobres e com todas as conseqüências daí advenientes. Pois, é sabido que a má qualidade da água está na origem de muitas doenças que por sua vez criam condições favoráveis ao alastramento de epidemias.

Infelizmente, no arquipélago a água canalizada da rede pública ainda não é um privilégio de todas as famílias. Uma parcela significativa das famílias, sobretudo as pobres têm de percorrer grandes distâncias, sujeitas a filas no sentido de obter este líquido.

A Tabela 4.3 mostra que ao nível do país, apenas 12,3% dos pobres tem água canalizada, esse percentual mais que triplica quando a família é não pobre.

São Vicente e Maio são as ilhas mais bem servidas do país em termos de abastecimento de água potável, porém persiste ainda uma diferença muito grande entre o abastecimento na família pobre e a não pobre. No entanto, gostaríamos de chamar atenção para a situação das ilhas da Brava, Santiago e Fogo onde o abastecimento está aquém da média nacional. Por exemplo, a ilha de Santiago que alberga mais de metade das famílias do país e onde fica também a capital, apenas 7,6% das famílias pobres não precisam se deslocar das suas casas para conseguir a água potável. Nos não pobres essa proporção eleva-se para 33,2%.

**Tabela 4.3: Distribuição percentual dos agregados familiares pobres e não pobres segundo as ilhas e por principal fonte de água de uso doméstico, 2002**

Principal fonte de água de uso doméstico	CV		SA		SV		SN		SL		BV		MA		ST		FG		BR	
	P	NP	P	NP	P	NP	P	NP	P	NP	P	NP	P	NP	P	NP	P	NP	P	NP
Água da rede pública	12,3	41,4	18,9	44,9	23,0	61,0	5,8	41,5	7,7	58,8	29,4	44,4	45,0	58,2	7,6	33,1	7,9	36,0	10,0	26,2
Auto-Tanque	4,7	9,3	2,8	3,0	13,7	13,4	0,0	2,1	0,0	7,8	0,0	12,0	0,0	1,1	4,7	10,7	1,4	2,3	1,4	-
Cisterna Domiciliária	6,3	3,8	0,3	0,8	0,0	-	0,0	2,0	0,0	-	0,0	-	0,0	-	3,6	2,0	43,3	32,4	0,0	20,2
Cisterna Publica	3,1	1,7	1,2	0,7	4,5	1,8	0,0	1,0	7,4	1,5	0,0	2,3	0,0	1,1	3,0	1,1	7,7	8,4	0,0	-
Chafariz	47,6	30,3	59,0	36,2	24,1	8,0	74,3	46,2	77,3	32,0	63,2	38,8	36,6	27,0	47,3	37,0	36,8	16,1	85,9	51,3
Poço	4,1	0,8	0,3	-	0,6	0,4	4,2	3,3	0,0	-	7,4	1,2	14,9	3,6	7,2	1,0	0,0	-	0,0	-
Nascente	14,6	5,1	14,5	9,7	0,3	0,2	15,7	1,0	0,0	-	0,0	-	0,0	-	22,5	8,1	0,0	0,3	0,0	-
Levada	0,5	0,2	1,2	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	-	0,0	1,3	0,6	0,4	0,0	-	0,0	-
Outro	6,7	7,3	1,8	4,6	33,9	15,2	0,0	3,0	7,7	-	0,0	1,3	3,5	7,6	3,5	6,6	2,9	4,5	2,7	2,3
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: IDRF, INE, 2002. Tabulação Própria  
P - Pobre NP - Não Pobre

<sup>17</sup> Cisternas – é o armazenamento da água das chuvas em um reservatório domiciliar.

## **2) Forma de Tratamento da Água para Beber**

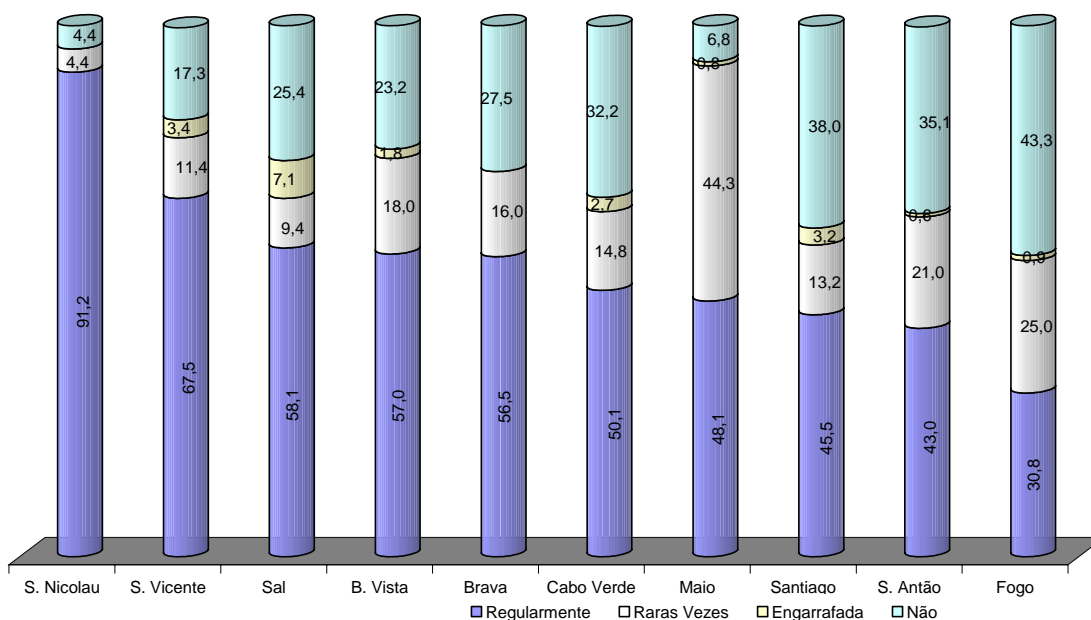
Nem todas as famílias caboverdianas recebem ainda a água canalizada da rede pública, sendo assim de forma a evitar algumas doenças que podem ser transmitidas através do uso deste líquido precioso ela é tratada.

O Gráfico a seguir mostra-nos como se distribui a proporção das famílias segundo a forma como a água para beber é tratada ao nível do país. Percebemos deste gráfico que, em todas as ilhas já existe uma percentagem razoável de famílias que tratam regularmente a água para beber. No entanto, as ilhas do Fogo, Santo Antão, Santiago e Maio as proporções de famílias que tratam a água regularmente estão aquém da média nacional.

Ainda no país persiste um percentual significativo de famílias que não tratam a água para beber cerca de 32,2%, o que é preocupante se tivermos em conta as consequências para a saúde quando a água ingerida não é de boa qualidade. As ilhas do Fogo (43,3%), Santiago (38,0%) e Santo Antão (35,1%) são os casos extremos.

Na ilha do Maio 44,3% das famílias declararam ter tratado a água para beber raras vezes. Se tivermos em conta o atrás exposto, facilmente se compreende que urge reverter essa situação, com mais investimentos do setor público visando alargar a cobertura da água canalizada a todos os domicílios. Por outro lado, até que isso não seja possível, é necessária uma grande sensibilização das famílias, no sentido aumentar a prática do tratamento da água. Até porque as que consomem água engarrafada são poucas, concentrando os maiores níveis no Sal e em São Vicente, como podemos observar no Gráfico 4.1.

**Gráfico 4.1: Distribuição percentual dos agregados familiares segundo a forma como a água para beber é tratada, por ilhas, 2002**



Fonte: IDRF, INE, 2002. Tabulação Própria

Relativamente à pobreza, constatamos que as famílias pobres têm menos preocupação em relação ao tratamento da água para beber. Como podemos observar da Tabela 4.4 a proporção de famílias que tratam água regularmente é maior nos não pobres, por outro lado a que trata raras vezes é maior nas famílias pobres e com grandes oscilações entre as ilhas.

Cerca de 46,2% das famílias pobres de Santiago, 42,9% do Fogo e 34,5% de Santo Antão, não tratam água para beber. Não se nota diferenças nas ilhas do Fogo e Santo Antão relativamente aos não pobres.

**Tabela 4.4: Distribuição Percentual dos agregados familiares pobres e não pobres, segundo a forma como a água para beber é tratada, por ilhas 2002**

Ilhas	Pobre					Não Pobre				
	Regular mente	Raras Vezes	Engarra fada	Não	Total	Regular mente	Raras Vezes	Engarra fada	Não	Total
S. Antão	39,5	26,0	0,0	34,5	100	47,1	15,2	1,4	35,8	100
S. Vicente	69,7	9,3	0,0	21,1	100	66,9	12,0	4,3	16,3	100
S. Nicolau	89,3	8,6	0,0	2,1	100	92,2	2,2	-	5,6	100
Sal	74,2	25,8	0,0	0,0	100	56,6	7,8	7,8	27,8	100
B. Vista	43,6	44,2	0,0	12,3	100	59,3	13,6	2,1	25,1	100
Maio	44,1	45,8	0,0	10,1	100	49,6	43,7	1,1	5,5	100
Santiago	38,1	15,7	0,0	46,2	100	48,5	12,2	4,5	34,8	100
Fogo	30,3	26,9	0,0	42,9	100	31,2	23,7	1,5	43,5	100
Brava	63,9	7,0	0,0	29,1	100	53,7	19,5	-	26,8	100
<b>Cabo Verde</b>	<b>40,7</b>	<b>20,2</b>	<b>0,0</b>	<b>39,2</b>	<b>100</b>	<b>52,7</b>	<b>13,3</b>	<b>3,9</b>	<b>30,0</b>	<b>100</b>

Fonte: IDRF, INE, 2002. Tabulação Própria

### 3) Posse de Casa de Banho e Retrete

Pretendemos neste ponto evidenciar os locais onde se depositam resíduos sólidos e por outro lado as conseqüências desse comportamento. Chamamos a atenção para a necessidade de infra-estruturas dignas para as famílias, o que por sua vez permite preservar a natureza, além de ser fundamental para uma boa saúde das populações.

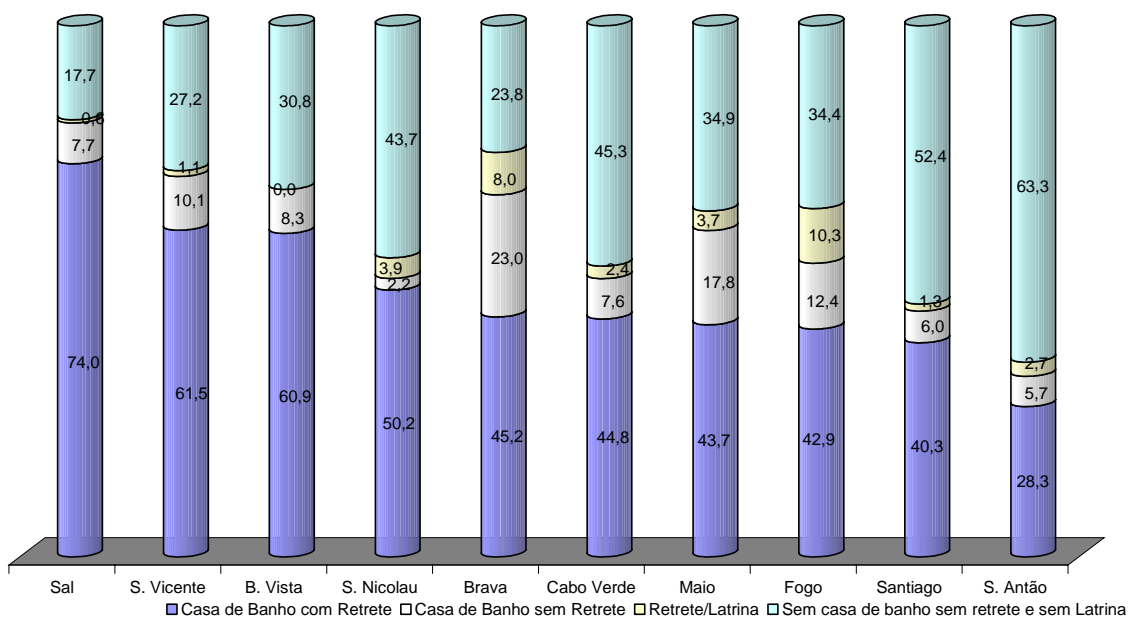
Assim, em primeiro lugar, gostaríamos de sublinhar a quase inexistência do saneamento básico no país, onde o sistema de coleta e tratamento de resíduos sólidos é praticamente inexistente e apenas uma parcela pouco significativa do território nacional é coberto pela rede de esgoto. A maioria das famílias (45,3%) não dispõe de casa de banho, nem retrete<sup>18</sup> e nem Latrina<sup>19</sup>. A situação é mais gritante em Santo Antão e em Santiago com cerca de 63,3 e 52,4% respectivamente. Se tivermos em conta que o tratamento do esgoto é de extrema importância para o bem estar da família em particular e para toda a sociedade de um modo geral uma vez que evita a poluição e a propagação de doenças causadas por moscas, urge então inverter a situação.

<sup>18</sup> Retrete - é um vaso colocado numa casa de banho para fazer as necessidades biológicas.

<sup>19</sup> Latrina - é um buraco feito no quintal ou ao redor da casa para fazer as necessidades biológicas.

Apenas cerca de 44,8% das famílias tem casa de banho com retrete. As ilhas do Sal, São Vicente e Maio possuem melhores condições em termos deste indicador.

**Gráfico 4.2: Distribuição percentual dos agregados familiares, segundo a posse de Casa de Banho por ilhas, 2002**



Fonte: IDRF, INE, 2002. Tabulação Própria

Relativamente às famílias pobres, a situação é mais grave, onde cerca de 72 em cada 100 não têm casa de banho, nem retrete e nem latrina. A proporção dos que tem casa de banho e retrete é de apenas 14,6%, e quase que quadruplica a proporção quando falamos de não pobres. Tudo isso mostra que realmente os pobres estão mais expostos à situação de risco e vivem em condições precárias.

A situação da ilha de Santiago é bastante caótica, aproximadamente 83% das famílias pobres não dispõem de uma casa de banho/retrete/latrina. O mesmo se pode dizer em relação as ilhas de Santo Antão e São Nicolau onde mais de três quartos das famílias não dispõem de uma casa de banho, nem retrete e nem latrina.

Já em relação aos não pobres, mais de metade em praticamente todas as ilhas têm as infra-estruturas básicas (casa de banho), no entanto existe ainda uma parcela significativa que estão na mesma situação dos pobres (sem casa de banho e retrete).

**Tabela 4.5: Distribuição Percentual dos agregados familiares pobres e não pobres, segundo a posse de Casa de Banho, por ilhas 2002**

Ilhas	Pobre					Não Pobre				
	WC c/ Retrete	WC s/ Retrete	Retrete/ Latrina	Sem WC, s/retrete e Latrina	Total	WC c/ Retrete	WC s/ Retrete	Retrete/ Latrina	Sem WC, s/retrete e Latrina	Total
S. Antão	12,1	6,7	3,2	78,1	100	47,3	4,5	2,1	46,0	100
S. Vicente	31,9	12,7	2,9	52,5	100	69,9	9,4	0,6	20,1	100
S. Nicolau	16,4	0,0	8,5	75,1	100	67,8	3,3	1,5	27,4	100
Sal	29,4	14,7	7,4	48,5	100	78,2	7,0	-	14,8	100
B. Vista	20,9	29,4	0,0	49,7	100	67,6	4,7	-	27,6	100
Maio	5,0	42,9	7,1	45,0	100	57,9	8,5	2,4	31,1	100
Santiago	9,8	6,0	1,3	82,8	100	52,3	6,0	1,4	40,4	100
Fogo	18,3	16,3	19,8	45,7	100	58,8	9,9	4,2	27,2	100
Brava	28,6	26,6	6,8	38,0	100	51,5	21,6	8,4	18,4	100
<b>Cabo Verde</b>	<b>14,6</b>	<b>8,9</b>	<b>4,3</b>	<b>72,3</b>	<b>100</b>	<b>57,8</b>	<b>7,0</b>	<b>1,5</b>	<b>33,6</b>	<b>100</b>

Fonte: IDRF, INE, 2002. Tabulação Própria

#### 4) Forma de Evacuação das Águas Residuais

A Forma de Evacuação das Águas Residuais reveste-se também de grande importância para a preservação do meio ambiente e para a saúde pública. No entanto, o panorama do país relativamente a essa variável é muito preocupante, e é mais ainda, nas famílias pobres.

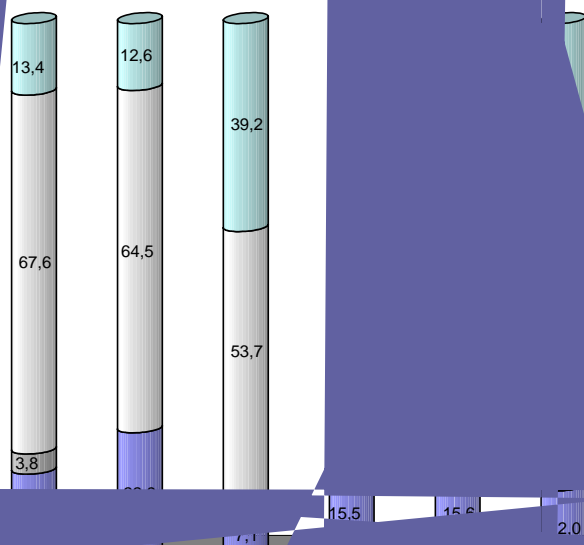
Apenas 15,5% das famílias evacuam as águas residuais através da fossa séptica e 10% através da rede de esgoto.

Cerca de 3 em cada 4 famílias dão um destino impróprio às águas residuais, ou seja, jogam ao redor de casa ou então na natureza.

São Vicente é a ilha que melhor destino dá às águas residuais (59,6%), com ênfase na rede de esgoto (48,5%). Já o mesmo não se pode dizer em relação às demais ilhas do país. Isto revela a

neamento do meio ainda  
as ilhas (Gráfico 4.3).

uma quase inexistência de redes de esgotos



**Tabela 4.6: Distribuição percentual dos agregados familiares pobres e não pobres, segundo a forma de evacuação das águas residuais, por ilhas, 2002**

Ilhas	Pobre					Não Pobre				
	Fossa Septica	Rede de esgotos	Redor de Casa	Natureza	Total	Fossa Septica	Rede de esgotos	Redor de Casa	Natureza	Total
S. Antão	5,7	0,0	42,1	52,1	100	27,2	-	39,6	33,2	100
S. Vicente	5,6	28,9	48,2	17,3	100	12,6	54,0	25,8	7,6	100
S. Nicolau	1,9	0,0	33,8	64,3	100	17,2	-	37,2	45,6	100
Sal	14,1	0,0	45,1	40,8	100	54,7	-	24,6	20,7	100
B. Vista	6,1	0,0	34,4	59,5	100	42,4	-	18,0	39,6	100
Maio	0,0	0,0	32,8	67,2	100	13,8	-	24,7	61,5	100
Santiago	3,2	0,0	80,6	16,2	100	19,8	5,3	62,5	12,4	100
Fogo	2,8	0,0	56,5	40,7	100	9,8	-	52,0	38,2	100
Brava	9,8	0,0	73,6	16,6	100	28,0	-	61,0	11,0	100
<b>Cabo Verde</b>	<b>4,1</b>	<b>3,5</b>	<b>63,4</b>	<b>29,0</b>	<b>100</b>	<b>20,4</b>	<b>12,8</b>	<b>49,2</b>	<b>17,5</b>	<b>100</b>

Fonte: IDRF, INE, 2002. Tabulação Própria

### 4.3 Principal Fonte de Energia Usada na Habitação

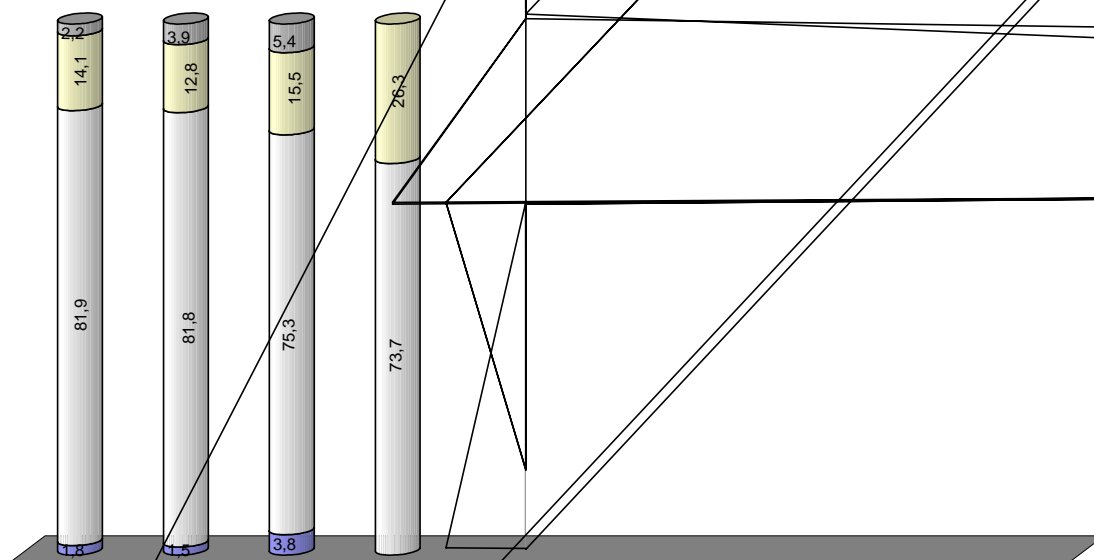
O objetivo deste ponto é descrever a Principal Fonte de Energia Usada pelas famílias na iluminação das suas habitações bem como na preparação dos seus alimentos, fazendo uma distinção entre o total das famílias, pobres e não pobres.

#### 1) Energia Usada para a Iluminação

Analisando a principal fonte de energia que as famílias usam na iluminação das suas habitações, constatamos que a maioria delas usam a eletricidade (58,6%), seguidamente o petróleo (27,1%). Ainda um percentual significativo de famílias caboverdianas usa a vela na iluminação. Isto revela que ainda no país há uma necessidade de mais investimentos no setor de energia, visando, alargar a cobertura da iluminação pública para muitas famílias, sobretudo as que vivem em locais mais encravados.



Nota-se que as ilhas do Fogo e de Santiago a proporção de famílias que estão ligadas à rede publica de energia (eletricidade) estão abaixo da média nacional, por isso, o uso do petróleo é bastante significativo, uma vez que é mais barato e portanto mais acessível sobretudo para a população de baixa renda. Verifica-se o mesmo comportamento em relação às ilhas de Santo Antão, Brava e São Nicolau. Se tivermos em conta que o petróleo polui muito o ambiente e cria problemas de saúde relacionados com a respiração, urge inverter essa situação com o alargamento da rede de energia elétrica para todas as comunidades do país.



A principal fonte de energia usada pelas famílias pobres é o petróleo (48,4%), nos não pobres esse nível é de cerca de 2,7 vezes inferior. A situação é mais crítica para as famílias pobres das ilhas do Sal, Fogo, Santo Antão, Santiago e São Nicolau.

A vela ainda é muito utilizada na iluminação das famílias de Santiago quer sejam pobres ou não, com 28,6% e 15,4% respectivamente.

Convém frisar que São Vicente é a ilha onde os pobres têm as melhores condições de iluminação.

**Tabela 4.7: Distribuição percentual dos agregados familiares pobres e não pobres, segundo a fonte de energia usada na iluminação, por ilhas, 2002**

Ilhas	Pobre					Não Pobre				
	Gáz	Electric.	Petróleo	Vela	Total	Gáz	Electric.	Petróleo	Vela	Total
S. Antão	0,8	48,5	49,2	1,5	<b>100</b>	1,3	76,0	21,5	1,2	<b>100</b>
S. Vicente	1,1	66,5	26,7	5,6	<b>100</b>	1,6	86,1	8,8	3,4	<b>100</b>
S. Nicolau	0,0	49,6	48,3	2,1	<b>100</b>	5,8	71,9	20,1	2,2	<b>100</b>
Sal	0,0	21,8	74,5	3,7	<b>100</b>	4,2	80,3	10,0	5,6	<b>100</b>
B. Vista	12,3	59,5	28,2	0,0	<b>100</b>	-	85,7	11,8	2,6	<b>100</b>
Maio	0,0	57,8	42,2	0,0	<b>100</b>	-	79,6	20,4	-	<b>100</b>
Santiago	1,9	21,2	48,3	28,6	<b>100</b>	3,1	63,7	17,8	15,4	<b>100</b>
Fogo	10,0	15,1	72,2	2,7	<b>100</b>	10,6	46,6	40,9	1,9	<b>100</b>
Brava	0,0	54,3	45,7	0,0	<b>100</b>	-	69,2	30,8	-	<b>100</b>
<b>Cabo Verde</b>	<b>2,3</b>	<b>33,7</b>	<b>48,4</b>	<b>15,6</b>	<b>100</b>	<b>3,2</b>	<b>69,3</b>	<b>17,9</b>	<b>9,6</b>	<b>100</b>

Fonte: IDRF, INE, 2002. Tabulação Própria

## 2) Energia Usada na Preparação dos Alimentos

Cabo Verde, pelas características que apresenta, entre vários aspectos, destaca-se a falta de chuva, que faz com que a vegetação seja também muito escassa. Por isso, desde cedo vem-se promovendo no país a utilização do gás, que é um combustível mais saudável e que por sua vez não provoca danos à natureza. Essa medida surtiu efeito, pois hoje, aproximadamente 63% das famílias usam-no na preparação dos alimentos. Apesar dessa proeza, há ainda muito a fazer, uma vez que quase um terço das famílias usam a lenha.

As ilhas da Boavista, São Vicente e Sal estão em melhores condições, mais de 9 em cada 10 famílias não pobres tem o privilegio de usar o gás na preparação dos alimentos. Quanto aos pobres, a situação é severa nas ilhas do Fogo, Santo Antão, Santiago e São Nicolau, onde a agressão à cobertura vegetal é significativa.

A Tabela 4.8 mostra como se distribui os agregados pobres e não pobres em função da fonte de energia usada na preparação dos alimentos por ilhas. Esta Tabela informa-nos de que a maioria das famílias pobres usa a lenha para preparar os seus alimentos (60,3%). Nos não pobres esse índice desce para 21,1%.

No que diz respeito às ilhas, nota-se que o uso da lenha é mais preocupante, nas ilhas mais rurais, o que põe em perigo a vegetação e mesmo a prática de agricultura que por sua vez já tem os seus problemas derivados da falta de chuva. Por exemplo, a proporção de famílias pobres que usam esse material na preparação dos seus alimentos é de 72,3% na ilha do Fogo, 70,6% em Santiago e de 67,9% em Santo Antão.

O gás natural é um privilégio, sobretudo para os não pobres, onde quase 3 em cada 4 famílias usam esse bem, contra apenas 37,6% dos pobres. São Vicente e Sal são as ilhas em situação mais privilegiada, onde mais de 80% das famílias pobres usam o gás.

**Tabela 4.8: Distribuição percentual dos agregados familiares pobres e não pobres, segundo a fonte de energia utilizada na preparação dos alimentos, por ilhas, 2002**

Ilhas	Pobre							Não Pobre						
	Carvão	Lenha	Petróleo	Gás	Electricidade	Não Prepara	Total	Carvão	Lenha	Petróleo	Gás	Electricidade	Não Prepara	Total
S. Antão	0,3	67,9	1,2	29,7	0,0	0,9	100	0,7	28,2	-	63,5	0,6	7,0	100
S. Vicente	1,5	6,1	0,0	91,4	0,0	1,0	100	0,4	2,6	0,7	91,8	0,3	4,2	100
S. Nicolau	0,0	56,2	0,0	43,8	0,0	0,0	100	-	20,5	1,0	73,6	-	5,0	100
Sal	0,0	18,7	0,0	81,3	0,0	0,0	100	-	0,7	-	90,5	-	8,8	100
B. Vista	0,0	22,1	0,0	70,6	0,0	7,4	100	2,5	-	-	93,7	-	3,8	100
Maio	0,0	61,1	0,0	34,7	0,0	4,2	100	2,8	18,5	-	72,2	-	6,5	100
Santiago	0,3	70,6	0,4	27,4	0,4	1,0	100	0,3	26,3	0,3	70,1	0,4	2,7	100
Fogo	0,0	72,3	0,8	26,1	0,0	0,7	100	0,4	41,9	2,0	52,3	-	3,4	100
Brava	0,0	33,0	0,0	64,8	2,3	0,0	100	2,1	26,7	-	62,6	-	8,7	100
<b>Cabo Verde</b>	<b>0,4</b>	<b>60,3</b>	<b>0,5</b>	<b>37,6</b>	<b>0,2</b>	<b>1,0</b>	<b>100</b>	<b>0,4</b>	<b>21,1</b>	<b>0,4</b>	<b>73,8</b>	<b>0,3</b>	<b>3,9</b>	<b>100</b>

Fonte: IDRF, INE, 2002. Tabulação Própria

#### 4.4 Nível de Conforto das Famílias Caboverdianas

O Nível de Conforto é um indicador composto desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde no ano 2000, com o objetivo de caracterizar as famílias caboverdianas em função das mais diversas variáveis habitacionais tais como:

- forma de acesso à água potável;
- fonte de energia para a preparação dos alimentos e para a iluminação;
- posse de casa de banho e retrete; e
- posse de radio, televisão, automóvel, frigorífico, videocassete.

Essas variáveis dão-nos uma certa idéia do nível de bem estar das famílias.

Este índice varia de 0 a 100 e tem a seguinte classificação:

<b>Nível de Conforto</b>	<b>Valores do Índice</b>
Muito baixo	$\leq 20$
Baixo	$20 \leq 40$
Médio	$40 \leq 60$
Alto	$60 \leq 80$
Muito Alto	$80 \leq 100$

O Nível de Conforto foi aplicado no Recenseamento Geral da População e Habitação 2000 (RGPH). Tendo em conta que o IDRF também observou as mesmas variáveis habitacionais, achamos por bem estimar o indicador no IDRF aplicando a mesma metodologia. Os resultados estão presentes na Tabela que se segue. Com base na Tabela 4.9, concluímos que praticamente metade das famílias caboverdianas tem um nível de conforto Muito Baixo e Baixo, 14,8% tem um nível médio e 36,0% tem um nível Alto e Muito Alto.

Como era de se esperar, as ilhas mais rurais do país apresentam os piores níveis de conforto (muito baixo e baixo), Fogo (68,7%), Santo Antão (64,6%) e Santiago (53,8%). Por outro lado as ilhas da Boavista, Sal e São Vicente apresentam os melhores níveis de conforto do país. Isto deve-se fundamentalmente ao desenvolvimento do turismo, que traz consigo entre outras coisas, melhores infra-estruturas habitacionais, mais energia e mais saneamento básico.

Com relação às famílias pobres e não pobres, constatamos que as condições habitacionais das famílias pobres são muito desfavoráveis e estão muito aquém das não pobres. Mais de metade das famílias pobres tem um nível de conforto muito baixo e mais de 1 em cada 5 tem um nível baixo. Nos não pobres esse índice baixa para 19,3% e 16,8% respectivamente. Apenas 8,7% das famílias consideradas pobres têm um nível de conforto alto ou muito alto. Já nos não pobres esse nível eleva-se para 47,7%, o que mostra o quão alta é a desigualdade de acesso a bens existente nesses dois tipos de famílias.

Quanto às ilhas, constatamos que em todas elas os pobres estão em desvantagem, com níveis de conforto muito baixo e baixo acima de 40%. No entanto, a situação é mais grave nas ilhas do Fogo, Santiago, Santo Antão e São Nicolau. O diferencial dos níveis de conforto dessas ilhas relativamente aos não pobres é muito significativo, como mostra a Tabela a seguir.

**Tabela 4.9: Distribuição dos Agregados familiares segundo o estatuto de pobreza e ilhas, por nível de conforto, 2002**

Tipo de Habitação	Total									
	CV	SA	SV	SN	SL	BV	MA	ST	FG	BR
M. Baixo	30,7	36,2	11,9	24,6	9,2	8,1	21,4	36,7	43,3	22,4
Baixo	18,5	28,4	12,6	18,2	16,4	13,2	23,4	17,1	25,4	26,0
Medio	14,8	12,1	14,6	24,6	9,9	25,7	20,2	15,0	11,4	24,5
Alto	19,7	15,9	30,6	23,8	35,8	28,2	21,0	16,7	11,5	15,1
M. Alto	16,3	7,4	30,3	8,8	28,7	24,8	14,1	14,5	8,4	12,1
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
	Pobre									
M. Baixo	57,3	48,4	26,6	46,0	44,8	20,9	47,2	69,1	66,0	35,9
Baixo	22,3	31,4	20,9	18,9	33,4	19,6	25,5	18,9	23,4	18,2
Medio	11,7	10,1	23,1	29,2	7,4	37,4	17,5	8,0	7,8	35,0
Alto	7,3	8,7	24,9	5,9	14,4	14,7	9,9	3,2	1,9	8,6
M. Alto	1,4	1,4	4,5	0,0	0,0	7,4	0,0	0,8	0,9	2,3
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
	Não Pobre									
M. Baixo	19,3	21,9	7,8	13,5	5,9	6,0	11,9	23,9	28,8	17,3
Baixo	16,8	24,9	10,2	17,9	14,8	12,1	22,6	16,4	26,6	28,9
Medio	16,1	14,4	12,1	22,3	10,2	23,7	21,2	17,7	13,7	20,4
Alto	25,0	24,3	32,2	33,0	37,8	30,5	25,0	22,0	17,7	17,5
M. Alto	22,7	14,5	37,7	13,3	31,4	27,7	19,2	19,9	13,2	15,8
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: IDRF, INE, 2002. Tabulação Própria

## 4.5 Conclusão do Capítulo

Da análise deste capítulo, se conclui que ainda em Cabo Verde, uma grande maioria de famílias vive em condições precárias. Isto afeta de maneira particular as famílias mais pobres.

Há uma parcela significativa de famílias vivendo em parte de casa e barraca. Como foi dito anteriormente, estas por sua vez não reúnem as mínimas condições de habitabilidade e afeta de maneira particular as ilhas do Sal e de São Vicente. Isto se deve em parte ao desenvolvimento do turismo nessas ilhas que por sua vez propicia melhores perspectivas de emprego e como conseqüência faz aumentar o fluxo de migração interna oriunda de outras ilhas. Esta situação provoca o surgimento de bairros degradados, com construções clandestinas e sem as mínimas condições. É o reflexo de pouco rigor existente por parte das autoridades competentes e da necessidade de um melhor ordenamento do território. Convém salientar também que o turismo é fundamental no processo de desenvolvimento do país de um modo geral e dessas ilhas em particular, pelas melhores condições de vida que proporciona.

Nota-se que dos diversos tipos de habitação, a casa individual é o predominante em todas as ilhas.

O abastecimento de água e o saneamento básico são ainda grandes problemas que o país enfrenta e constituem grandes entraves ao desenvolvimento. Excetuando a ilha de São Vicente, em todas as outras, há uma necessidade de um forte investimento nessas áreas, visando alterar esse perfil. A maioria das famílias pobres se abastece nos chafarizes e nas nascentes, ao contrário das não pobres que tem água canalizada da rede pública em suas casas. Convém acrescentar ainda, que uma parcela significativa das famílias não pobres usam a água dos chafarizes. Se tivermos em conta a pouca qualidade dessa água e as conseqüências daí advenientes para a saúde pública, então é necessário fazer ainda muita coisa nesse domínio.

O tratamento da água para beber é ainda incipiente. A maioria das famílias pobres do país declarou não tratar a água ou raras vezes o faz. Nas famílias não pobres a situação se inverte, o

que mostra que a falta de recursos é um dos fatores decisivos para a promoção da pobreza. No entanto, a análise ao nível nacional esconde grandes assimetrias ao nível das ilhas. Verificam-se diferenças significativas em relação ao abastecimento de água em todas as ilhas. As famílias pobres são naturalmente as mais prejudicadas, e sobretudo as que vivem nas ilhas mais rurais do país.

O saneamento básico é ainda bastante incipiente no arquipélago. Poucas casas estão ligadas à rede de esgoto. A situação é mais delicada nas famílias pobres, onde aproximadamente 3 em cada 4 defecam a céu aberto, uma vez que não dispõem nem de banheiro, nem latrina, nem retrete. Como é obvio, isso traz conseqüências negativas para a saúde das famílias e da população de um modo geral. É de se assinalar no que se refere à água e saneamento básico, a ilha de São Vicente, no contexto nacional, apresenta a maior abrangência em termos de rede de esgotos e de sistemas de tratamento de águas residuais. Contudo, nas zonas habitadas pela população pobre o acesso ao saneamento, a água potável e a energia ainda é precário.

Como conseqüência da não existência das condições sanitárias apropriadas, a esmagadora maioria das famílias, quer sejam pobres ou não, jogam as águas residuais nos arredores das suas casas ou na natureza. Excetuando as ilhas de São Vicente e do Sal, em todas as outras, mais de 90% das famílias pobres usam esses locais para arremessarem as suas águas residuais. É uma situação muito preocupante que naturalmente inspira cuidados uma vez que, polui o meio ambiente e propicia a criação e proliferação de doenças.

O uso da eletricidade para a iluminação das habitações é ainda um privilégio, reservado sobretudo aos não pobres. Os pobres em maioria usam o petróleo, o que leva-nos a concluir que estão mais expostos ao risco, já que como sabemos este combustível é muito poluente. Nota-se uma falta de cobertura elétrica nas diferentes ilhas e, por isso, a vela ainda é muito utilizada na iluminação das famílias de Santiago quer sejam pobres ou não, com 28,6% e 15,4% respectivamente.

Na preparação dos alimentos, as famílias caboverdianas usam fundamentalmente a lenha. Se tivermos em conta que o país tem problemas sérios relacionados com a cobertura vegetal, então é

necessário promover mais o uso do gás, usado, sobretudo pelas famílias não pobres, que não agride o meio ambiente. Para isso, é necessário proporcionar a essas famílias mais recursos. Merecem atenção às ilhas do Fogo, Santiago e Santo Antão.

Em suma, com base fundamentalmente em algumas variáveis analisadas anteriormente, foi possível construir o nível de conforto das famílias caboverdianas. Com base nesse indicador, constatou-se que às famílias mais pobres têm o pior nível de conforto, como era de se esperar. Mais de 3 em cada 4 famílias pobres tem um nível de conforto muito baixo e baixo. Nos não pobres esse nível reduz-se para menos de metade. A situação é mais delicada nas ilhas do Fogo, Santiago, Santo Antão e São Nicolau.



## **CAPÍTULO 5 – CONCLUSÕES**

Cabo Verde é um país com poucos recursos, porém tem tido progressos consideráveis em vários domínios graças, sobretudo na boa utilização dos recursos que são postos à nossa disposição pela comunidade internacional. Por isso em finais de 2004 foi promovida à categoria de país de desenvolvimento médio, deixando, portanto de pertencer aos países menos avançados. Apesar dos avanços conseguidos, o país continua sendo extremamente injusto e desigual e com uma pobreza acentuada.

Pelos dados apresentados facilmente se conclui que a pobreza em Cabo Verde tem um forte viés regional, com uma elevada concentração de pobres nas áreas rurais. Isso é justificado pelo fato da maior parte da população pobre viver no meio rural e depender, sobretudo, da agricultura e esta é por sua vez muito afetada pelas secas frequentes e prolongadas. Isto faz com que a maior parte desta população não tenha uma renda suficiente para cobrir as suas necessidades básicas de

O gênero é outra dimensão considerada na análise da pobreza. Apesar da população do país ser majoritariamente feminina, é importante salientar que este ângulo de análise assume pertinência quando se conhece o papel que ela desempenha na sociedade (mãe, educadora, doméstica). Para além disso, é notório que existem diferenças significativas entre a mulher e o homem relativamente a várias variáveis. Ela normalmente é menos instruída e mais atingida pelo desemprego.

A pobreza é inversamente proporcional à idade, ou seja, ela diminui à medida que aumenta a idade, registrando os níveis mais altos na primeira infância e mais baixos nos idosos.

A maioria da população do arquipélago tem apenas o EBI, isto porque é obrigatório. Ainda persiste uma percentagem significativa de pessoas sem nenhum nível de instrução e os mais atingidos são os pobres. Notam-se grandes oscilações entre os meios de residência, com prejuízo para o meio rural. As mulheres são normalmente as menos instruídas independentemente do meio de residência e ilhas.

O analfabetismo em Cabo Verde é expressivo e concentra-se nas idades mais avançadas, concretamente a partir dos 35 anos. Se tivermos em conta o potencial da população ativa nessas idades, conclui-se então que, no que se refere à produtividade da sua mão-de-obra e da sua capacidade de adaptação às mudanças, merece especial atenção o nível de alfabetização dessa franja da população. As tendências verificadas mostram claramente que será preciso adaptar medidas a fim de elevar o nível de alfabetização da população ativa.

Pensamos que o objetivo preconizado pela Direção Geral de Alfabetização de Adultos de reduzir os níveis do analfabetismo para um dígito, no grupo etário de 15 a 34 anos foi atingido e urge priorizar outras faixas, sobretudo de 35 a 49 anos. Nota-se que independentemente do meio de residência e ilhas, as mulheres são as mais atingidas.

As famílias mais numerosas tendem a ser mais pobres, uma vez que diminuem os recursos disponíveis por membro da família, aumentam as responsabilidades domésticas, diminui a disponibilidade de tempo. Com base no FGT, concluímos que quanto maior é o tamanho da

família maior é a pobreza quer seja pela incidência, quer pela Intensidade, quer pelo Hiato Quadrático.

Não ficamos totalmente satisfeitos com a abordagem da renda e por isso quisemos saber também as condições de vida em que vivem as famílias caboverdianas. Usamos para o efeito a abordagem das necessidades básicas insatisfeitas. Com base nessa abordagem constatamos que a precariedade da habitação é um dos problemas que mais afetam os pobres em Cabo Verde. As habitações das famílias pobres apresentam muitas vezes condições degradantes de habitabilidade. Muitas são de lata, geralmente constituídas por uma ou duas divisões, sem instalações sanitárias e eletricidade e onde coabitam famílias numerosas.

Em Santo Antão a incidência da pobreza é alarmante independentemente do tipo de habitação da família.

Nos meios urbanos a urbanização é acelerada; concomitante ao êxodo rural, traz consigo o crescimento desordenado. Surgem novos bairros resultantes de construções clandestinas e espontâneas, que tornam vãos os esforços de planeamento urbano e dificultam a introdução de infra-estrutura de prestação de serviços essenciais. Está-se, pois, perante um mecanismo de reprodução da pobreza. O fenómeno dos bairros de lata é perceptível em São Vicente, em Santiago e no Sal.

Em todas as ilhas verificam-se diferenças significativas em relação ao abastecimento de água. Os pobres são naturalmente os mais prejudicados.

A cobertura elétrica nas diferentes ilhas ainda é deficiente. O petróleo e a eletricidade são as principais fontes de energia que os agregados familiares pobres utilizam na iluminação. Porém, a eletricidade é ainda um privilegio dos não pobres. A vela ainda é muito utilizada na iluminação das famílias de Santiago quer sejam pobres ou não. Isto revela a necessidade de alargar a cobertura elétrica a toda à população.

No que se refere à água e ao saneamento básico, a ilha de São Vicente, apresenta no contexto nacional, a maior abrangência em termos de rede de esgotos e de sistemas de tratamento de águas residuais. Contudo, nas zonas habitadas pela população pobre o acesso ao saneamento, a água potável e a energia ainda é precário. Nas demais ilhas as habitações não dispõem de qualquer sistema de evacuação excreta. Em suma o saneamento do meio é bastante crítico em praticamente todas as ilhas e é ainda mais no meio rural.

Da análise do nível de conforto no país se conclui que ainda a maioria das famílias vive em condições precárias. A situação é particularmente preocupante das famílias pobres, onde mais de três quartos têm um nível de conforto baixo ou muito baixo. Merece atenção especial as ilhas de Santo Antão, Sal, Maio, Santiago e Fogo.

Gostaríamos de finalizar focando alguns aspectos que nos chamaram atenção no decorrer deste trabalho: (1) existe uma grande desigualdade na distribuição de renda no país, que por sua vez propicia a pobreza; (2) os níveis de saneamento básico são praticamente nulas na maioria das ilhas que compõe o arquipélago. É preciso alargar a cobertura a todas as ilhas, promovendo assim o bem estar das populações, sem esquecer que o país vê o turismo como um dos eixos fundamentais do seu desenvolvimento; (3) existem grandes assimetrias no país face ao gênero. Apesar das mulheres serem a maioria da população, as diferenças são bastante acentuadas face aos homens. São normalmente as menos instruídas, mais afetadas pelo desemprego. (4) os pobres apresentam os piores indicadores.

## REFERÊNCIAS

ALTIMIR, O. *The extent of poverty in Latin America*. Washington, D.C. : World Bank, 1982. World Bank Staff Working Papers, n° 522.

ATKINSON A.B. *La Pauvreté et l'Exclusion Sociale en Europe* : Pauvreté et Exclusion. Paris: Conseil d'Analyse Economique, 1996.

\_\_\_\_\_. *Poverty*. In: EATWELL, J. MILGATE & P. NEWMAN, P. *The New Palgrave: Social Economics*. London: The Macmillan Press Limited, 1989.

BANCO DE CABO VERDE. *Relatório de contas, 2003*. Praia, 2004.

BANCO MUNDIAL. *Formulación de estrategias de lucha contra la pobreza el los países en desarrollo*. Washington, D.C. Banco Mundial, 1999.

BARROS, Ricardo Paes; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto; DUARTE, Renata Pacheco Nogueira. *Bem-estar pobreza e desigualdade de Renda: uma avaliação da evolução histórica e das disparidades regionais*. Rio de Janeiro, IPEA, 1997 (Texto para Discussão n° 454)

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. *O impacto do crescimento econômico e de reduções no grau de desigualdade sobre a pobreza*. Rio de Janeiro: IPEA, 1997 (Texto para Discussão n° 528)

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. SANTOS, D. *Incidência e natureza da pobreza entre Idosos no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 1997 (Texto para Discussão n° 686).

BARROS, Ricardo Paes et alii. Mercado de Trabalho e Pobreza. In: HENRIQUES, Ricardo (org). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

BORGES, Daniel de Araújo. *Medindo desigualdade e pobreza: medidas distintas, resultados desiguais*. Brasília: UnB, [s.d.].

CABO VERDE. Ministério das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Regional. Direcção Geral do Planeamento. *Plano Nacional de Desenvolvimento, 2002 – 2005*. Praia, 2003.

\_\_\_\_\_. *Interim Poverty Reduction Strategy Paper in Cape Verde, 2002*. Praia, 2003.

\_\_\_\_\_. Ministério do Emprego e Formação Profissional. Secretaria de Estado de Luta contra a Pobreza. *Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza, 1998 - 2002*. Praia, 1998.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura e Pesca. *Diagnóstico de Segurança Alimentar em Cabo Verde, 2002*. Praia, 2002.

COELHO, Magda P. Estimacão de linhas de indigência e de pobreza no Brasil: Opções metodológicas. In: HENRIQUES, Ricardo (org.). *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, 2000b.

\_\_\_\_\_. *Governabilidade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA, fev. 1995 (Texto para Discussão n° 368).

DEL GROSSI, Mauro Eduardo; SILVA, José Graziano; TAKAGI, Maya. *Evolução da Pobreza no Brasil, 1995/99*. Campinas: IE/Unicamp, 2001. (Texto para Discussão n° 104).

FAVA, Vera Lucia. *Urbanização, custo de vida e Pobreza no Brasil*. São Paulo: IPE-USP, 1984.

GLAUDE, M. *La pauvreté, sa mesure et son évolution*. pauvreté et exclusion. Paris : [s.n.], 1996.

HOFFMANN, Rodolfo. *Pobreza no Brasil*. Piracicaba: Esalq 1984. (Série de estudos e pesquisas, nº 43.)

\_\_\_\_\_. *Medidas de desigualdade e pobreza*. São Paulo: USP, 1988.

\_\_\_\_\_. Mensuração da desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, 2000.

\_\_\_\_\_. *O limite entre os “relativamente pobres” e os “relativamente ricos”*. Campinas: IE/Unicamp, 2001a.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (Cabo Verde). *Relatório de análise da educação em Cabo Verde, 2000*. Praia, 2002.

\_\_\_\_\_. *Anuário Estatístico do Recenseamento Geral da População e Habitação 2000*. Praia, 2002.

\_\_\_\_\_. *Relatório de análise das Migrações em Cabo Verde, 2000*. Praia, 2002.

\_\_\_\_\_. *Relatório de análise da Fecundidade em Cabo Verde, 2000*. Praia, 2002.

\_\_\_\_\_. *Relatório de análise das Condições de Vida das Famílias em Cabo Verde, 2000*. Praia, 2002.

\_\_\_\_\_. *Relatório de análise das Características Econômicas da População em Cabo Verde, 2000*. Praia, 2002.

\_\_\_\_\_. *Boletim das Estatísticas do Comércio Externo, 2002*. Praia, 2003.

\_\_\_\_\_. *Boletim do Índice de Preços ao Consumidor, 2002*. Praia, 2003.

\_\_\_\_\_. *Boletim Estatístico das Contas Nacionais, 2003*. Praia, 2003.

\_\_\_\_\_. *Perfil da Pobreza em Cabo Verde, 2002*. Praia, 2004.

\_\_\_\_\_. *Manual de Terreno, 2002*. Praia, 2001.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONOMICAS APLICADAS. *Relatório sobre o desenvolvimento humano no Brasil*. Rio de Janeiro: Brasília (DF), PNUD, 1996.

IVO, A.B.L. *Metamorfoses da questão democrática: governabilidade e pobreza*. Buenos Aires: Clacso-ASDI, 2001.

JANNUZZI, Paulo de Martino. *Indicadores sociais no Brasil*: conceitos, fontes de dados e aplicações. Rio de Janeiro: Alínea, 2003.

LOPES, Helger; MACEDO, P.; MACHADO, A. *Indicador de Pobreza*: aplicação de uma abordagem multidimensional ao caso Brasileiro. Belo Horizonte: UFMG, 2003. (Texto para Discussão nº 223).

MEDEIROS, Marcelo. *A construção de uma linha de riqueza a partir da linha de pobreza*. Brasília:IPEA, 2001. (Texto para Discussão nº 812)

NÉRI, Marcelo; BARROS, R. Crescimento, Desigualdade e Pobreza: o impacto da estabilização. *Carta de Conjuntura*, nº 62, fev. 1996.

\_\_\_\_\_. *As mudanças da Pobreza e da Desigualdade Cariocas na Década de 90*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para Discussão nº 709)

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Relatório do desenvolvimento humano*, 2000 e 2003. Lisboa, 2003.

RAMOS, L.; SANTANA, R. Desemprego, pobreza e desigualdade. *Mercado de trabalho, Conjuntura e Análise*, Rio de Janeiro, v.4, n.11.

ROCHA, Sónia. *Pobreza no Brasil*: Afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: FGV, 2003.

\_\_\_\_\_. *Opções metodológicas para a estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000 (Texto para Discussão nº 720).



\_\_\_\_\_. *Renda e pobreza*: os impactos do Plano Real. Rio de Janeiro: IPEA, 2000 (Texto para Discussão nº 439)

\_\_\_\_\_. Linhas de pobreza para as regiões metropolitanas na primeira metade da década de 80. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 16, Belo Horizonte, 1998. *Anais...* Belo Horizonte: ANPEC, 1988. v. 4.

\_\_\_\_\_. Pobreza: algumas questões básicas relativas a conceituação e mensuração. *Literatura econômica*, v.1, n.2, p. 255-66, jun. 1989.

ROMÃO, Maurício Costa. *Pobreza: conceito e mensuração*. Rio de Janeiro: IPEA, 1993.

SALAMA, P., DESTREMAU, B. *O tamanho da pobreza* – economia política da distribuição de renda. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

SEN, A.K. Issues in the measurement of poverty. *Scandinavian Journal of Economics*, v. 81, n.2, 1979.

\_\_\_\_\_. *Inequality reexamined*. New York: Russel Sage Foundation, Massachusetts: Harvard University Press, 1992.

\_\_\_\_\_. *Levels of poverty: policy and change*. Washington, D.C.: World Bank, 1980 (World Bank. Working Papers, 401).

\_\_\_\_\_. *Choice, welfare and measurement*. Oxford: Basil Blackwell, 1982.

\_\_\_\_\_. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TORRES, H. G. et alii. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. *Estudos Avançados*, São Paulo, 2003.

VALLADARES, L. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: Boschi R. *Corporativismo e desigualdade*. A construção do espaço Público no Brasil. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.

**DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA**. Disponível em [http://www.priberam.pt/dlpo/definir\\_resultados.aspx](http://www.priberam.pt/dlpo/definir_resultados.aspx)). Acesso em 5/10/04

**ESTATÍSTICAS FUNDAMENTAIS DA POBREZA**. Disponível em <http://www.onuportugal.pt/pobreza.pdf>). Acesso em 8/10/2004.

**GLOSSÁRIO DE DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO HUMANO**. Disponível em [http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/oquee/dh\\_glossario.htm](http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/oquee/dh_glossario.htm) acessado em 12/11/04.

**PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO**. Disponível em <http://www.pnud.org.br/milenio/ft10.php>. Acesso em 14/02/04

ESS EXTENSÃO DE SEGURANÇA SOCIA. Informe n° 15. Disponível em <http://www.ilo.org/public/english/socsec/pol>. Acesso em 10/08/04.

## APÊNDICE

### 1 - CONTEXTO GEOGRÁFICO E SOCIO-ECONOMICO DE CABO VERDE

Pretendemos neste apêndice apresentar de forma sucinta o contexto da pobreza em Cabo Verde, com ênfase nos aspectos geográficos, econômicos, políticos e sociais.

#### 1.1 - Contexto Geográfico e Climático

A República de Cabo Verde é um pequeno arquipélago saheliano, formado por dez ilhas, das quais nove são habitadas, e oito ilhéus<sup>20</sup>. Fica situado no Oceano Atlântico aproximadamente a 500 km da Costa Ocidental Africana, entre os paralelos a 17° 12, 5' e 14° 48' de latitude Norte e os meridianos a 22° 44' e 25° 22' de longitude Oeste de Greenwich. Situa-se concretamente no ponto de intersecção das rotas que ligam a África Ocidental aos Estados Unidos, Canadá e as Caraíbas e sobre a rota da travessia entre o Norte da Europa e o Mediterrâneo ao Brasil. No passado recente, mais do que hoje, essa localização conferiu a Cabo Verde uma importância estratégica como ponto de reabastecimento para os transportes marítimo e aéreo internacional.

O mar interno de Cabo Verde, isto é, a zona marítima entre as 10 ilhas, estende-se por uma área de 9.000 km<sup>2</sup>. Estima-se que a Zona Económica Exclusiva (ZEE) ou águas territoriais de Cabo Verde, juntamente com as extensões marítima e terrestre, chegam aos 700.000km<sup>2</sup>.

Dada a situação do país no prolongamento de uma vasta zona semi-árida do Sahel<sup>21</sup> e fazendo parte integrante desta zona, possui um clima tropical seco, mas as temperaturas são relativamente

---

<sup>20</sup> Ilhéu – conhecido também por ilhota.

<sup>21</sup> Sahel – é uma região formada por 9 países subsarianos que compõe o CILSS e que ficam à margem do deserto do Sahel. CILSS – Comitê Inter Estado de Luta contra a Seca no Sahel. É constituído por Burkina-Faso, Cabo Verde,

amenas, devido à influência dos ventos alísios. A aleatoriedade do clima, ligada à seca persistente constitui o maior fator de risco que lança conjuntamente ou permanentemente na pobreza largas camadas da população. A temperatura média da água é de 22°C e do ar 25°. A pluviosidade é irregular, chegando a ser nula durante longos períodos. A estação seca vai de meados de Novembro a meados de Junho, e a estação húmida, de Julho a Outubro.

O arquipélago de Cabo Verde está dividido em dois grupos em função da sua posição relativa aos ventos dominantes:

- ⇒ Barlavento – situa-se no norte e é formado pelas ilhas de Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia<sup>22</sup>, São Nicolau, Sal e Boa Vista;
- ⇒ Sotavento – situa-se no Sul e é formado pelas ilhas do Maio, Santiago, Fogo e Brava.



O Mapa ao lado ilustra melhor a localização das ilhas

A população do país no ano 2000, era de 434.812 habitantes e estava distribuída de acordo com a Tabela 1.1:

**Tabela 1.1: Distribuição da população residente por ilhas, 2000**

Ilhas	População	
	Efetivo	%
Santo Antão	47124	10,8
São Vicente	67844	15,6
São Nicolau	13536	3,1
Sal	14792	3,4
Boavista	4193	1,0
Maio	6742	1,6
Santiago	236352	54,4
Fogo	37409	8,6
Brava	6820	1,6
<b>Cabo Verde</b>	<b>434812</b>	<b>100</b>

Fonte: Censo 2000. INE. Tabulação Própria

---

Gâmbia, Guiné Bissau, Mali, Mauritânia, Níger, Senegal e Chade, lutam pelos problemas que os afetam: seca, desertificação.

<sup>22</sup> Ilha desabitada

Pela tabela se depreende que Santiago é a ilha mais populosa do país, também é a maior em termos de superfície. Alberga mais de metade da população residente e está dividida em 5 concelhos<sup>23</sup>: Calheta de São Miguel, Praia, Santa Cruz, São Domingos e Tarrafal.

**Praia** é a capital do país. Fica situada no concelho da Praia, e é ao mesmo tempo capital econômica e política. No ano 2000, contava com uma população de aproximadamente 106.052 habitantes, o que representava cerca de ¼ da população residente.

A ilha de Santo Antão é a segunda ilha em superfície e terceira em população com cerca de 11% do total do país. Está dividida em 3 concelhos: Ribeira Grande, Paúl e Porto Novo.

Por sua vez, a ilha do Fogo abriga 8,6% do total da população do país e está dividida em dois concelhos: Mosteiros e São Filipe.

As restantes ilhas têm um concelho cada, ou seja, nesses casos o nome da ilha coincide com o do concelho.

Com a exceção das Ilhas do Sal, Boavista e Maio, que são planas, o arquipélago é montanhoso, escarpado e sulcado pela erosão e pela atividade vulcânica, uma vez que as ilhas são de origem vulcânica. Os solos são pobres e apenas cerca de 10% da superfície do país é utilizada para a agricultura.

O país conta com a seguinte organização administrativa: Ilhas, Concelhos, Freguesias, Lugares e Zonas. Para efeito de análise nesta dissertação, a ilha é considerada como referência, uma vez que a pesquisa que serve de base a este trabalho é representativa até este nível. A análise será também extensiva até ao meio de residência (urbano/rural).

A língua oficial é o português, mas todos os caboverdianos falam também o crioulo que será por isso oficializado em princípio no decorrer de 2005.

A moeda caboverdiana é o escudo.

---

<sup>23</sup> Concelho vem da palavra latina – Conciliu e significa circunscrição administrativa em que se divide o distrito; município.

Conselho vem da palavra latina Consiliu. Significa – aviso, opinião que se dá sobre o que convém fazer; Corpo coletivo; grupos de pessoas; reunião de ministros.

## 1.2 - Contexto Econômico

Neste item, pretendemos evidenciar alguns aspectos do contexto da economia caboverdiana no período de 2000 - 2003. No entanto, dada a falta de dados referentes a alguns indicadores nem sempre foi possível cobrir o período.

Cabo Verde é um país com uma economia insular, com recursos naturais limitados, com escassez de chuva, com uma área de cultivo agrícola relativamente pequena, e com uma base agrícola inadequada para responder às necessidades de alimentação da sua população. Este conjunto de fatores faz com que o país fique dependente de recursos externos para financiar a sua economia, quer através da ajuda, quer através de donativos, quer através das remessas dos emigrantes. Estas, por sua vez, têm tido um papel relevante na economia e subsistência de muitas famílias Caboverdianas, tendo representado em média cerca de 12% do PIB no período de 2000 a 2003, de acordo com os dados do Banco Central.

Embora, o PIB tenha crescido, no período de 2000 a 2003, a uma taxa superior a 5% em média, ainda é insuficiente para responder às reais necessidades do país tendo em conta as suas vulnerabilidades. O país é caracterizado por um, forte endividamento, com uma dívida pública à volta de 100% do PIB, sendo que a dívida externa representou em média cerca de 56% do PIB no período em análise e a interna cerca de 42%.

**Tabela 1.2: Evolução percentual da Dívida Pública em relação ao PIB, 2000 - 2003**

	2000	2001	2002	2003
Dívida Interna/PIB	41,7	39,9	44,7	42,9
Dívida Externa/PIB	56,2	59,8	54,8	54,0

Fonte: Relatório do Banco de Cabo Verde, 2002 e 2003

Relativamente aos setores de atividades nota-se que o Setor Primário continua relativamente frágil, tendo representado em média cerca de 8% do PIB nos últimos 4 anos, embora empregando

uma parcela significativa da mão de obra, cerca de 23,9%<sup>24</sup> da população residente de 15 anos ou mais no ano 2000.

Essa constatação é explicada em parte pela reduzida área cultivável (cerca de 40.000 ha), ou seja, 10% do território depende em grande parte da pluviosidade e é afetada por uma seca prolongada que se revela como um dos maiores constrangimentos com o qual o país se depara.

Se tivermos em conta que parte significativa da população trabalha na agricultura, sobretudo a com menos recursos, facilmente se conclui que as condições são desfavoráveis para uma grande franja da população.

**Tabela 1.3: Evolução percentual do Produto Interno Bruto por Setores de Atividades, 2000 - 2003**

Setores de Atividade	2000	2001	2002	2003
Primário	9,0	8,6	7,0	7,0
Secundário	16,9	16	17,5	17,6
Terciário	74,1	75,4	75,6	75,4
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Sources: National Institute of Statistics; and IMF staff estimates.

Apesar do contexto de escassez de recursos naturais, da elevada e crescente pressão demográfica sobre os mesmos, resultantes do ritmo rápido de crescimento populacional que acaba por agravar a frágil estrutura fundiária em que se desenvolve a agricultura, é reconhecida a importância deste sector na criação de emprego e subsistência de um grande número de famílias. Para, além disso, a produção agrícola tem desempenhado um papel chave na garantia da alimentação e na estabilização de preços, particularmente dos bens alimentares.

Tendo em conta esse contexto desfavorável que por sua vez propicia o aumento da pobreza, medidas vêm sendo tomadas no sentido de rentabilizar cada vez mais a prática da agricultura através de uma melhor gestão dos recursos hídricos e melhor aproveitamento do solo, tais como: (1) “expansão da área irrigada; (2) introdução de novas tecnologias e técnicas de captação das águas superficiais e recursos subterrâneos; (3) adoção de mecanismos e instrumentos de incentivo

<sup>24</sup> Actividades Económicas - Censo 2000.

à poupança da água; (4) reconversão da agricultura de sequeiro<sup>25</sup> como programa estrutural de adequação das práticas agrícolas às condições climáticas e à vocação dos solos; (5) exploração de recursos alternativos, designadamente, dessalinização da água do mar; (6) armazenagem de águas superficiais através da construção de barragens“ (PND, 2002-2005: 136).

Por conseguinte, desprovida de uma produção acentuada da maioria dos produtos manufaturados e produtos alimentares de que necessita, Cabo Verde depende em grande escala das importações, que por sua vez acarretam sérias conseqüências na atual balança de transações e repercutem sobre o equilíbrio macroeconômico. Para além disso, devido a todos os custos que esse processo acarreta, os produtos chegam ao consumidor a um preço pouco acessível, prejudicando, sobretudo, a população de baixa renda.

Pelo exposto facilmente se conclui que o Comércio Exterior é de vital importância para o país. Infelizmente, este é caracterizado ainda pela incipiência das exportações que se mantêm a um nível bastante reduzido, o que é demonstrado pelo défice crônico da balança comercial e pela taxa de cobertura que de 2000 a 2003 cobriu em média apenas cerca de 4% das importações, como podemos ver pela tabela que se segue. Portanto, o consumo interno de bens alimentares essenciais, bem como o abastecimento às indústrias nacionais é basicamente assegurado pela importação e este depende essencialmente de fatores exógenos que por sua vez afetam o país (taxas de câmbio, flutuação do dólar e o valor do preço do petróleo, crises nos transportes marítimos e aéreos internacionais).

---

<sup>25</sup> Agricultura de Sequeiro - A agricultura de sequeiro é praticada em explorações agrícolas do tipo familiar e não é irrigada.



**Tabela 1.4: Evolução das Estatísticas do Comércio Exterior, 2000 - 2003**

Unidade:1000<sup>2</sup> ECV

	2000	2001	2002	2003 <sup>a</sup>
Exportação Nacional <sup>1</sup>	1261	1201	1235	1167
Reexportação <sup>2</sup>	1544	1626	1554	-
Importação <sup>3</sup>	27519	30519	32269	34221
Balança Comercial	-26258	-29318	-31034	-33054
Taxa de Cobertura (%)	4,6	4,0	3,8	3,4

Fonte: INE.

<sup>a</sup> Direção Geral das Alfândegas

<sup>1</sup> **Exportação** - são mercadorias produzidas em Cabo Verde. Também pode ser: mercadorias nacionalizadas isto é as mercadorias importadas, postas à livre disposição dos importadores depois de haverem sido liquidadas por quaisquer direitos de que sejam passíveis ou que tenham recebido a transformação, reparação ou complemento de mão-de-obra em virtude de que haviam sido admitidas com isenção temporária; mercadorias nacionais e nacionalizadas destinadas à navegação estrangeira.

<sup>2</sup> **Reexportação** - compreende as mercadorias provenientes de países estrangeiros que, dando entrada nos entrepostos e armazéns alfandegados reais ou fictícios, são posteriormente exportadas sem que hajam sido postas a livre disposição dos importadores, ou sofrido qualquer transformação, reparação ou complemento de mão-de-obra, além da reembalagem, do reassortimento ou da mistura.

<sup>3</sup> **Importação** consiste na entrada de mercadorias provenientes do exterior nas seguintes situações: despachadas para consumo interno; mercadorias entradas em regime de admissão temporária a fim de sofrerem transformação, reparação ou complemento de mão-de-obra; mercadorias em regime de armazém, para posteriormente serem submetidas à transformação ou complemento de mão-de-obra; mercadorias destinadas à navegação nacional, embora não despachadas para consumo.

Convém sublinhar ainda que o desenvolvimento do Comércio Exterior defronta-se com problemas ligados à fraca base produtiva, à irregularidade e ao elevado custo dos transportes, à insuficiência de infra-estrutura econômica e à inexistência de uma classe empresarial nacional vocacionada para a exportação.

No que tange ao setor das pescas, apesar do país possuir uma grande extensão da plataforma continental, e pela importância que deveria ter no processo de desenvolvimento socioeconômico do país não tem tido um peso significativo na atividade comercial, tendo representado em média apenas cerca de 1% do PIB no período de 2000 a 2003. Convém salientar, no entanto que, os produtos do mar são mais acessíveis à população de baixa renda e poderiam ser ainda mais, se houvesse mais investimentos nesse setor visando o aumento da captura, que por sua vez propicia uma redução dos preços, com mais geração de emprego que em 2000 era de 2,6%, melhorando assim a segurança alimentar de uma grande franja da população.

O sector secundário, dominado pela construção e obras públicas tem tido também um papel relevante na economia do país e de ano para ano vem ganhando importância. Representava 16,9%

do PIB em 2000 passando para 17,6% em 2003. É de vital importância para o sustento de muitas famílias caboverdianas, sobretudo as de baixa renda, emprega 19% da população residente com 15 anos ou mais.

O setor terciário dominado pelo comércio e serviços tem-se mantido como vetor fundamental da economia, absorvendo mais de metade (57,1%) da mão-de-obra Caboverdiana em 2000 e com um peso significativo na formação do PIB, de 74,1% em 2000 e 75,4% em 2003.

O turismo e os serviços turísticos ocupam uma posição importante na economia de Cabo Verde. Em 2003 representavam 10% do PIB e tendo as receitas aumentadas de 6,8% em 2002 para 16,7% em 2003, fruto de grandes investimentos no setor.

Nota-se que o turismo vem crescendo no país de ano para ano. Pela potencialidade turística do país e pela importância desse setor na economia nacional, várias medidas vêm sendo tomadas com o objetivo de atrair o capital estrangeiro para o desenvolvimento da indústria e do turismo. Neste sentido, um grande objetivo de Cabo Verde é de promover e encorajar um ambiente de negócios transparente e justo tanto para os investidores domésticos como os estrangeiros, e aumentar o papel do sector privado no processo de desenvolvimento do país.

Por forma a atrair esses investimentos, vitais para o processo de desenvolvimento, uma vez que entre outros aspectos permitem a criação e expansão de empresas produtoras de bens e serviços, alargar a base produtiva da economia, geração de emprego, e atividades geradoras de rendimento, um Estatuto Industrial foi adotado em 1989 (Lei nº 108/89<sup>26</sup>) e a Lei do Investimento Externo<sup>27</sup>.

“O objectivo dessa lei é de estabelecer as condições do investimento estrangeiro. A Lei do Investimento Estrangeiro aplica-se ao investimento estrangeiro directo feito em qualquer sector de actividade económica, e às situações de negócio jurídico que implique o exercício da titularidade ou funcionamento de empreendimentos económicos. Portanto, todos os sectores estão abertos ao investimento a não ser que o empreendimento represente em detrimento à segurança nacional, ao ambiente nacional, à saúde pública ou esteja em violação das leis e regulamentos de Cabo Verde”, (Adesão de Cabo Verde a OMC, 2003:9).

---

<sup>26</sup> Boletim Oficial de 30/12/89.

<sup>27</sup> (Lei nº 89/IV/93, Boletim Oficial de 13/12/93).

Por sua vez, o Estatuto Industrial intitula empresas elegíveis a benefícios aduaneiros e outros benefícios.

Apesar dos progressos no setor, há necessidade de se apostar na formação profissional, uma vez que a área dos serviços exige um trabalhador qualificado e infelizmente isso a priori exclui muita gente e os mais prejudicados são naturalmente os pobres.

Na década de 90, deu-se início a privatização das mais rentáveis empresas públicas, como deu-se também início à criação de condições propícias ao desenvolvimento da iniciativa privada. Fortes investimentos foram feitos na infra-estrutura econômica e na promoção do ambiente empresarial. O sector empresarial conheceu uma dinâmica marcante e, sobretudo, o país tornou-se num destino do investimento externo, em especial no domínio do turismo. Tudo isso contribuiu para gerar mais emprego e melhores condições de vida da população em geral. Em consequência a economia cresceu em média cerca de 6% ao ano nessa década.

Ao nível dos preços tem havido ganhos significativos. Os preços em Cabo Verde são medidos com base no Índice de Preços ao Consumidor. Este índice é de âmbito nacional e é calculado ao nível de São Vicente, Zonas Rurais<sup>28</sup> e Praia. Normalmente a inflação em Cabo Verde tem sido controlada com níveis relativamente baixos, como se depreende da tabela que se segue.

**Tabela 1.5: Evolução percentual da Taxa de inflação, 2000 - 2003**

	2000	2001	2002	2003
Praia	-9,0	3,3	1,6	1,1
São Vicente	-0,6	4,5	2,6	3,3
Zonas Rurais	-3,3	3,6	1,9	0,7
Nacional	-2,4	3,7	1,9	1,2

Fonte: INE

Atendendo as características do país, com ilhas periféricas e de difícil acesso, foram definidos os vários regimes de preços dos bens e serviços com base no Decreto-lei nº1/99<sup>29</sup>. Esse decreto

<sup>28</sup> Representa todas as Zonas Rurais do país, no entanto a coleta é feita apenas no Concelho de Santa Catarina – ilha de Santiago.

<sup>29</sup> B.O. nº 1, I Série de 1 de Fevereiro de 99.

estabelece “um compromisso prudente entre a liberalização total dos preços e a manutenção de preços administrados para ter em conta a descontinuidade do território, as imperfeições do mercado e o peso de certos bens (incluindo os produtos alimentares) no cabaz de compra das populações mais vulneráveis”, (Diagnóstico da Segurança Alimentar em Cabo Verde, 2002:28).

Assim, embora a maioria dos preços dos produtos em Cabo Verde seja definida pelo livre jogo da oferta e procura, existem alguns produtos, principalmente produtos alimentares, que permanecem com preços tabelados. Esta política de preços justifica-se não só em função da descontinuidade territorial e imperfeição da concorrência, mas também como medida de garantir o acesso e segurança alimentar às camadas mais carenciadas do país. Pois com a liberalização da economia, a EMPA<sup>30</sup>, deixou de ter o monopólio da importação, sobretudo dos bens de primeira necessidade. Esta passou a ser desempenhada pelos privados e como se sabe são movidos pelo lucro, o que constitui a priori um obstáculo ao abastecimento principalmente nas ilhas periféricas, com os problemas de segurança alimentar daí advenientes.

### **1.3 - Contexto Social**

Neste item abordaremos alguns aspectos sócio-demográfico de Cabo Verde.

Como mencionamos anteriormente, Cabo Verde é um país pobre, com poucos recursos naturais, sendo o homem o seu principal recurso.

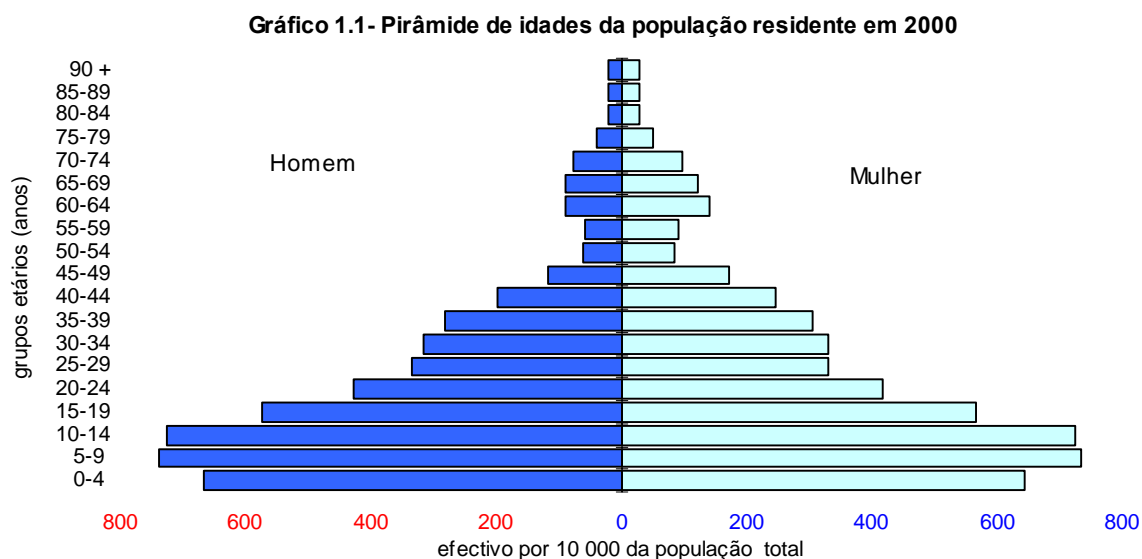
É caracterizada do ponto de vista demográfico, (ver a pirâmide etária) pela extrema juventude da sua população (62% com menos de 25 anos em 2000<sup>31</sup>), uma taxa média de crescimento anual relativamente elevada (2,4% no período 1990-2000) e uma repartição espacial cada vez mais desequilibrada (mais da metade da população residindo atualmente na ilha de Santiago, a maioria na Capital - Praia). Esse desequilíbrio espacial é o colorário da forte migração interna que caracteriza o país, com os centros urbanos como principais pólos de atração, nomeadamente as

---

<sup>30</sup> Empresa Pública de Abastecimento.

<sup>31</sup> Censo 2000.

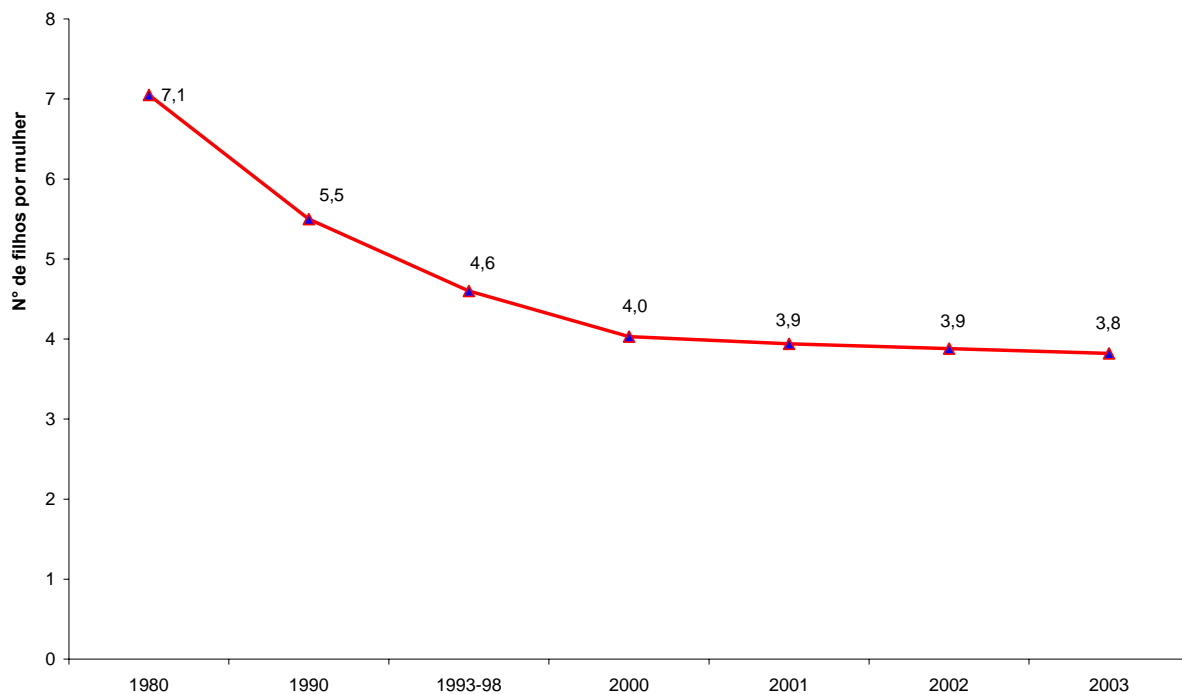
idades da Praia e do Mindelo, e a ilha do Sal onde a população duplicou na última década. Disso resulta um processo de urbanização cada vez mais acentuada (53,4% da população vivendo na zona urbana em 2000 contra 46,6% em 1990) com todas as suas implicações em termos de habitação, de saneamento, de acesso à água potável e a outros serviços sociais básicos.



Essa juventude da população Caboverdiana deve-se fundamentalmente ao elevado nível de fecundidade e à forte emigração da população ativa que conheceu o país nos últimos anos. Assim, no fim dos anos 80, o índice sintético de fecundidade vizinhava as 7 crianças/mulher, enquanto, em 1998, era de 4,6 segundo o IDSR<sup>32</sup>, caindo para 4 segundo os dados do último censo. Como podemos ver no gráfico 1.2, a tendência é para queda.

<sup>32</sup> Inquérito Demográfico e de Saúde Reprodutiva.

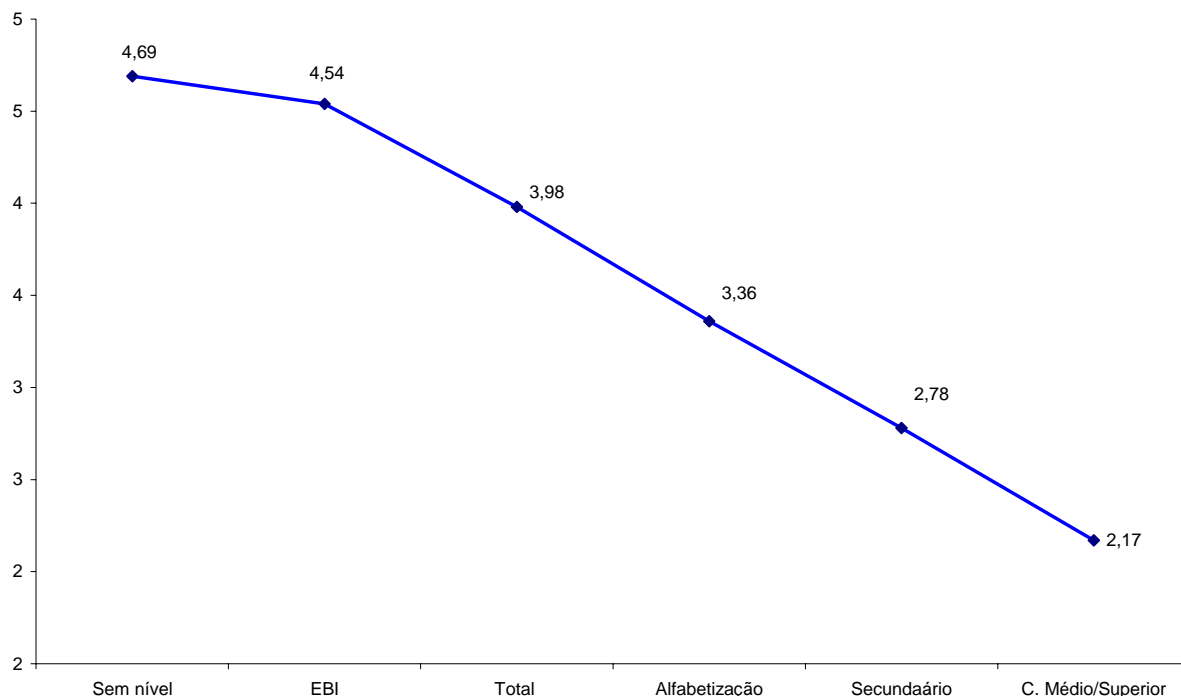
Gráfico 1.2: Evolução da Fecundidade em Cabo Verde, 1980 - 2003



Fonte: INE. Tabulação Própria

Os dados do Censo 2000 mostram ainda que o nível de fecundidade é inversamente proporcional ao nível de instrução, ou seja, quanto maior é o nível de instrução das mulheres, menor é o nível de fecundidade, (Gráfico 1.3), também é influenciado pelo meio de residência, ou seja, é mais elevado no meio rural.

Gráfico 1.3: Nível de fecundidade da população segundo o nível de instrução, 2000



Fonte: Censo 2000, INE. Tabulação Própria

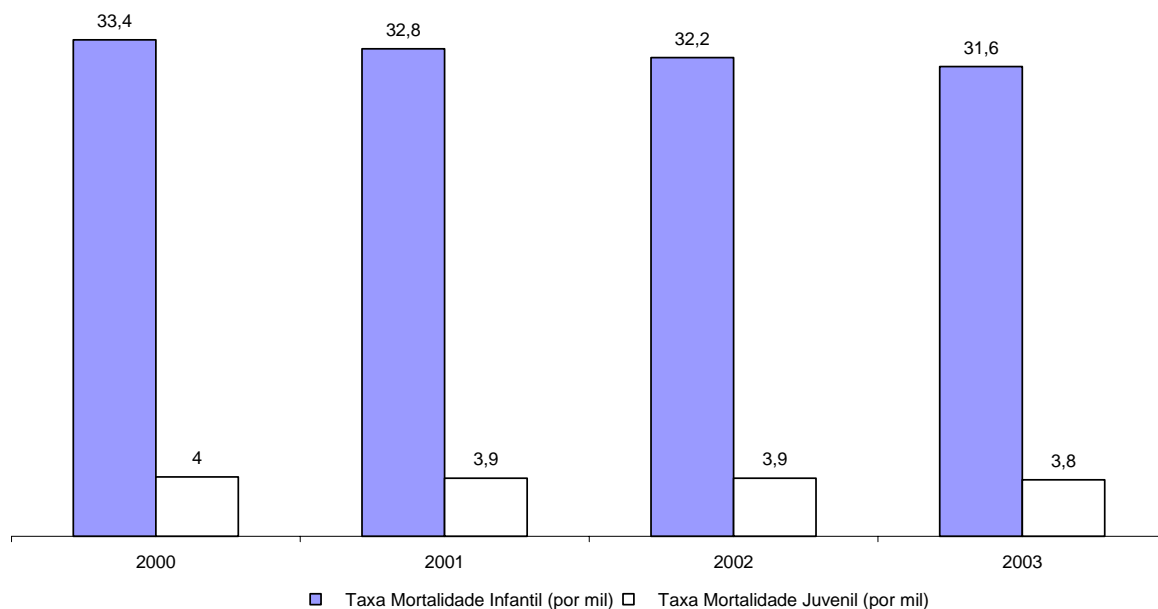
A redução da fecundidade Caboverdiana é o resultado de uma grande campanha de planejamento familiar que vem sendo realizada desde há muitos anos ao nível nacional, que fez passar a taxa de prevalência contraceptiva para os métodos modernos de 24,5% a 32,9% entre 1995 e 1998. Essa campanha parece ter tido o efeito esperado nas adolescentes na medida em que a taxa de fecundidade dos menores de 18 anos baixou em cerca de cerca de 21% nesse período de acordo com os dados do IDRS.

Essa tendência da diminuição do nível geral de fecundidade é explicada também pela, redução da mortalidade infantil entre 1970 e 1998, reflexo dos grandes investimentos feitos nesse setor. Quanto à mortalidade infantil, indicador do nível sócio-sanitário do país, registrou uma redução ainda maior, passando a sua taxa de 130‰ a 30,6‰ durante esse período (1970 -1998). Em 2000 esse indicador fixou-se em 23,1%. Isso traduz um melhoramento notório das condições sócio-

sanitárias existentes no país apesar da insuficiência de água potável e saneamento básico em geral, e da realização de cerca de metade dos partos fora dos centros.

Essa baixa dos diferentes níveis de mortalidade teve como consequência imediata o aumento da esperança de vida à nascença que em 2000 era em média 69,2 anos, passando para 69,7 em 2003. Nota-se que a estimada para 1970 era de 55 anos<sup>33</sup>.

**Gráfico 1.4: Evolução da taxa de mortalidade infantil e Juvenil por mil, 2000 - 2003**



Fonte: Projeções Demográficas, INE. Tabulação Própria

No concernente à educação, é de salientar que o homem é considerado o recurso mais valioso de Cabo Verde, logo a sua capacitação é fundamental para o desenvolvimento do país. Todavia, é de salientar que apesar dos avanços conseguidos no período pós-independência, o sistema de ensino ainda não conseguiu valorizar adequadamente esse potencial.

<sup>33</sup> Estratégia de Segurança Alimentar em Cabo Verde.



No domínio da educação, o censo 2000 mostrou que cerca 74% da população residente com 4 anos ou mais tem um nível de instrução correspondente ao EBI<sup>34</sup>, 16,2% tem o Secundário e cerca de 3% tem o Ensino Médio e Superior juntos, níveis ainda baixos para as necessidades do país. Para, além disso, o nível de instrução influencia fortemente o comportamento e as atitudes das pessoas podendo ter um impacto negativo na saída da pobreza. Por exemplo, as mulheres com baixo nível de escolaridade, são normalmente as que apresentam taxas de fecundidade mais elevadas e como tal, têm mais filhos e são também em geral, as mais pobres.

É ponto assente que existe uma relação inversa entre a pobreza e o nível de instrução, ou seja, quanto mais baixo é o nível de instrução maior é a probabilidade que a pessoa tem de integrar o lote dos pobres. Neste particular, o analfabetismo constitui um fator determinante de pobreza, que ainda em 2000 representava 25,2%<sup>35</sup> da população adulta (15 anos ou mais) contra 37,2% de 1990. Neste período houve uma redução gradativa do analfabetismo na ordem de 1,2% ao ano, fruto de grandes investimentos feitos neste setor com vista à sua erradicação do país. Convém acrescentar ainda que este fenómeno é essencialmente rural e incide, sobretudo sobre as camadas mais velhas da população e infelizmente as mulheres são as mais afetadas como podemos ver na tabela que se segue.

---

<sup>34</sup> Ensino Básico Integrado – destina-se as crianças a partir dos 6 anos de idade. Tem a duração de 6 anos é universal e obrigatório. Começa na 1ª classe, e termina na 6ª classe.

<sup>35</sup> Análise da Educação em Cabo Verde, 2000.

**Tabela 1.6: Taxa de Analfabetismo da população residente de 15 e mais anos segundo o sexo, por meio de residência e grupos etários, 2000**

Meio de residencia / Grupos etarios	Taxa (%)		
	Homem	Mulher	Total
<b>Total</b>	<b>16,5</b>	<b>32,8</b>	<b>25,2</b>
15 a 34	6,6	8,7	7,6
35 a 49	18,6	44,1	32,7
50 e mais	47,8	79,2	66,4
<b>Urbano</b>	<b>11,1</b>	<b>24,5</b>	<b>18,1</b>
15 a 34	5,4	6,6	6,0
35 a 49	12,5	34,0	23,7
50 e mais	33,5	67,7	53,9
<b>Rural</b>	<b>23,9</b>	<b>43,4</b>	<b>34,5</b>
15 a 34	8,4	11,7	10,0
35 a 49	29,4	56,9	46,0
50 e mais	59,9	89,2	77,2

Fonte: RGPB 2000, INE. Tabulação Própria

No que tange ao mercado de trabalho, no ano 2000, em cada 100 caboverdianos 40 eram ativos. Os ocupados representavam pouco mais que 4/5 dos ativos e os desempregados pouco menos que 1/5.

Em relação ao sexo existe grande discrepância no acesso ao mercado de trabalho com vantagem para os homens. A Taxa Bruta de Atividade era de 42,3% para os homens e 38,6% para as mulheres.

Segundo os dados do censo, cerca de 17,4% da população residente de 10 anos ou mais era desempregada no ano 2000, sendo 11,1% para o sexo masculino e de 23,8% para o sexo feminino. Cerca de 65% dos desempregados caboverdianos com 15 anos ou mais possuíam o EBI. É praticamente marginal a percentagem de desempregados com nível de instrução médio ou superior (0,4%).

No período compreendido entre 1990 e 2000, verificamos uma melhoria em termos de participação das mulheres no mercado de trabalho, com uma taxa de atividade das mulheres com 10 anos ou mais a evoluir de 36,1 a 52,6% enquanto a dos homens baixou, passando de 72,9 para

59,5% durante esse período. Já em relação ao desemprego verifica-se uma diminuição mais acentuada nos homens, passando de 25,6 para 11,1% entre 1990 e 2000.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), demonstra o impacto do nível de desenvolvimento sobre a qualidade de vida dos cidadãos.

De acordo com o IDH do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Cabo Verde apresenta indicadores acima da média dos restantes Países Menos Avançados - PMA. O RDH de 2003 mostra que no universo de 175 países, Cabo Verde ocupou 103º lugar em 2003, com um IDH de 0,727. Isso é o reflexo dos progressos conseguidos pelo país no domínio da educação, saúde e renda. Em 2003, o país teve uma esperança de vida à nascença de 69,7 anos, taxa de alfabetização de adultos (74,9 %), taxa de escolaridade bruta conjunta do primário, secundário e superior (80 %) e um rendimento per capita ajustado ao poder de compra (5.570 dólares dos EUA).

Para, além disso, houve uma redução do analfabetismo em 12% na última década como exposto anteriormente, os serviços de saúde têm progressivamente chegado mais perto das comunidades, houve um recuo da taxa de mortalidade infanto-juvenil como se depreende do gráfico 1.4. São todos esses fatores que contribuíram para essa evolução positiva do IDH mostrados na Tabela 1.7.

**Tabela 1.7: Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano em Cabo Verde, 2000 - 2003**

<b>IDH e seus componentes:</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>
Esperança de Vida a nascença (anos)	69,2	69,4	69,7	69,7
Taxa de Alfabetização de Adultos (% , 15 ou mais anos).	71,9	73,6	73,8	74,9
Taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior	-	77	77	80
Rendimento per capita ajustado ao poder de compra (US\$)	3233	4490	4863	5570
<b>IDH</b>	<b>0,688</b>	<b>0,708</b>	<b>0,715</b>	<b>0,727</b>

Fonte: PNUD, RDH, 2000 - 2003.

Dos três indicadores que permitem a transição para o grupo de Países em Desenvolvimento ou de Desenvolvimento Médio - o IDH do PNUD, o rendimento per capita e a vulnerabilidade econômica - só no terceiro é que Cabo Verde não corresponde, devido à sua situação geográfica (insularidade) e, especialmente, à falta de recursos naturais.

É de frisar, no entanto que graças aos avanços conseguidos ao nível do IDH, Cabo Verde vai deixar de fazer parte dos PMA, passando para o grupo dos Países de Desenvolvimento Médio, contando para o efeito um período de transição de 3 anos. Isso deve-se à apreciação que é feita pelo ECOSOC<sup>36</sup> de dois em dois anos, onde todos os países que, por duas vezes consecutivas, atingirem níveis positivos em dois dos critérios, passam a ser considerados aptos para a "promoção". É o caso de Cabo Verde, tanto no IDH do PNUD como no rendimento per capita.

A emigração constitui uma das características demográficas marcantes do país, segundo o IPRSP<sup>37</sup> (2002). Não existem números precisos, mas é comum afirmar-se que a população residente no exterior é numericamente superior à população residente.

Em Cabo Verde, a emigração foi sempre estimulada, compulsoriamente ou não, como um paliativo às situações de seca cíclicas e à conseqüente fome e mortalidade, desemprego e ausência de alternativas à agricultura. O fenómeno acarreta consigo implicações nas estruturas demográficas, económicas e espaciais, que só recentemente começaram a receber a devida atenção.

As condições geo-climáticas, económicas, sociais e culturais desde cedo fizeram da emigração uma componente basilar da História de Cabo Verde.

Tradicionalmente, o caboverdiano vê na emigração uma alternativa para a procura de melhores condições de vida, uma possibilidade de evasão às condições adversas do país. Hoje em dia, ter um parente emigrado constitui uma esperança de vida melhor e maior segurança e estabilidade económica da família, tanto para aqueles que partem, como para as famílias que permanecem no país. A partir de uma certa altura, o caboverdiano passou a encarar a emigração, não apenas como um meio de melhorar a sua condição de vida como também uma via para realização das suas aspirações individuais. A sua percepção de Cabo Verde passou a estar em função do mundo exterior, o que significa que, o caboverdiano interiorizou a emigração como fazendo parte dos seus valores culturais, atitudes e desejos. Neste contexto, o fator cultural tem facilitado e favorecido, em algumas situações à emigração, sobretudo das camadas mais jovens da população.

---

<sup>36</sup> ECOSOC – Conselho económico e Social da ONU.

<sup>37</sup> IPRSP - Interim Poverty Reduction Strategy Paper

Contrariamente às décadas anteriores, em que o emigrante se situava na faixa dos 30 anos e era chefe de família, atualmente os jovens são os principais candidatos à emigração. Trata-se de uma camada da população com maior nível de escolaridade e, em muitos casos, possuidora de formação profissional. É, portanto, mais apta a integrar-se nas sociedades de acolhimento e menos passível de retorno voluntário.

Normalmente, esses emigrantes deixaram o país com o propósito de obterem um emprego mais bem remunerado. Muitos dos quadros formados no estrangeiro, atraídos por salários mais elevados, não regressam ao seu país de origem, o que significa perda de mão de obra especializada, e escassez de recursos qualificados para os esforços de desenvolvimento que o país precisa. Um aspeto positivo nisso, é que a maioria deles mantém laços familiares, sociais e económicos com Cabo Verde.

As remessas de emigrantes representam uma das principais fontes de financiamento e de entrada de divisas no país, porém, existem insuficiências ao nível de apoio ao emigrante na canalização de informações sobre investimentos e funcionamento de instituições no país.

Cabo Verde, tal como outros países de emigrantes, está altamente exposto à eventual expulsão de números significativos de membros das suas comunidades na Europa e nos Estados Unidos. O país dispõe de uma frágil capacidade de absorção dos retornados, tendo em conta os estrangulamentos ao desenvolvimento que enfrenta, entre outros, a seca, o desemprego e as elevadas taxas de crescimento populacional.

Relativamente à pobreza, infelizmente é um mal social que sempre existiu em Cabo Verde, provocada, sobretudo pelas secas, falta de recursos naturais, fraca base produtiva que não consegue gerar empregos suficientes para absorver a mão-de-obra. Por isso desde a independência o país tem-se preocupado no sentido de garantir as condições mínimas de sobrevivência de uma parcela significativa da população, com investimentos públicos em obras que privilegiam o uso maciço de mão-de-obra, (FAIMO<sup>38</sup>).

---

<sup>38</sup> Frente de Alta Intensidade de Mão-de-Obra.

Um estudo realizado em Cabo Verde pelo PNUD no ano de 1993 com base nos dados da Pesquisa as Despesas e Receitas Familiares de 1988/89, concluiu que 30% da população do país é pobre e destes, 14% vivem na extrema pobreza (Tabela 1.8)<sup>39</sup>. A maior proporção dos pobres localizam-se principalmente no campo e na periferia dos principais centros urbanos e subsistem graças aos trabalhos públicos das FAIMO. As mulheres chefes de família representam 41,7% deste grupo social e integram a categoria mais afetada pela pobreza.

Relativamente ao meio de residência, nota-se que praticamente metade da população rural pode ser considerada pobre.

**Tabela 1.8: Distribuição da pobreza em Cabo Verde segundo o meio de residência, 1993**

	Meio de Residência			Total
	Urbano	Semi-Urbano	Rural	
População Pobre	17,2	19,4	46,1	30,2
População Muito Pobre	7,4	6,1	22,5	14,1
% do Total da População	50,0	5,5	44,5	100

Fonte: W.B. A Poverty Study, op cit. 1993. Censo de 90

A pobreza é extensiva em Cabo Verde, porém este fenômeno atinge, de forma especial determinados grupos da população, chamados grupos vulneráveis: as mulheres, os trabalhadores das FAIMO e os desempregados.

Os chamados grupos vulneráveis “são constituídos por pessoas e famílias que vivem em situações de grande carência e/ou de risco, muitas vezes agravadas pela doença, velhice ou invalidez. São pessoas que comprovadamente não podem, por si sós, assegurar a sua subsistência e que vêm beneficiando dos programas de assistência, tanto públicos, como privados, estas a cargo de organizações não-governamentais”, (PNLP, 1997: 35).

Normalmente em Cabo Verde os vulneráveis apresentam um perfil típico de pessoas pobre: sem instrução, desempregado, é do sexo feminino, família numerosa, habitam em casas desagradadas em locais isolados e dispersos.

<sup>39</sup> Adaptado do Documento Quadro – Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza (pág. 7, Quadro nº3).

Em relação à Segurança Social, a constituição da República de Cabo Verde de 1992 revista em 1999, no artigo 69º, consagra que, “todos tem o direito à segurança social para a sua proteção no desemprego, doença, invalidez, velhice, orfandade, viuvez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para trabalho”, (ESS, 2003:21).

O estado por sua vez é responsável pela existência e o funcionamento de um sistema nacional de segurança social, com participação dos contribuintes e das associações representativas dos beneficiários, bem como apoiar, incentivar e fiscalizar os sistemas privados de segurança social.

De acordo com o documento, A Extensão da Segurança Social (ESS), o caso de Cabo Verde (2003:7), “existe a obrigatoriedade de inscrição dos trabalhadores por conta de outrem com a entrada em vigor do Decreto lei nº 11. Essa lei tem por objetivo dar uma maior proteção social aos trabalhadores e garantir rendimentos.

O financiamento desse sistema é baseado na contribuição sobre salários de 23%, sendo 8% contribuição do trabalhador e 15% da entidade empregadora. Segundo a ESS, essa contribuição é desagregada por todas as eventualidades protegidas:

1. Abono de família e prestações complementares – “visa compensar encargos familiares e traduz-se na atribuição de prestações complementares aos segurados ativos e pensionistas de invalidez e velhice que tenham a seu cargo descendentes ou equiparados, próprios ou cônjuge, e os adolescentes. Inclui neste grupo de prestações o abono de família, o subsídio de aleitação, o subsídio a menores deficientes, bem como o de funeral. É pago por um máximo de 4 filhos dos segurados ativos. Esse limite tem por base o controle da natalidade.
2. Doença e maternidade – em caso de doença esse sistema assegura aos beneficiários a assistência médica e medicamentosa (75% do custo do medicamento). Em caso de incapacidade temporária assegura um subsídio.
3. Invalidez e velhice – são realizadas mediante a concessão de pensões e serviços de reabilitação e readaptação profissional;
4. Sobrevivência – essa pensão é utilizada em caso de morte do assegurado, podendo abranger os familiares dos pensionistas ou segurados ativos, que à data da morte tenham

pelo menos 36 meses de contribuição (viúvo ou viúva tenham pelo menos 60 ou 65 anos, ou sofrem de deficiência física ou mental).

Os Funcionários públicos, militares, agentes das forças armadas e serviços de segurança, funcionários de serviços autônomos beneficiam de um sistema específico de segurança social, o qual integra os seguintes componentes: abono de família; apoio na doença; subsídio por morte; e as prestações diferidas (reforma por invalidez, sobrevivência e velhice).

No quadro do regime não-contributivo, e como elemento estabilizador da população ativa no seu conjunto, foi criado um regime específico de pensões vitalícias de velhice e de invalidez, como meio de facilitar a passagem à vida não ativa, de forma digna, dos trabalhadores empregues nos trabalhos públicos das Frentes de Alta Intensidade de Mão de Obra (FAIMO), que pelo seu estado de saúde, deixam de estar em condições adequadas à continuação eficaz no processo produtivo.

É, sobretudo com o intuito de dar uma melhor proteção que no ano de 1992 regulamentou-se o regime de pensões não contributivo, destinado aos trabalhadores das FAIMO através do Dec.Lei nº 122/92.

Existe a partir de 1995 um subsistema de proteção social mínima destinado a garantir um nível mínimo de vida às pessoas sem qualquer outra possibilidade de garantia de um rendimento mensal. Também foi criado a Pensão do Estado, para os nacionais que durante a sua vida se distinguiram pela sua dedicação ao serviço da comunidade na administração pública, nas artes, na literatura ou na cultura, bem como na prestação de serviços relevantes ao país.

Funciona no país também um sistema de promoção social, que desenvolve um conjunto de ações através dos serviços de equipamentos sociais, de apoio individual e familiar, bem como intervenções comunitárias.

Em suma, estão em curso no país reformas em matéria de segurança social, visando a consolidação e o alargamento da base de cobertura, a melhoria da qualidade das prestações e uma



redefinição das condições de acesso aos cuidados de saúde sob um ponto de vista de justiça e de transparência.

## **1.4 - Contexto Político**

O país ascendeu à independência em 1975, após cinco séculos de colonização Portuguesa. Foi governado por um regime de partido único - PAIGC<sup>40</sup>/CV durante os primeiros 15 anos. A partir de 1991 uma série de eleições pluralistas colocou fim ao regime monopartidário e instaurou-se o regime multipartidário, do qual saiu vitorioso o MPD<sup>41</sup>. Nas últimas eleições legislativas e presidenciais, realizadas em Fevereiro de 2001, o PAICV, o maior partido da oposição, tornou – se à força política majoritária.

A independência do país em 1975 revela-se como sendo um instrumento indispensável ao desenvolvimento, tendo em conta que aconteceu num clima institucional favorável, tendo o país assim conquistado a confiança da comunidade internacional.

A comunidade internacional vem apontando que Cabo Verde goza de uma boa prática democrática e uma situação satisfatória dos direitos humanos. Essa confiança traduziu-se num apoio substancial ao processo de desenvolvimento e de reconstrução da sua economia.

Como já foi dito anteriormente, durante a 1ª república, o país foi governado por um regime de partido único, e o objetivo principal foi desenvolver o mercado interno, relegando para um plano secundário o sector privado e o desenvolvimento das exportações. Nesta fase foram criadas algumas empresas públicas ligadas aos setores dos seguros, transportes, pesca, hotelaria e telecomunicações.

No final da década de 80, novos desafios foram colocados ao país e o governo de então concluiu de que o modelo econômico adotado tinha esgotado e que era necessário liberalizar a economia,

---

<sup>40</sup> PAIGC – Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde

<sup>41</sup> MPD – Movimento Para a Democracia

por forma a atrair novos investimentos, úteis na melhoria das condições de vida das populações, com geração de mais empregos e renda para muita gente.

Vigora em Cabo Verde um regime de democracia parlamentar em franca consolidação. Eleições Presidenciais, legislativas, municipais vêm sendo realizadas em consonância com a constituição. As instituições do país funcionam normalmente, existe a separação dos poderes dos órgãos de soberania e as liberdades individuais estão salvaguardadas.

Os órgãos supremos do país são: a Presidência da República e o Governo, a Assembleia Nacional e os Tribunais.

O Presidente da República é o Chefe de Estado; é eleito por voto popular para um mandato de cinco anos e pode ser reeleito uma vez.

O Primeiro Ministro é o Chefe do Governo após ter sido nomeado pela Assembleia Nacional e indicado pelo Presidente.

O poder legislativo reside na Assembleia Nacional.

O sistema judicial Caboverdiano é composto pelo Supremo Tribunal de Justiça e os tribunais regionais. Os Juizes do Supremo Tribunal são nomeados pelo Presidente, a Assembleia Nacional, e o Conselho da Magistratura.

Todos os municípios do país são governados por um presidente de câmara eleito democraticamente e por isso mesmo a descentralização já é uma realidade no país e que muito tem contribuído para o desenvolvimento dos municípios, uma vez que é o poder que trabalha mais próximo das populações.

No que tange à emigração, tendo em conta o papel de relevo que essa camada representa na economia caboverdiana, ajudando mesmo muitas famílias a saírem da pobreza, os sucessivos governos de Cabo Verde têm dispensado uma atenção especial com várias medidas de políticas visando o bem estar e melhor integração dessa camada nos países de acolhimento. Por isso, desde

a Independência aos nossos dias, as ações dos sucessivos Governos, têm-se caracterizado pelo apoio e proteção dos interesses dos emigrantes caboverdianos, através de um conjunto de medidas de política:

- Criação do Instituto de Apoio ao Emigrante (IAPE) em 1984. Essa instituição tem por finalidade “apoiar o emigrante no seu relacionamento com os organismos estatais, serviços públicos e privados e servir de elo entre o emigrante e Cabo Verde”, (Decreto n. ° 107/84, de 3 de Novembro de 1984<sup>42</sup>).
- No plano externo, foram criadas varias representações diplomáticas, sobretudo nos países de maior comunidade caboverdiana, no sentido de oferecer ao emigrante a segurança e assistência necessárias, no seu relacionamento com as autoridades do país de acolhimento.
- Também foram criadas as condições necessárias no sentido de apoiar os nossos conterrâneos na obtenção de uma dupla nacionalidade, sem perder a sua nacionalidade caboverdiana.

---

<sup>42</sup> Censo 2000. Migrações

## **2 - BASE DE DADOS, CONCEITOS E METODOLOGIA**

Pretendemos neste capítulo evidenciar as características da pesquisa empírica que serviu de suporte a este trabalho, os principais conceitos utilizados, bem como a metodologia para a definição de pobres, indigentes e não pobres.

### **2.1 - Base de Dados**

O Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE\_CV) – Órgão Central do Sistema Estatístico Caboverdiano, que tem responsabilidade na coleta, tratamento e divulgação de estatísticas oficiais, realizou de outubro de 2001 a outubro de 2002, o 2º Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF). Esta pesquisa foi por amostragem, realizada junto das famílias permitindo assim estudar o comportamento e condições de vida da população. Foi uma pesquisa de âmbito nacional e pela primeira vez cobriu todas as ilhas do país e é de grande importância, na medida em que entre outros aspectos:

- ⇒ permite atualizar a estrutura de despesas de consumo dos agregados familiares, importante na determinação da cesta e dos respectivos ponderadores do índice de preços ao consumidor;
- ⇒ permite alargar a representatividade do índice de preços ao consumidor;
- ⇒ fornece dados para a implementação do novo sistema de contas nacionais;
- ⇒ fornece informações importantes para o estudo da pobreza.

Para os objetivos desta dissertação, interessa o último item, por isso vamos nos debruçar concretamente sobre este ponto.

Tendo em vista os objetivos do trabalho, a base de dados utilizada é o Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF). No IDRF coletou-se um leque grande de dados de vários setores de atividade e para o efeito foram utilizados os seguintes questionários, (ver anexos):

- ⇒ Questionário das Características de Alojamento, do Agregado e dos Indivíduos;

- ⇒ Questionário sobre as Despesas Diárias dos Agregados
- ⇒ Questionário de Alimentação;
- ⇒ Questionário sobre as Despesas Diárias dos Indivíduos

De acordo com os dados do censo 2000 publicados no Relatório sobre Condições de Vida dos Agregados Familiares, em 2000, o país contava com 93.975 famílias, sendo 53.704 no meio urbano e 40.271 no meio rural.

Como foi dito anteriormente, o IDRFB, foi uma pesquisa amostral. Reuniu dados de 4896 famílias, sendo 2688 no meio urbano e 2208 no meio rural. Essa amostra foi selecionada a partir da base de dados do Censo 2000. A amostra é representativa até ao nível das ilhas, em alguns casos concelhos<sup>43</sup>, mas para efeito desta dissertação, o nível de análise será a ilha, meio de residência, (urbano / rural).

A população de referencia é o conjunto de todos os indivíduos que vivem em agregados familiares (domicílios).

A unidade estatística de amostra observada foi o alojamento<sup>44</sup>, enquanto que a unidade de análise é o agregado familiar. Portanto, apesar da pesquisa também fornecer dados domiciliares e pessoais, a unidade de investigação aqui utilizada é a família, esta, por sua vez, de grande relevância para a estruturação de políticas sociais.

## **2.2. - Conceitos utilizados na pesquisa**

Para melhor compreensão dos dados a serem apresentados a partir do capítulo 2, apresentamos nesta parte os principais conceitos utilizados no IDRFB.

---

<sup>43</sup> Concelho vem da palavra latina – Conciliu e significa circunscrição administrativa em que se divide o distrito; município.

Conselho vem da palavra latina Consiliu. Significa – aviso, opinião que se dá sobre o que convém fazer; Corpo coletivo; grupos de pessoas; reunião de ministros.

<sup>44</sup> Alojamento – significa domicilio

## **1) Agregado Familiar, Membro do agregado, Chefe do Agregado Familiar:**

“**Agregado Familiar** - grupo de pessoas, aparentadas ou não, que vivem habitualmente sob o mesmo teto e autoridade de um chefe, mantendo em comum um mesmo orçamento para a satisfação das necessidades essenciais do agregado, ou seja, as despesas de habitação, alimentação e vestuário.

**Membro do agregado** - será considerado membro do agregado todo o indivíduo que no momento do inquérito satisfaz as seguintes condições:

- ⇒ a sua residência principal é a do agregado inquirido;
- ⇒ depende economicamente do agregado inquirido, ou seja, as despesas para as suas necessidades essenciais são comuns as do agregado;

**Chefe do Agregado Familiar** - trata-se da pessoa responsável pelo agregado familiar, considerado como tal pelos restantes membros. Habitualmente é a pessoa que sustenta o orçamento da família.

Cada agregado familiar possui um chefe, e é sempre uma pessoa ali residente, podendo estar presente ou não no momento do inquérito, desde que a ausência seja inferior a dois meses “, (Manual de Terreno, 2001:15 -18).

## **2) Atividade Económica**

Neste item será apresentada a relação do indivíduo face a atividade económica, ou seja, trata-se de saber se o indivíduo exerce a sua atividade atual ou habitual.

### **a) Condição perante a Atividade Económica**

Com relação à atividade económica, o INE, fez a seguinte distinção:

“Condição na Atividade Atual:

**Com Trabalho** – estão incluídos nesta categoria todos os indivíduos com idade igual ou superior a 10 anos que trabalharam pelo menos 1 hora nos últimos sete dias mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em gêneros.

**Desempregados** – estão incluídos nesta categoria todos os indivíduos com idade igual ou superior a 10 anos que não tinham emprego mesmo estando disponíveis para trabalhar.

**Novo Emprego** – estão incluídos nesta categoria todos os indivíduos que, já tendo trabalhado se encontravam desempregados no período de referência, tendo porém efetuado nesse período, diligências para procurar um emprego.

**Primeiro Emprego** – estão incluídos nesta categoria todos os indivíduos que nunca trabalharam e que, no período de referência, efetuaram diligências para procurar um emprego.

**Trabalhadores por Conta de Outrem** – estão incluídos nesta categoria todos os indivíduos que trabalhavam: na Administração Pública (Central ou Local), tais como Câmaras Municipais, FAIMO, Institutos Públicos, Direções Gerais, no Governo, entre outros; no Sector Empresarial do Estado, ou seja, nas empresas públicas ou de capitais majoritariamente públicos, tais como, a EMPA, ASA, Enapor, TACV, etc; no Sector Empresarial Privado, designadamente, nas empresas, nacionais ou estrangeiras, ou nas cooperativas ou entidades equiparadas a empresas.

**Trabalhadores por Conta Própria** – estão incluídos nesta categoria todos os indivíduos que exercem uma profissão por conta própria ou em associação, ocupando um tipo de emprego independente, e não têm habitualmente trabalhadores remunerados, mas podendo receber a ajuda de trabalhadores familiares não remunerados.

**Empregadores** – estão incluídos nesta categoria todos os indivíduos que exercem uma profissão por conta própria ou em associação, ocupando um tipo de emprego independente, e que habitualmente empregam um ou mais trabalhadores remunerados.

**Trabalhador Familiar Sem Remuneração** – estão incluídos nesta categoria todos os indivíduos que trabalham por conta de um familiar, não sendo seu associado nem estando vinculado por qualquer contrato de trabalho e sem receberem uma remuneração.

**Outra Situação** – estão incluídos nesta categoria todos os indivíduos empregados ou desempregados à procura de novo emprego que não se enquadram em nenhuma das posições anteriores.

### **Condição na Atividade Habitual**

Os conceitos utilizados são os mesmos que na atividade atual (corrente), mas o período de referência são 12 meses. Assim:

1. ° - O indivíduo é Habitualmente Ativo (porque o numero de semanas em que esteve Empregado e Desempregado é superior ao numero de semanas como Inativo)
2. ° - O Indivíduo é Ativo Empregado (porque o numero de semanas em que esteve na condição de Empregado é superior ao numero de semanas em que esteve como Desempregado)
3. ° - O indivíduo é Habitualmente Inativo (porque o numero de semanas em que esteve Inativo é superior ao somatório do numero de semanas como Empregado e Desempregado)”. (Id., ibid: 67):

### **b) Receita**

Com relação à receita, o INE, apresenta os seguintes conceitos:

“**Receitas Periódicas** - são receitas recebidas com alguma regularidade (mensalmente, trimestralmente, semestralmente, etc.).

**Receitas do trabalho por conta de outrem** - compreende a totalidade das receitas monetárias líquidas recebidas pelo indivíduo provenientes do trabalho por conta de outrem, nos últimos 12 meses anteriores ao primeiro dia da quinzena de observação.

#### **Inclui:**

ordenados e salários dos trabalhadores por conta de outrem, remunerados ao tempo, à peça ou à tarefa; diuturnidades e prêmios de antiguidade; prêmios por assiduidade, produtividade, estímulo, etc; abonos por falhas; subsídios de refeição, alojamento ou transporte, desde que seja em dinheiro; acréscimo por trabalho noturno; honorários dos membros dos conselhos de direção e de



comissões administrativas; 13.º mês; subsídio de férias; gratificações e quaisquer outros pagamentos ordinários decorrentes da condição de trabalhador.

**Não inclui:**

indenizações por despedimento;

reembolsos de viagens de representação e de despesas feitas pelo trabalhador a título profissional, bem como as ajudas de custo.

**Receitas do trabalho por conta própria** - compreendem a totalidade das receitas monetárias líquidas provenientes do exercício de uma atividade desempenhada pelo indivíduo, como trabalhador por conta própria, nos últimos 12 meses anteriores ao primeiro dia da quinzena de observação.

1. **Rendimento de propriedade** - são os ganhos provenientes de rendas de casas, de terras, etc.
2. **Rendimentos de capital** (juros, lucros e dividendos) - São ganhos obtidos com os juros de depósitos bancários, lucros das empresas em que o visado é sócio e as quantias anualmente arrecadadas como acionista de uma sociedade.
3. **Pensões de reforma** - São prestações pagas pelo estado ou pelos fundos de segurança social (exemplo INPS...) em dinheiro a ex-empregados ou seus descendentes.
4. **Abonos e subsídios diversos** - Fazem parte os abonos de infância ou de família, abonos por outros dependentes, subsídios de nascimento recebidos de segurança social.
5. **Bolsas de Estudo** - Montante regularmente recebido para suportar as despesas relacionadas com o estudo.
6. **Remessas de familiares residentes no país** - As remessas de familiares são os montantes recebidos regularmente dos familiares residentes em Cabo Verde.

7. **Prestações de Assistência Social pelas Administrações públicas em espécie** - São receitas que o agregado recebe, destinadas a cobrir as necessidades que surgem devido a certos acontecimentos ou circunstâncias, como doença, desemprego, habitação, educação ou circunstâncias familiares. Podem ser alimentos, roupas ou materiais escolares oferecidos pela Promoção Social ou pelas Câmaras.
8. **Pensão Social mínima em dinheiro** - Prestações mensais em dinheiro destinadas aos mais carenciados. No período da pesquisa esse montante é de 1300 ECV.
9. **Outras** - Todas as outras receitas recebidas dos residentes que não se enquadram em nenhuma das receitas anteriormente mencionadas e que tenham um caráter periódico.
10. **Pensões provenientes do estrangeiro** – são pensões recebidas pelas pessoas que tiveram ou tem algum familiar a trabalhar no estrangeiro ou alguém aposentado por alguma entidade ou empresa estrangeira. Deve-se também incluir as prestações enviadas pelas seguradoras que não estão relacionadas com o trabalho.
11. **Remessas de emigrantes** - São remessas recebidas de pessoas, familiares ou não, residentes no estrangeiro.
12. **Outras receitas do estrangeiro** - Todas as outras receitas de caráter periódico provenientes do estrangeiro que não se enquadram nas outras rubricas. A remuneração dos trabalhadores que prestam serviço junto das embaixadas se enquadra nesta rubrica. São todas as receitas recebidas pelo agregado que não tiveram uma periodicidade fixa.
13. **Remessas de familiares ou outras pessoas residentes no país** - As remessas de familiares são os montantes recebidos dos familiares que podem ser residentes em Cabo Verde mas que não tiveram uma certa regularidade.
14. **Reembolso das despesas de saúde** - Quantia recebida da segurança social por despesas efetuadas com a saúde.

15. **Reembolso de Impostos** - Montante proveniente das finanças depois de efetuados os cálculos entre o montante que devia pagar e o total dos descontos transferidos para esta instituição.
16. **Prestações de Benefícios em espécie pelas Administrações públicas**  
São receitas que o agregado recebe, destinadas a cobrir as necessidades que surgem devido a certos acontecimentos ou circunstâncias, como doença, desemprego, habitação, educação ou circunstâncias familiares. Podem ser alimentos, roupas ou materiais escolares oferecidos pela Promoção Social ou pelas Câmaras, mas que não tiveram um carácter de continuidade.
17. **Prestações de Assistência pelas ONG's** - Fornecimentos das instituições não estatais como Cruz Vermelha, Caritas, Associações Comunitárias e outras ONG'S.
18. **Benefícios relacionados com a família: subsídio de casamento, funeral, aleitamento** - Quantias recebidas da Entidade Patronal, do Ministério das Finanças ou do INPS relacionadas com casamento, morte ou nascimento.
19. **Benefícios relacionados com trabalho (indenizações por despedimento, compensação salarial...)** - indenizações do trabalhador por despedimento, retroactivos e outros.
20. **Subsídios relacionados com a educação (subsídio de educação, formação profissional)** - ajudas da ICASE<sup>45</sup> no início do ano letivo ou quantias postas à disposição do elemento do agregado pela entidade patronal para suportar as despesas com a educação ou formação profissional.
21. **Prestação de seguros de vida** - quantia recebida das seguradoras motivadas por doenças ou mortes.

---

<sup>45</sup> Instituto Caboverdiano de Ação Social Escolar

22. **Prestações de outros seguros** - Indenização por acidente de viação ou incêndio.

23. **Outras receitas** - Incluem todas as receitas provenientes de jogos, totoloto, lotaria, heranças etc.

### **c) Fontes de Receitas**

#### **Receitas do Trabalho inclui:**

- ⇒ Receitas do trabalho por conta de outrem
- ⇒ Receitas do trabalho por conta própria
- ⇒ Outras receitas do estrangeiro

#### **Receitas de Propriedade ou Capital inclui:**

- ⇒ Rendimento de propriedade
- ⇒ Rendimentos de capital (juros, lucros e dividendos)
- ⇒ Outras receitas provenientes do estrangeiro

#### **Pensões Nacionais Incluem:**

- ⇒ Pensões de reforma
- ⇒ Pensão Social mínima em dinheiro

#### **Pensões de Estrangeiro inclui:**

- ⇒ Pensões provenientes do estrangeiro

#### **Remessas de Emigrantes inclui:**

- ⇒ Remessas em numerário de emigrantes
- ⇒ Remessa em produtos alimentares de emigrantes
- ⇒ Remessa em vestuário e calçado de emigrantes

#### **Outras Prestações Sociais inclui:**

- ⇒ Abonos e subsídios diversos;
- ⇒ Bolsas de Estudo;
- ⇒ Prestações de Assistência Social pelas Administrações públicas em espécie;
- ⇒ Prestações de Benefícios em espécie pelas Administrações públicas;
- ⇒ Benefícios relacionados com a família: subsídio de casamento, funeral, aleitamento;
- ⇒ Benefícios relacionados com trabalho (indenizações por despedimento, compensação salarial);
- ⇒ Subsídios relacionados com a educação (subsídio de educação, formação profissional);

**Outras Receitas Nacionais de Famílias e Entidades Privadas** inclui:

- ⇒ Remessas de familiares residentes no país;
- ⇒ Outras Receitas;
- ⇒ Reembolso das despesas de saúde;
- ⇒ Reembolso de Impostos;
- ⇒ Prestações de Assistência pelas ONG's;
- ⇒ Prestação de seguros de vida;
- ⇒ Prestações de outros seguros;
- ⇒ Outras receitas (Prêmios de jogos, totoloto, lotaria, heranças etc)''.

## **2.3. - Vantagens e limitações da base de dados**

### **1) Vantagens.**

- Uma das grandes vantagens desta base de dados é que pela primeira vez no arquipélago, temos informações sobre várias áreas até ao nível das ilhas, com destaque para a pobreza, o que permite fazer estudos aprofundados, disponibilizando assim, aos decisórios centrais das diferentes ilhas, ONG's e a sociedade civil em geral informações úteis que sirvam de suporte para a tomada de decisões.
- Em particular, permite traçar o perfil da pobreza no arquipélago.

- Permite também atualizar o sistema de cálculo do IPC, bem como das contas nacionais.

## **2) Limites**

- Um dos limites que podemos apontar em relação a base de dados é a inexistência da variável quantidade, não obstante ter sido coletada. O objetivo inicial era estudar a pobreza em Cabo Verde com base na despesa, esta como proxy do consumo. A falta dessa variável levou-nos a alterar o enfoque para a renda.
- Dificuldade em estimar o autoconsumo, o que em certa medida leva a uma subestimação do bem-estar, sobretudo nos estratos mais baixos o que pode também acarretar uma superestimação do nível de desigualdade e da pobreza.
- Uma limitação que também se pode apontar é em relação à declaração dos rendimentos mais elevados, pois como é sabido, as pessoas normalmente não gostam de declarar a renda.
- Não existe um dicionário para as variáveis, o que dificulta muito a compreensão das mesmas.

## **2.4. - Metodologia**

Pretendemos mostrar nesta parte como iremos obter os resultados que pretendemos analisar

### **1) Linhas de Pobreza e de Indigência**

Para a estimação das Linhas de Pobreza e Indigência em Cabo Verde, utilizou-se a renda familiar per capita, que consiste na soma de todas as rendas do trabalho e de outras fontes (ver fontes de receita descrita no item 3.2) de todos os elementos que compõem o agregado familiar dividida pelo número de pessoas do agregado. Para o efeito, os indivíduos foram colocados por ordem crescente da renda, ou seja, do mais pobre para o mais rico, e em seguida agrupados em percentis.

De acordo com os cálculos efetuados, a renda mediana per capita no país é de 80.747,57 ECV de 2002, o equivalente a 688,64 USD.

Em função dessa renda, fizemos dois cortes, tanto ao nível nacional como ao nível das ilhas:

1. 60% da renda mediana per capita;
2. 40% da renda mediana per capita.

Com base nesses limiares definimos **Pobre** como toda a pessoa cuja renda é inferior ou igual a 60% da renda mediana per capita, o que corresponde a 48.448,54 ECV ano ou 413,19 USD.

**Indigentes** – o subconjunto dos pobres que têm uma renda inferior ou igual a 40% da renda mediana per capita, o que equivale 32.299,03 ECV ano ou 275,46 USD.

Nesta dissertação, consideramos como **Não Pobres** todas as pessoas com renda superior a 60% da renda mediana per capita.

É de se registrar que a escolha desses limiares foi arbitrária, uma vez que não existem no país estudos concretos a respeito que nos permitissem sem nenhum juízo de valor a escolha desses limiares. No entanto, tendo em conta o conhecimento que temos da realidade local, pensamos serem níveis suficientes para cobrir as necessidades básicas de vestuário, educação, saúde, transporte e alimentação.

É de se realçar ainda que, num exercício feito pelo INE\_CV acerca das necessidades alimentares da população, chegou-se à conclusão que o custo de uma cesta contendo os produtos básicos da alimentação Caboverdiana era de 24.750 ECV, o que corresponde a cerca de 30,7% da renda mediana per capita. Esse exercício foi feito da seguinte forma:

Para estimar o custo em alimentação segundo as necessidades essenciais considerou-se o consumo dos sete alimentos considerados essenciais<sup>46</sup> em Cabo Verde. Para o INE, (Perfil da Pobreza em Cabo Verde, 2004:173), “estes representam em média 80% das calorias consumidas

---

<sup>46</sup> Alimentos essenciais em Cabo Verde: Farinha de Trigo, Milho, Arroz, Leite em Pó, Óleo Alimentar, Feijão e Açúcar.

nos agregados familiares. A percentagem da ingestão calórica aumenta para 84% se for incluído o consumo de peixe, de frango e de carne, para as mesmas famílias”.

De acordo com o INE,

“o consumo anual per capita dos produtos essenciais foi calculado a partir dos alimentos pesados para consumo nas famílias do IDRF. Os Produtos derivados dos produtos essenciais como pão e bolachas foram afectados por um coeficiente de transformação (proporcionado pela FAO) para os converter no equivalente em farinha de trigo. O mesmo procedimento aplicou-se para os outros produtos essenciais.

Considerou-se, como consumo representativo de todas as famílias de Cabo Verde, a média do consumo per capita e por ano das famílias que se encontravam com uma taxa de adequação calórica entre 80% e 129% em relação às necessidades de energia dos membros do agregado. As necessidades calóricas foram calculadas segundo as recomendações dos organismos internacionais (WHO, FAO).

Para valorizar uma satisfação do 100% das necessidades calóricas, foi aumentado proporcionalmente em 20% o peso dos produtos essenciais, e foram valorizados aos preços médios do consumidor de 2002, obtendo-se um valor de 16.602 ECV. Este valor foi considerado como o limiar de insegurança alimentar para Cabo Verde.

Um segundo limiar alimentar foi calculado, incluindo o consumo de peixe, frango e



Nota-se que esse valor do limiar de consumo definido pelo INE corresponde à cerca de 77% da Linha de Indigência utilizada nessa dissertação.

## 2) Estimção de alguns indicadores

Em função desses limiares (LP e LI) definidos, estimamos alguns indicadores apresentados no capítulo 2, tais como a proporção dos pobres, a Intensidade da pobreza e o Hiato Quadrático da pobreza e Foster-Greer-Thorbecke (FGT). Também estimamos a insuficiência relativa e absoluta da renda, bem como os índices Anand e Fishlow.

No capítulo 3 fazemos vários cruzamentos de variáveis com vista a caracterizar o perfil socioeconômico da população. Para o efeito, procedemos a uma comparação das distribuições de características entre pobres, indigentes e não-pobres, visando saber:

- tamanho das famílias: 1 indivíduo, 2 indivíduos, 3 indivíduos, 4 indivíduos, 5 indivíduos, 6 e mais indivíduos;
- grupos etários;
- sexo;
- 
- nível de instrução: sem instrução, Ensino Básico Integrado (EBI)<sup>47</sup>, secundário, pós-secundário;
- situação face ao analfabetismo: sabe ler e escrever, não sabe ler e escrever;
- frequência escolar: está a frequentar, não está a frequentar;
- condição na atividade habitual: empregado, desempregado, inativo.

No capítulo 4, pretendemos saber as condições de habitação das famílias. Para o efeito vamos analisar as seguintes variáveis, diferenciando os pobres e não pobres:

- tipo de alojamento: casa individual, apartamento, vivenda, barraca e parte de casa;
- existência de cozinha na casa: sim ou não;
- origem da água usada na casa: água da rede pública, autotanque, cisterna domiciliária, cisterna pública, chafariz, poço, nascente, lavada e outro;

---

<sup>47</sup> EBI – corresponde ao ensino fundamental no Brasil.

- tratamento da água para beber: regularmente, raras vezes, não;
- como é feito o tratamento: lixívia, ferve, outro, não;
- a casa dispõe de casa de banho e retrete: casa de banho com retrete, casa de banho sem retrete, retrete/latrina, sem casa de banho;
- principal modo de evacuação de águas residuais: fossa séptica, rede de esgotos, redor de casa, natureza;
- fonte de energia utilizada para iluminação: gás, eletricidade, petróleo, vela;
- principal fonte de energia utilizada para preparar os alimentos: carvão, lenha, petróleo gás, eletricidade, não prepara;
- acesso a bens no domicílio: fogão a gaz/elétrico, micro ondas, frigorífico, arca congeladora, máquina de lavar roupa, telefone, televisão, rádio, aparelhagem, vídeo, computador sem ligação à Internet, computador com ligação a Internet, telemóvel;

### **3) Metodologia de Cálculo do Índice de Conforto**

“O Índice de Conforto é um indicador compósito cujo, principio de calculo baseia-se na posse ou acesso pelos agregados familiares de des bens de equipamento ou serviços. O método utilizado para o cálculo do nível de conforto baseia-se nos aspectos multidimensionais da noção da pobreza.

O Índice de Conforto foi construído, utilizando as variáveis ligadas ao fenómeno da pobreza crônica, ou seja:

1. Fonte de água para uso domestica
2. A posse de radio
3. A posse de televisão
4. A posse de automóvel
5. A posse de leitor de videocassete
6. A posse de casa de banho
7. Numero médio de pessoas por quarto de dormir
8. Principal fonte de energia para a iluminação

9. A posse de frigorífico

10. Principal fonte de energia para a preparação dos alimentos

No entanto, pelo custo e pela contribuição próprios para o conforto e bem-estar da família, decidiu-se não atribuir o mesmo peso a todas as variáveis. Por exemplo, a posse de um posto de radio não deve pesar o mesmo no índice de conforto que a posse de um automóvel. Utilizou-se assim um sistema de ponderação.

Dado que estas variáveis habitualmente estão muito correlacionadas entre elas, qualquer tentativa de determinar subjetivamente o ponderador do Índice de Conforto associado a cada resposta resulta inevitavelmente numa sobre-estimação do ponderador para as famílias ricas e sub-estimação do ponderador para as famílias pobres. Por exemplo, uma família pobre está geralmente associada a um baixo nível de rendimentos, habita em casas de ma qualidade, sem casa de banho, sem água, sem luz, etc., ao contrario de uma família rica que tem, regra geral, todos os elementos de conforto.

A presente metodologia utilizou dois métodos estatísticos para eliminar as autocorrelações das variáveis seleccionadas: O método das correspondências múltiplas, e o método da classificação múltipla. O método das correspondências múltiplas, aplicado as variáveis correlacionadas como nível de conforto permite a criação de um índice geral, no qual, são consideradas as relações entre as variáveis que foram introduzidas no modelo. Este método calcula um valor numérico para cada família. Um valor alto significa que a família tem alto nível de conforto, e um valor baixo deste índice significa que a família tem baixo nível de conforto. Posteriormente, pelo método da classificação múltipla (método de regressão múltipla aplicável a variáveis categorizadas) aplicado entre este índice calculado como anteriormente referido e as variáveis de origem, calculou-se os ponderadores para cada resposta, eliminando, ao mesmo tempo, as autocorrelações entre as variáveis “ (Condições de Vida das Famílias em Cabo Verde, 2000:9)

Onde for possível a análise é feita ao nível nacional e das ilhas e do meio de residência (urbano / rural).

## **ANEXOS<sup>48</sup>**

### **QUESTIONÁRIO A - CARACTERÍSTICA DO AGREGADO FAMILIAR**

#### **1. CARACTERÍSTICAS DO ALOJAMENTO E DO AGREGADO**

#### **2. CARACTERÍSTICAS DOS INDIVÍDUOS**

**Seção - A: Identificação dos Membros do Agregado**

**Seção - D: Educação (Só para Pessoas de 4 anos ou mais)**

**Seção – E: Atividade Econômica (Excluir: Empregados Domésticos, Visitas e Pensionistas)**

**Seção - E1: Atividade Econômica Atual (Últimos 7 dias)**

**Seção – E2: Atividade Econômica Habitual (Últimos 12 meses)**

#### **3. RECEITAS (NOS ÚLTIMOS 12 MESES) – SÓ PARA INDIVÍDUOS DE 10 ANOS E MAIS.**

**Seção - A: Receitas Periódicas**

**Seção - B: Receitas Não Periódicas**

---

<sup>48</sup> Foi excluído do anexo a Seção B – Emigração; C – Saúde; F – Crianças com menos de 2 anos; 4 - Despesas

DIRECÇÃO DE CONTAS NACIONAIS, ESTATÍSTICAS ECONÓMICAS E DOS SERVIÇOS  
GABINETE DO INQUÉRITO ÀS FAMÍLIAS  
INQUÉRITO ÀS DESPESAS E RECEITAS FAMILIARES

**AUTORIDADE E SEGREDO ESTATÍSTICO**

Lei 15/V/96, de 11 de Novembro

Artigo 6º § 1. **AUTORIDADE ESTATÍSTICA**

1. No exercício da sua actividade, o INE e os órgãos produtores de estatísticas sectoriais podem realizar inquéritos e efectuar todas as diligências necessárias à produção de dados estatísticas e podem solicitar informações a todos os funcionários, autoridades, serviços ou organismos e a todas as pessoas singulares ou colectivas que se encontrem em território nacional ou nele exerçam a sua actividade.

Artigo 7º § 2. **SEGREDO ESTATÍSTICO**

2. Todas as informações estatísticas de carácter individual colhidas pelos órgãos que compreendem a SEM são de natureza confidencial.

**Questionário – A**  
**CARACTERÍSTICAS DO ALOJAMENTO, DO AGREGADO E DOS INDIVÍDUOS**

**A - IDENTIFICAÇÃO E LOCALIZAÇÃO DO AGREGADO**

1- IDENTIFICAÇÃO ..... | . . . . . |

2- Nome do chefe do agregado: .....

3- Ilha ..... [ ]

4- Concelho ..... [ ]

5- Freguesia ..... | . . . . |

6- Nº DR ..... | . . . . |

7- Urbano / Rural ..... [ ]

8- Cidade / Vila / Zona ..... [ ]

9- Bairro / Lugar ..... [ ]

10- Nº Casa ..... | . . . . |

11- Nº do Agregado ..... | . . . . |

**B - OPERAÇÕES DE TERRENO E DIGITAÇÃO - ASSINATURAS**

O Inquiridor .....		CICLO nº   . . .
Data Início da colecta ____/____/____	Data Fim da colecta ____/____/____	
O Controlador .....	Data de controlo ____/____/____	
O Supervisor .....	Data da Supervisão ____/____/____	
O Digitador .....	Data da digitação ____/____/____	
RESULTADO DO PREENCHIMENTO ..... [ ]	Agregado com Questionário de alimentação	
Completo com o Agregado seleccionado ..... 1	Sim..... 1 } [ ]	
Completo com o agregado reserva/ recusa ..... 2	Não..... 2 }	
Completo com o agregado de substituição/ não encontrado ..... 3		
Incompleto ..... 4		
Questionário de continuação (marque X) [ ]	è Questionário nº ____ de ____	

**SECÇÃO – A:**

**CARACTERÍSTICAS DO ALOJAMENTO**

**A1. Indique o Tipo de Alojamento**

1. Casa Individual 2. Apartamento 3. Vivenda 4. Barraca 5. Parte de casa	<input type="checkbox"/>
--	--------------------------

**A2. A parede da casa é principalmente de:**

1. Pedra Solta 2. Pedra e Argamassa rústica 3. Pedra e Argamassa rebocada 4. Blocos de Cimento rústico 5. Blocos de Cimento rebocado 6. Pedra e Terra e/ou outro material provisório 7. Outro material definitivo	<input type="checkbox"/>
---	--------------------------

**A3. A casa é coberta de:**

1. Betão Armado 2. Telha 3. Fibrocimento 4. Palha 5. Lata/cartão/saco	<input type="checkbox"/>
---	--------------------------

**A4. Pavimento da casa é de:**

1. Cimento 2. Terra 3. Madeira 4. Mosaico 5. Mármore/ marmorite 6. Parquete 7. Outro	<input type="checkbox"/>
--	--------------------------

**A5. Quantas divisões tem a casa? (sem contar com a cozinha e casas de banho)**

<input type="text"/>	<input type="text"/>
----------------------	----------------------

**A6. Quantas divisões são utilizadas exclusivamente para dormir?**

<input type="text"/>	<input type="text"/>
----------------------	----------------------

**A7. Quantas camas utiliza o agregado?**

<input type="text"/>	<input type="text"/>
----------------------	----------------------

**A8. Casa dispõe de cozinha?**

1. Sim 2. Não	<input type="checkbox"/>
------------------	--------------------------

**A9. Qual é a origem de água que usam neste agregado?**

1. Água da rede pública 2. Auto-tanque 3. Cisterna domiciliária	} >>> A13	<input type="checkbox"/>
4. Cisterna pública 5. Chafariz 6. Poço 7. Nascente 8. Levada 9. Outro		

**A10. Qual é o tempo que leva para chegar ao local de abastecimento de água?**

1. Menor ou igual a 14 min 2. 15 a 29 min 3. 30 a 44 min 4. maior do que 45 min	<input type="checkbox"/>
--	--------------------------

**A11. Qual é o meio de transporte que usa?**

1. Pé 2. Burro/Cavalo 3. Bicicleta/moto 4. Colectivo 5. Carro Particular 6. Vários meios 7. Outro meio	<input type="checkbox"/>
--	--------------------------

**A12. Qual é a quantidade de água que consome por dia?**

Litros

**A13. A água para beber é tratada?**

1. Regularmente 2. Raras vezes 3. Engarrafada -----> Passe a A15 4. Não -----> Passe a A15	<input type="checkbox"/>
---	--------------------------

**A14. Como é feito o tratamento?**

1. Lixívia 2. Ferve 3. Filtro 4. Outro _____ (especificar)	<input type="checkbox"/>
--	--------------------------

**A15. Casa de banho e retrete A casa dispõe de:**

1. Casa de banho com retrete 2. Casa de banho sem retrete 3. Retrete/latrina 4. Sem casa de banho, sem retrete e sem latrina	<input type="checkbox"/>
---	--------------------------

**A16. Qual é o principal modo de evacuação das águas residuais?**

1. Fossa séptica 2. Rede de esgotos 3. Redor da casa 4. Natureza	<input type="checkbox"/>
---	--------------------------

**A17. Qual é a principal fonte de energia que utiliza para iluminação?**

1. Gás 2. Electricidade 3. Petróleo 4. Vela	<input type="checkbox"/>
--	--------------------------

**A18. Qual é a principal fonte de energia que utiliza para preparação dos alimentos?**

1. Carvão 2. Lenha 3. Petróleo 4. Gás 5. Electricidade 6. Não prepara	<input type="checkbox"/>
--	--------------------------

**SECÇÃO - B:**

**CARACTERÍSTICAS DO AGREGADO**

**B1. A casa que ocupa é:**

1. Arrendada/Sub-arrendada 2. Próprio 3. Cedida	<input type="checkbox"/>
---	--------------------------

**B2. Indique os Bens de Equipamento que o agregado dispõe no alojamento:**

	1 – Sim	2 – Não
1. Fogão à Gaz./Eléctrico .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Microondas.....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Frigorífico.....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Arca Congeladora.....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Máquina de lavar roupa. ....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Telefone .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**B3. Outros Bens de Equipamento, que o agregado utiliza:**

	1 – Sim	2 – Não
1. Televisão .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Rádio .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Aparelhagem .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Vídeo .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Computador, sem lig à Internet .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Computador, com lig à Internet .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Telemóvel .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**B4. Indique se o agregado possui os seguintes meios de transporte e de quantos:**

	(0 - Nenhum)
1. Bicicleta .....	<input type="checkbox"/>
2. Motorizada .....	<input type="checkbox"/>
3. Moto .....	<input type="checkbox"/>
4. Automóvel (lig./misto) .....	<input type="checkbox"/>
5. Burro/Cavalo.....	<input type="checkbox"/>

## 2. CARACTERÍSTICAS DOS INDIVÍDUOS

IDENTIFICAÇÃO: | . . . . . |

### SECCÃO – A: IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO AGREGADO

Iniciando pelo chefe do agregado, escreva o primeiro nome e o último apelido de todas as pessoas presentes e ausentes que vivem habitualmente neste agregado, e inclua os visitantes.

N.º Pessoa	Primeiro nome e último apelido	Relação com o chefe do Agregado	Situação na residência	Estado civil	Sexo	Idade	Código de idade	Tem deficiência motora?	Peso	Altura
		01 – Chefe 02 – Cônjuge 03 – Filho (a) 04 – Mãe/Pai 05 – Irmão/Irmã 06 – Neto(a)/Bisneto 07 – Genro/Nora 08 – Sobrinho(a) 09 – Enteado (a) 10 – Outro parentesco 00 – Sem parentesco	1-RP 2-RA 3- Visita 4-Serv. Doméstico 5-Pensionista	1-Solteiro(a) 2-Casado(a) 3-União de fato 4-Divorciado(a) 5- Separado(a) 6-Viuvo(a)	1 - Masculino 2 - Feminino	Quantidade em Dias (Se idade < 2 meses) Meses (Se idade < 6 anos) Anos (Se idade > 6anos)	1 – Dia 2 - Mês 3 – Ano	1 - Sim »» Fim 2 - Não	( em Kg ) (Com uma casa decimal)	( em Cm )
A01	A02	A03	A04	A05	A06	A07	A08	A09	A10	A11
01										
02										
03										
04										
05										
06										
07										
08										
09										
10										
11										
12										
13										
14										
15										
16										
17										
18										

Nº Pessoa	Sabe ler e escrever?  1 – Sim  2 – Não	Está a frequentar algum estabelecimento escolar?  1 – Sim  2 – Não	Qual foi o nível de ensino mais elevado que frequentou ou anda a frequentar?						<b>SÓ PARA ESTUDANTES</b>		
			<u>Nível</u>			<u>Ano</u>			Qual é o tempo que leva da sua residência ao local onde estuda?	Meio Transporte	
			1 - Nunca frequentou ..... >>>> FIM	2 – Pré-escolar .....	3 – Alfabetização .....	4 – EBI .....	5 – Secundário .....	6 – Curso Médio .....			7 – Curso superior ou + .....
D1	D2	D3	D4			D5			D6	D7	
01											
02											
03											
04											
05											
06											
07											
08											
09											
10											
11											
12											
13											
14											
15											
16											
17											
18											



**Secção E1 – ACTIVIDADE ECONÓMICA ACTUAL (ÚLTIMOS 7 DIAS)**

N.º Pessoa	Qual a sua condição perante o trabalho nos últimos 7 dias? 1-Com Trabalho »E06 2-Desempregado 3-Estudante .....»FIM 4-Doméstico..... » FIM 5-Reformado ..... » FIM 6-Incapacitado... » FIM 7-Outra ..... » FIM	Estava disponível para trabalhar nos últimos 7 dias? 1 – Sim 2 – Não .....» FIM	Há quanto tempo está desempregado? 1 – Há menos de 6 meses 2 – Entre 6 e 12 meses 3 – Mais de 12 meses	Procurou emprego nos últimos 7 dias? 1 – Não Procurou 2 – Novo Emprego 3 – Primeiro Emprego»»»»»»»»»»FIM	Só para indivíduos com trabalho ou desempregados que já trabalharam			
					Qual foi a sua ocupação principal nos últimos 7 dias ou da última vez que trabalhou? 0-Forças Armadas 1-Executivos e Quadros Superiores 2-Especialistas 3-Téc.Profis.de Nível Intermédio 4-Pessoal Administrativo 5-Pessoal dos Serviços e Vendedores 6-Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas 7-Operários, Artífices e Similares 8-Operadores de Máquinas, Instalações e Montagens 9-Trabalhadores não Qualificados	Qual foi a sua situação na profissão nos últimos 7 dias ou da última vez que trabalhou? 1-Trab. por Conta de outrém 2-Trab. Por Conta própria 3-Empregador 4-Trab.Familiar sem Remuneração 5-Outra	Qual é a actividade económica principal da empresa/entidade onde trabalhou nos últimos 7 dias ou da última vez que trabalhou? 01-Agricultura, Produção Animal e Pescas 02-Indústrias Extractivas 03-Indústrias Transformadoras 04-Produção e Distrib. de Electricidade e Água 05-Construção 06- Comércio e Reparação de Veículos 07-Hotelaria e Restauração 08- Actividades Financeiras 09-Transportes e Comunicações 10-Administração Pública 11-Educação e Saúde 12-Outros Serviços 13-Famílias com Empregados Domésticos 14-Organismos Internacionais	
E01	E02	E03	E04	E05	E06	E07	E08	
01								
02								
03								
04								
05								
06								
07								
08								
09								
10								
11								
12								
13								
14								
15								
16								
17								

**Secção E1 – ACTIVIDADE ECONÓMICA ACTUAL nos ÚLTIMOS 7 DIAS (continuação)**

**IDENTIFICAÇÃO:** | . . . . . |

(excluir: Empregados domésticos, Visitas e Pensionistas)

**SÓ PARA INDIVÍDUOS QUE SE ENCONTRAM COM TRABALHO**

N.º Pessoa	Qual o Regime de Trabalho a que esteve sujeito nos Últimos 7 Dias?  1-Tempo Completo 2-Tempo Parcial 3-Ocasional 4-Outro	Exerceu Alguma Actividade Secundária nos Últimos 7 Dias?  1 – Sim 2 – Não .....»» FIM	Qual foi a sua Principal Ocupação Secundária nos Últimos 7 Dias?  0-Forças Armadas 1-Executivos e Quadros Superiores 2-Especialistas 3-Técnicos Profissionais de Nível Intermediário 4-Pessoal Administrativo 5-Pessoal dos Serviços e Vendedores 6- Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas 7-Operários, Artífices e Similares 8-Operadores de Máquinas, Instalações e Montagens 9-Trabalhadores não Qualificados	Qual foi a sua Situação na sua Principal Profissão Secundária nos Últimos 7 Dias?  1-Trab. Por Conta de Outrém 2-Trab. Por Conta Própria 3-Empregador 4-Trab.Familiar sem Remuneração 5-Outra	Qual é a Actividade Económica Principal da Empresa/Entidade onde Exerceu a sua Principal Actividade Secundária nos Últimos 7 Dias?  01-Agricultura, Produção Animal e Pescas 02-Indústrias Extractivas 03-Indústrias Transformadoras 04-Produção e Distribuição de Electricidade e Água 05-Construção 06- Comércio e Reparação de Veículos 07-Hotelaria e Restauração 08- Actividades Financeiras 09-Transportes e Comunicações 10-Administração Pública 11-Educação e Saúde 12-Outros Serviços 13-Famílias com Empregados Domésticos 14-Organismos Internacionais
E1	E09	E10	E11	E12	E13
01					
02					



**SECÇÃO E2: ACTIVIDADE ECONÓMICA HABITUAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (continuação)**

(excluir: Empregados domésticos, Visitas e Pensionistas)

**IDENTIFICAÇÃO:** \_\_\_\_\_

**Só para Indivíduos Habitualmente Activos, Com Trabalho**

N.º Pessoa	Qual foi o seu regime de trabalho nos últimos 12 meses? 1 - Tempo Completo 2 - Tempo Parcial 3 - Ocasional 4 - Outro	Qual o principal meio de transporte que utilizou habitualmente para se deslocar para o seu trabalho nos últimos 12 meses? 1 - A Pé 2 - Burro/Cavalo 3 - Mota/Bicicleta 4 - Transporte Colectivo 5 - Carro Particular 6 - Vários Meios 7 - Outros Meios 8 - Trabalha em Casa ...»»E25	Quanto tempo utiliza habitualmente para se deslocar para o seu trabalho? 1- Menos de 15 minutos 2 - Entre 15 e 29 min. 3 - Entre 30 e 44 min 4 - Mais de 44 minutos	Exerceu alguma actividade secundária nos últimos 12 meses? 1 - Sim 2 - Não »»FIM	Qual foi a sua principal ocupação secundária nos últimos 12 meses ou da última vez que trabalhou? 0-Forças Armadas 1-Executivos e Quadros Superiores 2-Especialistas 3-Téc.n.Profis.de Nível Intermédio 4-Pessoal Administrativo 5-Pessoal dos Serviços e Vendedores 6-Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas 7-Operários, Artífices e Similares 8-Operadores de Máquinas, Instalações e Montagens 9-Trabalhadores não Qualificados	Qual foi a sua situação na sua principal profissão secundária nos últimos 12 meses ou da última vez que trabalhou? 1-Trab. Por Conta de Outrém 2-Trab. Por Conta Própria 3-Empregador 4-Trab.Familiar sem Remuneração 5- Outra	Qual é a actividade económica principal da empresa/entidade onde exerceu a sua principal actividade secundária nos últimos 12 meses ou da última vez que trabalhou? 01- Agricultura, Produção Animal e Pescas 02- Indústrias Extractivas 03- Indústrias Transformadoras 04- Produção e Distrib. de Electricidade e Água 05- Construção 06- Comércio e Reparação de Veículos 07- Hotelaria e Restauração 08- Actividades Financeiras 09- Transportes e Comunicações 10- Administração Pública 11- Educação e Saúde 12- Outros Serviços 13- Famílias com Empregados Domésticos 14- Organismos Internacionais
E01	E22	E23	E24	E25	E26	E27	E28
01							
02							03

**3. RECEITAS (nos últimos 12 meses) – Só para indivíduos de 10 anos e mais**

**IDENTIFICAÇÃO:** | . . . . . |

(excluir: Empregados domésticos, Visitas e Pensionistas)

**SECÇÃO A: RECEITAS PERIODICAS**

N.º Pessoa	Receita do trabalho por conta de outrém e por conta própria	Faz desconto para imposto sobre a receita do trabalho? 1..... Sim 2..... Não	Receita de propriedade (aluguer)	Receitas de capital (juros, lucros e dividendos)	OUTRAS RECEITAS PERIÓDICAS									
					OBTIDAS DOS RESIDENTES NO PAÍS							OBTIDAS DOS NÃO RESIDENTES		
					Pensões de reforma	Abonos e subsídios diversos	Bolsas de Estudo	Remessas de familiar residente no país	Prestações de Assistência Social pelas Administrações públicas em género	Pensão Social mínima em dinheiro	Outras	Pensões provenientes do estrangeiro	Remessas de emigrantes	Outras receitas do estrangeiro
ECV	ECV	ECV	ECV	ECV	ECV	ECV	ECV	ECV	ECV	ECV	ECV	ECV	ECV	
A01	A02	A03	A04	A05	A06	A07	A08	A09	A10	A11	A12	A13	A14	A15
00														
01														
02														
03														
04														
05														
06														
07														

08

**SECÇÃO B: RECEITAS NÃO PERIÓDICAS** (excluir: empregados domésticos, visitas e pensionistas)

IDENTIFICAÇÃO: | \_ . \_ . \_ . \_ . \_ |

N.º Pessoa	Receitas não periódicas														Outras receitas (prémios de jogo, totoloto, lotaria, heranças...)
	Obtidas dos residentes no país										Obtidas dos não residentes				
	Remessas de familiares ou outras pessoas residentes no país ECV	Reembolso das despesas de saúde ECV	Reembolso de Impostos ECV	Prestações de Benefícios em género pelas Administrações públicas e ONG's ECV	Prestações de Assistência pelas ONG's e Associações ECV	Benefícios relacionado com o agregado: subsídio de casamento, funeral, aleitamento ECV	Benefícios relacionados com trabalho (indenizações por despedimento, compensação salarial...) ECV	Subsídios relacionado com a educação (subsídio de educação, formação profissional) ECV	Prestação de seguros de vida ECV	Prestações de outros seguros ECV	Remessas em numerário de emigrantes ECV	Remessas em produtos alimentares de emigrantes ECV	Remessas em vestuário e calçado de emigrantes ECV	Outras transferências do estrangeiro ECV	
B01	B02	B03	B04	B05	B06	B07	B08	B09	B10	B11	B12	B13	B14	B15	B16
00															
01															
02															
03															
04															
05															
06															
07															
08															
09															
10															
11															
12															
13															
14															
15															
16															
17															
18															
99															

Linha 00: Para receitas do agregado

Linha 99: Totalizar as despesas de cada coluna

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)